



**Gênero em pauta:  
como os principais jornais  
portugueses enquadram as questões  
de gênero nas suas coberturas *online*?**

**Malu Costa de Araújo**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Jornalismo**  
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Sónia Manuela Martins de Sá

**Janeiro de 2023**



## **Declaração de Integridade**

Eu, Malu Costa de Araújo, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M10855, do curso de Jornalismo da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridade da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 29 de janeiro de 2023

*Malu Costa de Araújo*

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)



*Este trabalho foi redigido na variante  
linguística do português brasileiro.*



# Dedicatória

A todas as pessoas que um dia pensaram em desistir. Apenas continuem.

*“Você é o único representante do seu sonho na face da terra”*

- *Levanta e anda, Emicida feat. Rael, 2013*



# Agradecimentos

Um monge budista que eu gosto muito, chamado Thich Nhat Hanh, tem a seguinte frase: “O milagre não é andar sobre a água. O milagre é andar sobre a terra verdejante, profundamente integrado ao presente momento e sentindo-se verdadeiramente vivo”. Então, eu queria começar esse agradecimento deixando os meus votos de gratidão a todos os momentos presentes (que agora já são passados) da minha vida, bons ou ruins, que me fizeram chegar até aqui. Nesse momento, sinto-me mais viva que nunca.

O meu agradecimento também se estende, é claro, à minha família, na figura dos meus pais, Cris e Gibson, e da minha irmã, Mariana, que sempre estiveram ao meu lado nos melhores e nos piores momentos. Qualquer coisa que eu escreva aqui vai ser pouco para expressar o quanto eles são importantes na minha jornada.

Por mais clichê que seja falar isso, as nossas amigas são a nossa segunda família. E, quando decidi sair do meu país e me aventurar por novos locais, senti isso na pele mais do que nunca. Portanto, agradeço a todas as pessoas dessa vida que tenho o prazer de chamar de amigas. Queria deixar ainda um agradecimento especial às amigas que Portugal me proporcionou, mesmo aquelas que por algum motivo não possam mais estar ao meu lado nesse momento. Obrigada por serem a minha segunda família e por me proporcionarem memórias inesquecíveis.

Agradeço também às professoras e professores que tive a chance de cruzar na minha caminhada estudantil. Sonho em ser professora um dia e levarei um pouco de cada ensinamento comigo para a sala de aula. Devo um obrigada especial ao corpo docente do curso de Jornalismo da UBI - em particular a minha orientadora Sónia de Sá - que foi essencial para a minha formação como jornalista.

Por fim, agradeço mais uma vez ao universo, por sempre conspirar a meu favor. Obrigada.



## Resumo

A presente investigação se propõe a compreender de que forma os jornais portugueses discutem e enquadram as questões de gênero nas suas coberturas *online*. Para tal, foi realizada uma análise que tem como objetos de estudo quatro importantes jornais portugueses: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso e Público.

Em termos metodológicos, foi realizado um recorte de seis meses, de janeiro a junho de 2022. As peças jornalísticas que pautaram o gênero veiculadas nos *websites* dos referidos jornais durante este período foram analisadas à luz da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), com o auxílio do *software* NVivo.

Como resultados, podemos destacar que o espaço dedicado à cobertura de questões de gênero na amostra analisada é reduzido e pouco especializado. Além disso, o pouco espaço existente apresenta, em geral, pouco aprofundamento dos temas abordados, poucos debates que busquem promover as questões de gênero sob uma perspectiva cidadã e elementos que reforçam discursos antigênero.

## Palavras-chave

Gênero; Jornalismo português; Minorias sociais; Comunidade LGBTQIA+; Movimentos antigênero.



# **Abstract**

This investigation aims to understand how Portuguese newspapers discuss and frame gender issues in their online news coverage. To this end, an analysis was carried out using four important Portuguese newspapers as objects of study: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso and Público.

In methodological terms, the analysis comprehended the months from January to June 2022. The journalistic pieces published on the websites of the referred newspapers during this period were analyzed in the light of Content Analysis (Bardin, 2016), with the help of the NVivo software.

As a result, we can highlight that the space dedicated to discuss gender issues in the analyzed sample is small and not very specialized. In addition to that, the reduced existing space presents, in general, little depth of the topics addressed, few debates that seek to promote gender issues from a citizen perspective and elements that reinforce anti-gender discourses.

## **Keywords**

Gender; Portuguese journalism; Social minorities; LGBTQIA+ community; Anti-gender movements.



# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 - O que queremos dizer com gênero?</b>	<b>3</b>
1.1 História do conceito e definições na atualidade	3
1.2 Movimentos antigênero e a criação de uma 'ideologia de gênero'	18
<b>Capítulo 2 - O papel do jornalismo em uma sociedade democrática, diversa e plural</b>	<b>28</b>
2.1 Como o jornalismo enquadra a realidade?	35
<b>Capítulo 3 - Abordagem das questões de gênero nas coberturas jornalísticas</b>	<b>40</b>
3.1-O jornalismo na construção de representações estereotipadas sobre grupos minoritários	40
3.2 - O gênero em pauta	45
<b>Capítulo 4 - Estudo empírico</b>	<b>53</b>
4.1 Problema, objetivos e hipóteses da investigação	53
4.2 Descrição dos procedimentos metodológicos	54
4.3 Resultados e discussão	60
4.3.1 Acepção de gênero na amostra	77
4.3.2 Elementos que reforçam discursos antigênero	81
4.3.3 Existe espaço para debater cidadania?	87
<b>Capítulo 5 - Considerações finais</b>	<b>90</b>
<b>Referências</b>	<b>92</b>
<b>Apêndice A - Estrutura de codificação</b>	<b>99</b>



# Lista de Figuras

Figura 1 - Distribuição das peças da amostra entre os meses analisados.....	62
Figura 2 - Distribuição das peças da amostra entre os meses analisados, categorizada por jornal.....	63
Figura 3 - Relevância das questões de gênero nas peças analisadas no decorrer dos meses.....	64
Figura 4 - Relevância das questões de gênero <i>versus</i> quantidade de caracteres - Correio da Manhã.....	66
Figura 5 - Relevância das questões de gênero <i>versus</i> quantidade de caracteres - Diário de Notícias.....	66
Figura 6 - Relevância das questões de gênero <i>versus</i> quantidade de caracteres - Expresso.....	67
Figura 7 - Relevância das questões de gênero <i>versus</i> quantidade de caracteres - Público.....	67
Figura 8 - Gêneros jornalísticos utilizados por cada jornal.....	69
Figura 9 - Formatos jornalísticos predominantes no jornal Correio da Manhã.....	70
Figura 10 - Formatos jornalísticos predominantes no jornal Diário de Notícias.....	71
Figura 11 - Formatos jornalísticos predominantes no jornal Expresso.....	71
Figura 12 - Formatos jornalísticos predominantes no jornal Público.....	72
Figura 13 - Principais editorias presentes nas peças analisadas.....	74
Figura 14 - Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Correio da Manhã.....	74
Figura 15 - Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Diário de Notícias.....	75
Figura 16 - Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Expresso.....	75
Figura 17 - Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Público.....	76

Figura 18 - Nuvem de palavras com principais termos presentes em todas as peças da amostra.....	78
Figura 19 - Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças do jornal Correio da Manhã.....	78
Figura 20 - Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças do jornal Diário de Notícias.....	79
Figura 21 - Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças do jornal Expresso.....	79
Figura 22 - Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças do jornal Público.....	80
Figura 23 - Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças que apresentam a ideia de “ideologia de gênero”.....	84
Figura 24 - Percentual de textos com discursos de pânico moral acerca das questões de gênero nos diferentes jornais.....	86
Figura 25 - Porcentagem de textos de cada jornal que não trouxeram as questões de gênero associadas a uma perspectiva cidadã.....	88
Figura 26 - Reprodução do título de notícia do jornal Expresso.....	89

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultados numéricos da busca pelo termo “Identidade de gênero” nos jornais analisados.....	56
Tabela 2 - Resultados numéricos da busca pelo termo “Ideologia de gênero” nos jornais analisados.....	57
Tabela 3 - Resultados numéricos da busca pelo termo “Igualdade de gênero” nos jornais analisados.....	57
Tabela 4 - Resultados numéricos da busca pelo termo “Desigualdade de gênero” nos jornais analisados.....	58
Tabela 5 - Resultados numéricos da busca pelo termo “LGBT” nos jornais analisados.....	59
Tabela 6 - Resultado da codificação da categoria “Acepção de gênero na peça analisada” .....	81



# Introdução

“Ideologia não é ciência, deixem os nossos filhos em paz”. Essa foi a frase presente nos *outdoors* do partido Alternativa Democrática Nacional (ADN) espalhados por toda Portugal durante o ano de 2022<sup>1</sup>. Mas, afinal, que ideologia é essa e que se pode tornar numa ameaça às crianças?

A resposta a essa pergunta vem por meio de um neologismo, ou seja, uma expressão inventada, criada por setores conservadores da sociedade, com destaque para a Igreja Católica: a chamada ‘ideologia de gênero’ (Garraio & Toldy, 2020). O uso dessa terminologia trata-se de uma estratégia discursiva de grupos fundamentalistas religiosos e/ou do espectro político da extrema direita, com um reforço de valores baseados na ideia de ‘família’, entendida por estes grupos de uma maneira tradicional, como a união heterossexual de um homem e uma mulher cis e seus filhos (Junqueira, 2018).

Entretanto, em oposição a essas iniciativas conservadoras, os debates acerca das questões de gênero estão cada vez mais presentes nas diversas esferas da sociedade, principalmente nos meios de comunicação, atores essenciais na promoção de discussões com elevado interesse público. Nesse sentido, a presente investigação surge do desejo de compreender como se articulam os debates sobre essa temática nos meios de comunicação jornalísticos em Portugal. Portanto, o objetivo principal deste estudo é analisar de que forma os jornais portugueses discutem e enquadram as questões de gênero nas suas coberturas *online*.

Para cumprir o objetivo, tomamos como objeto de estudo quatro importantes jornais portugueses da atualidade, tanto em relevância quanto em circulação, nomeadamente: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso e Público. Nestes, fizemos o recorte temporal de seis meses, de janeiro a junho de 2022.

Em termos de metodologia, utilizamos a Análise de Conteúdo, clássico método das ciências sociais, conforme manual proposto por Bardin (2016). Como ferramenta para auxiliar a análise, utilizamos o *software* NVivo, que possibilitou que a nossa pesquisa tivesse aspectos qualitativos e quantitativos.

Antes do desenvolvimento do estudo empírico descrito, a presente dissertação conta com três capítulos teóricos. O primeiro capítulo, intitulado ‘O que queremos dizer com gênero?’, busca fazer uma revisão histórica do conceito de gênero, trazendo alguns dos principais modelos teóricos da literatura sobre o tema. Ainda neste capítulo,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.meiosepublicidade.pt/2022/07/ilga-denuncia-artigos-de-opiniao-de-cariz-transfobico-na-se-quencia-da-campanha-abclgbtqia/>

também destrinchamos o conceito de ‘ideologia de gênero’ e discorremos sobre os principais discursos presentes na retórica antigênero, entre eles, a promoção de um pânico moral sobre o assunto.

Já no segundo capítulo, intitulado ‘O papel do jornalismo em uma sociedade democrática, diversa e plural’, discutimos sobre a função social que o jornalismo ocupa. Para tal, evocamos a teoria do enquadramento, segundo a qual os meios de comunicação jornalísticos influenciam o modo como uma informação é noticiada, através da construção de quadros de significação (Franciscato & Góes, 2012). Em suma, “as notícias produzem um ‘corte’ artificial na realidade que passa, elevando ao estatuto de conhecimentos públicos apenas pequenas partes da multiplicidade de ocorrências do cotidiano social” (Gonçalves, 2005, p. 159).

O terceiro capítulo, chamado ‘Abordagem das questões de gênero nas coberturas jornalísticas’, é dividido em duas subseções. A primeira delas trata sobre o papel do jornalismo na construção de representações estereotipadas sobre grupos minoritários. Já a segunda aborda especificamente a interseção entre o jornalismo e as questões de gênero, e como aquele pauta estas.

Por fim, o quarto capítulo é composto pelo estudo empírico em si, com o detalhamento dos procedimentos metodológicos e discussão dos resultados encontrados pela investigação.

A escolha deste tema se justifica, portanto, não apenas por uma afinidade pessoal da autora com o assunto, mas também pela relevância que este apresenta para a sociedade. Em um mundo em que o debate sobre as questões de gênero está cada vez mais pujante e frequente, não podemos deixar de compreender o papel da informação jornalística e a sua contribuição para a questão.

# Capítulo 1 - O que queremos dizer com gênero?

## 1.1 História do conceito e definições na atualidade

Etimologicamente, o termo gênero deriva do latim *'genus'*, que significa, em português, algo semelhante a 'raça', 'tipo' ou 'variedade'. Não é à toa que, nas ciências biológicas, por exemplo, a palavra é utilizada na classificação científica, como uma unidade de taxonomia para agrupar um conjunto de espécies que partilham entre si características comuns. Ainda nesse contexto de utilização, o termo gênero também é empregado na literatura, no cinema e até no jornalismo, quando trazemos os conceitos de gêneros literários, gêneros cinematográficos e gêneros jornalísticos.

Em todas essas acepções citadas, o vocábulo é usado com a mesma finalidade: a de classificar um determinado grupo de elementos que possui características comuns entre si. Entretanto, quando falamos em gênero para as ciências humanas e sociais, a ideia torna-se mais complexa, e utilizar esse viés classificatório do significado do termo não consegue abarcar as diversas particularidades e extensões do conceito.

Desse modo, nos termos das ciências humanas e sociais, o que queremos então dizer com gênero? Piscitelli (2009), ao elaborar uma revisão histórica do conceito, explica que este possa ter surgido no âmbito da psicanálise e psiquiatria, ao ser utilizado pela primeira vez por Robert Stoller, em 1963, no Congresso Psicanalítico Internacional, em Estocolmo. Nessa época, era associado, essencialmente, aos estudos sobre sexo e sexualidade em pessoas intersexuais (Cerqueira et. al, 2014). Stoller cunhou a ideia de identidade de gênero, a partir da diferenciação entre sexo, mais voltado para o aspecto biológico, corporal etc., e gênero, mais relacionado com a cultura, as relações sociais, os aprendizados com o passar do tempo, reforçando uma oposição usual entre natureza e cultura. O pesquisador entendia, portanto, que:

O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa marcada por gênero, um homem ou uma mulher. [...] Quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Mas, as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são culturais, que variam seguindo o momento histórico, o lugar, a classe social. (Piscitelli, 2009, p. 124)

Ideias semelhantes a essa já vinham sendo discutidas no ambiente acadêmico antes mesmo da cunhagem do termo gênero, principalmente com o desenvolvimento do feminismo. Nessa perspectiva, Almeida (2020) destaca alguns trabalhos pioneiros neste tipo de estudo, que buscavam deslocar as explicações acerca da vida social do âmbito da natureza para o âmbito da cultura. O primeiro trabalho que a autora cita é o clássico ‘Sexo e Temperamento’, de Margaret Mead, que ainda na década de 1930 compara etnografias de três culturas na Nova Guiné. O objetivo de Mead (2000 [1935]) era investigar se existia alguma característica natural única que justificasse os comportamentos sociais diferentes de homens e mulheres na sociedade. Para isso, ela estudou as culturas Arapesh, Mundugumor e Tchambuli. No final, a autora observou, por exemplo, que em algumas dessas culturas havia uma inversão do que era comum/esperado na cultura estadunidense da época: os homens eram mais afetuosos e carinhosos (tinham um comportamento dito ‘feminino’), enquanto as mulheres eram mais competitivas e agressivas (de uma maneira dita mais ‘masculina’).

Com esta comparação, Mead buscou rebater o essencialismo do senso comum que prevalecia nos Estados Unidos: de que as mulheres seriam naturalmente mais aptas a cuidar de crianças, por exemplo. Nos termos do culturalismo de sua época, Mead afirmava que a cultura moldava os temperamentos, as personalidades, concluindo que não era a base biológica – o corpo, nem uma parte dele, como os hormônios – que explicaria as personalidades de homens e mulheres em diferentes culturas: o fator determinante seria o aprendizado cultural. (Almeida, 2020, pp. 34-35)

Outro estudo pioneiro citado por Almeida (2020) é o trabalho de Marcel Mauss, ‘As técnicas do corpo’, publicado em 1934. Na obra, o autor questiona os limites da biologia e afirma que “o corpo seria socialmente educado e treinado, mesmo em práticas nas quais não percebemos esse treinamento, como os atos de caminhar, comer, dormir, ou nas práticas sexuais” (Mauss *cited in* Almeida, 2020, p. 35). Em ambos os trabalhos, podemos notar que está presente uma característica comum nas ciências sociais: o contraponto entre natureza e cultura. Neles, é possível notar que há uma tendência à desnaturalização da vida social, a partir da percepção de que a biologia é limitada pelos aspectos sócio-culturais. Como explica a própria Almeida (2020),

Essa limitação da natureza ou biologia constitui o cerne de outras vertentes teóricas sócio-antropológicas que também remetem à ideia de que a diferença sexual não é um simples efeito da natureza do corpo, mas sofre uma série de intervenções sociais e culturais que moldam o corpo. (p. 35)

No final da década seguinte, mais precisamente em 1949, Simone de Beauvoir publicaria a sua importante obra 'O Segundo Sexo', cuja teoria é sintetizada na ilustre frase "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (Beauvoir, 1967 [1949], p. 9), um dos pilares da teoria feminista até os dias atuais. Com essa proposição, a pensadora francesa remete a uma ideia fundamental do futuro conceito de gênero: o 'ser mulher' não é definido unicamente pelo aspecto biológico do corpo, mas sim pela vivência experienciada no decorrer da vida social.

Com isso, podemos perceber, portanto, que a noção de gênero foi calcada, em um primeiro momento, como algo que diz respeito às diferenças existentes entre os sexos, estas definidas sob padrões socioculturais, não sob questões naturais. Piscitelli (2009) acrescenta a isso, portanto, que a definição mais aceita do termo gênero

[...] remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultados dessas diferenças. (p. 119)

Nesse sentido, Scott (1995 [1986]) acrescenta ainda que a categoria gênero foi proposta também a partir de um exame crítico da história por parte das pesquisadoras feministas, baseado na percepção de que a história havia sido escrita desde sempre por homens e para homens, causando um certo apagamento dos feitos das mulheres no decorrer dos anos. Segundo ela, "as pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente" (Scott, 1995 [1986], p. 73).

Dessa maneira, considerando que o conceito de gênero surge atrelado, mesmo que de maneira não linear, ao movimento feminista, retomaremos rapidamente o desenvolvimento dessa corrente de pensamento, dividida essencialmente em quatro ondas/vagas principais. A chamada primeira onda feminista ocorreu entre o final do século XIX e o começo do século XX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, e tinha como luta principal, pelas chamadas sufragistas, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, visto que, naquele momento, as leis eram diferentes para esses dois grupos. As feministas iniciais reivindicavam, entre outras coisas, o direito de poder votar, de ter acesso à educação, a posses e bens ou de escolher com quem iriam se casar (Piscitelli, 2009).

Mais tarde, a partir das décadas de 1950 e 1960, a preocupação das feministas deixou de ser apenas com a igualdade de direitos, fortalecendo-se, então, as ideias de dominação masculina e patriarcado. Consolida-se, nessa época, a segunda onda feminista, na qual se enquadra, entre outras autoras, a precursora Simone de Beauvoir, já citada anteriormente. Nessa fase do movimento, foram trazidas “reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades” (Piscitelli, 2009, p. 133). Para as feministas desse período, passa a existir a categoria ‘mulher’, definida sob a perspectiva de que todas as mulheres sofrem opressão e apontando para o conceito de uma entidade coletiva. Elas defendiam, portanto, que:

A opressão das mulheres está além de questões de classe e raça, atingindo todas as mulheres, inclusive as mulheres de classes altas e brancas. [...] O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Isso criava uma “identidade” entre elas. A base para essa identidade inclui traços biológicos e, também, aspectos sociais, efeitos da dominação masculina. A opressão patriarcal estabeleceria uma conexão entre todas as mulheres, através do tempo e das culturas. As feministas [da segunda onda] afirmaram que todas as mulheres sofriam opressão. (Piscitelli, 2009, p. 134)

É no âmbito da segunda onda do feminismo que começa a se desenvolver com mais força a ideia/conceito de gênero, nomeadamente, na década de 1970. Nesse período, as pensadoras feministas consolidaram a noção de que gênero está baseado nas diferentes produções de sentido culturais advindas das diferenças sexuais. Entretanto, uniram essa noção à preocupação dos impactos que essas diferenças teriam/têm para as mulheres (Piscitelli, 2009). É justamente nesse momento que notamos com mais força as reivindicações que Scott (1995 [1986]) fala sobre a visão de que as mulheres foram excluídas da história e são excluídas da sociedade, precisamente, por conta do patriarcado. Gonçalves (2007) explica que:

Os ataques contra as inconsistências de um “sujeito universal” representado pela figura masculina da história tradicional – e mesmo daquela não tão tradicional assim – contemplavam não apenas a crítica a uma historiografia em que os sujeitos submergiam às “estruturas” (econômicas, sociais, políticas), mas também apontavam para a insustentabilidade de um saber histórico que se não se apoiasse na multiplicidade dos sujeitos. [...] O momento histórico se mostrava particularmente propício à criação de uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim

da subordinação, da invisibilidade e da importância, criando igualdade e ganhando controle sobre seus corpos e suas vidas. (Gonçalves, 2007, pp. 40-41)

Apesar de ter sido útil no contexto político em que surgiu, o conceito de patriarcado, base principal dos estudos feministas de segunda onda, foi bastante questionado por outras pesquisadoras sobre o tema, principalmente no âmbito acadêmico. “O pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres. E se o patriarcado teve um início, poderia ter um fim” (Piscitelli, 2009, p. 135).

Com o tempo, e com as apropriações políticas do termo, o conceito passou por um esvaziamento por conta de alguns aspectos principais: (a) tornou-se algo vago e que muitas vezes era tratado como se tivesse uma natureza imutável (é assim, sempre foi assim e sempre será); (b) tratava as mulheres - e conseqüentemente os homens - como categorias únicas, contribuindo para generalizações como ‘toda mulher’ e ‘todo homem’, algo que não é produtivo para o debate em termos metodológicos; (c) desconsiderava intersecções que são necessárias ao debate feminista, como classe e raça, pois colocava todas as mulheres em um único lugar de opressão, quando sabemos que se trata de um equívoco histórico (Piscitelli, 2009).

Portanto, foi justamente na tentativa de superar essa ideia fechada de patriarcado que começam a se consolidar os estudos de gênero, que surgem como uma ferramenta alternativa para explicar esses fenômenos sociais de diferenças entre homens e mulheres.

Nessa perspectiva, não podemos deixar de citar uma das precursoras do conceito dentro das ciências sociais: Gayle Rubin. Em seu ensaio “O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”, publicado originalmente em 1975, a antropóloga estadunidense, que mais tarde viria a se tornar uma das principais autoras da literatura feminista, elaborou o conceito que ela denominou como sistema sexo/gênero. Ao longo da sua obra, Rubin (1993 [1975]) dialoga principalmente com a antropologia e com a psicanálise, levando em conta os aspectos dessas ciências que buscavam explicar, em alguma medida, o teor das diferenças sexuais. A autora argumenta, em um primeiro momento, que é importante entender que as noções de dominação masculina e patriarcado não podem ser tomadas como naturais, visto que, se elas forem inatas, não haveria solução plausível além de eliminar toda a existência masculina da face da terra (o que não é viável nem é a proposta do movimento feminista em geral).

Assim, a sua primeira articulação dialógica é com as teorias que buscam se utilizar de princípios marxistas para explicar a desigualdade sexual. Rubin (1993

[1975]) reconhece a força da teoria marxista para explicar os fenômenos ligados à opressão de classe e, portanto, afirma que entende o fato de que muitas teorias buscaram adaptar o pensamento para explicar as opressões das mulheres. Nesse sentido, complementando o que Marx afirma acerca das forças de produção e da mais-valia dos trabalhadores, Rubin traz uma reflexão sobre a mais-valia relacionada ao trabalho doméstico, aplicação bastante comum do marxismo nas teorias feministas. A autora explica:

[...] quando o salário os compra [os bens essenciais para sobrevivência], esses produtos não estão em condições de serem usados e consumidos imediatamente. É necessário um trabalho adicional sobre essas coisas, antes que se possam “converter” em pessoas. Os alimentos devem ser preparados, as roupas precisam ser lavadas, as camas precisam ser arrumadas, a lenha cortada etc. O trabalho doméstico, portanto, é um elemento crucial no processo do trabalhador, de quem se tira a mais-valia. Dado que em geral cabe às mulheres fazer o trabalho doméstico, já se observou que é através da reprodução da força de trabalho que as mulheres se inserem no circuito da mais-valia, que é condição *sine qua non* do capitalismo. Pode-se acrescentar também que, como não se paga um salário para o trabalho doméstico, o trabalho das mulheres na casa contribui para o volume final de mais-valia obtido pelo capitalista. (Rubin, 1993 [1975], p. 7)

Entretanto, apesar de reconhecer a importância dessa corrente de estudos, a autora discorda dessas teorias por algumas razões. A primeira delas é o fato de que as teorias baseadas no marxismo explicam o fenômeno da opressão das mulheres dentro do sistema capitalista, mas não necessariamente a sua gênese. Além disso, ela também traz à luz a compreensão de que a opressão das mulheres não se dá apenas em sistemas capitalistas, pois antes do desenvolvimento do capitalismo já observamos esse tipo de comportamento, bem como em grupos sociais que estão fora dessa dinâmica capitalista. Exemplos disso são vistos no vale do Amazonas ou nas terras altas da Nova Guiné, “onde muitas vezes as mulheres são submetidas por meio do estupro praticado por um bando, quando os mecanismos normais de intimidação masculina se mostram insuficientes” (Rubin, 1993 [1975], p. 8).

Em complemento a isso, ela também se detém nos escritos de Engels, um dos parceiros acadêmicos de Marx no desenvolvimento das teses acerca do capitalismo. Mesmo reforçando que existem limitações na teoria do autor, Rubin considera que não devemos deixar de nos atentar ao que ele propõe em termos de estudos de sexo/gênero. Nesse sentido, a principal contribuição de Engels é considerar que a opressão sexual

que observamos no sistema capitalista é parte da herança que esse sistema recebeu de formas sociais e econômicas anteriores. Além disso, ele também passa a considerar nas suas discussões sobre o capitalismo as ideias de sexo e sexualidade. (Rubin, 1993 [1975])

Ao discutir sobre estes aspectos, Rubin explica que Engels reconhece que as necessidades sexuais e de reprodução devem ser satisfeitas pelos seres humanos tanto quanto as necessidades de alimentação ou de se aquecer. Porém, de acordo com a cultura em que estamos, essas necessidades são satisfeitas de maneiras diferentes e não naturais. Por exemplo: todos os seres humanos precisam comer para sobreviver. Entretanto, o que determina que faremos três refeições ao dia e o que comemos em cada uma delas? Ou ainda, o que diz que é aceitável para o ocidente comer carne de vaca, mas não é tão aceitável assim comer carne de cachorro? A cultura. (Engles as cited in Rubin, 1993 [1975])

De maneira análoga, quando falamos em aspectos sexuais, isso também se aplica. “Fome é fome, mas o que interessa, quando se trata de comida, é determinado e obtido culturalmente. [...] Sexo é sexo, mas o que interessa em matéria de sexo é igualmente determinado e obtido culturalmente” (Rubin, 1993 [1975], p. 10). Isso explicaria, por exemplo, porque cada pessoa, em diferentes culturas, ou até mesmo dentro da mesma, tem diferentes desejos e necessidades sexuais. Além disso, nos diz muito também sobre o porquê de para algumas culturas as relações poligâmicas serem aceitas e para outras serem condenadas, por exemplo.

Rubin começa, então, a delinear o começo do conceito que ela chama de sistema sexo/gênero, partindo do reconhecimento de que esse aspecto da teoria materialista de Marx e Engels nunca foi desenvolvido o suficiente, resultando em algumas terminologias que ela considera limitadas, as mais comuns nomeadamente “modo de reprodução” e “patriarcado”.

Dando continuidade às suas reflexões, a autora se volta para o conceito de “parentesco”, reforçando que, em termos antropológicos, não necessariamente essa categoria se refere a uma lista de pessoas que são parentes biológicos. “É um sistema de categorias e de status que muitas vezes se contrapõem às relações genéticas reais. Existem dezenas de exemplos nos quais status de parentesco definidos socialmente têm precedência sobre a biologia” (Rubin, 1993 [1975], p. 15). No âmbito da antropologia, alguns estudiosos consideram que o desenvolvimento dos sistemas de parentesco foram tão determinantes para o desenvolvimento humano quanto a evolução da linguagem. A partir disso, a autora começa a dialogar com mais um autor clássico da antropologia: Lévi-Strauss.

Na sua obra clássica “Estruturas Elementares do Parentesco”, Lévi-Strauss, ao contrário de outros antropólogos anteriores que discutem sobre as questões de parentesco, considera os sujeitos não apenas como seres humanos destituídos de sexo (feminino ou masculino), mas sim como homens e mulheres. A partir disso, o autor “entende que a essência dos sistemas de parentesco reside na troca de mulheres entre homens, [e, portanto] constrói uma teoria implícita da opressão sexual” (Rubin, 1993 [1975], p. 17). De maneira resumida, podemos dizer que, tomando como base a teoria das formas de organização social primitivas de Mauss<sup>2</sup>, Lévi-Strauss radicaliza a tese e acrescenta que a sociedade é baseada, na verdade, em uma “troca de presentes na qual as mulheres são o mais precioso dos presentes” (Lévi-Strauss *as cited in* Rubin, 1993 [1975], p. 18). A partir disso, ele desenvolve a tese do tabu do incesto - que é universal, mas cujas proibições variam a depender de cada cultura - reforçando que este

[...] coloca o objetivo social da exogamia e da aliança acima dos fatos biológicos de sexo e procriação. O tabu do incesto divide o universo da escolha sexual em categorias de parceiros sexuais permitidos e interditos. De forma explícita, proibindo uniões dentro de um grupo, ele impõe as uniões entre os grupos. (p. 19)

Ou seja, a partir do tabu do incesto, dá-se a troca de mulheres entre os homens e, diferentemente de outras trocas de presentes, esta é ainda mais valiosa porque gera relações de parentesco, as quais se traduzem, em última instância, em relações de poder.

Rubin, entretanto, questiona essa concepção, levando em consideração o fato de que “Visto que Lévi-Strauss afirma que o tabu do incesto e as consequências de sua aplicação estão na origem da cultura, pode-se deduzir que a derrota histórica mundial das mulheres ocorreu na origem da cultura, e é um pré-requisito da cultura” (p. 23). Nesse sentido, levando em consideração que os seres humanos não vivem sem cultura, a condição de opressão das mulheres seria impossível de ser ultrapassada, a não ser pela extinção da cultura.

A partir dessa discussão, a autora firma a sua tese na ideia de que existe um tabu ainda maior que o tabu do incesto e que é essencial na definição do sistema

---

<sup>2</sup> No seu livro “Ensaio sobre a Dádiva”, o antropólogo Marcel Mauss traz como tese principal o entendimento de que a vida social é constituída por uma constante relação de dar e receber (Lanna, 2000). Segundo Rubin (1975/1993, p. 18), “Mauss foi o primeiro a apontar a importância de um dos mais notáveis traços das sociedades primitivas: a forma como o dar, o receber e trocar presentes domina as relações sociais. Nessas sociedades, troca-se todo tipo de coisa – alimentos, fórmulas encantatórias, rituais, palavras, nomes, ornamentos, ferramentas e poderes”.

sexo/gênero: o tabu da homossexualidade, apoiado pelos ideais de divisão sexual do trabalho. Rubin (1993 [1975]) explica:

Num nível mais geral, a organização social do sexo baseia-se no gênero, na obrigatoriedade do heterossexualismo e na repressão da sexualidade da mulher. Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento. Por isso eles transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada um é uma metade incompleta que só pode completar-se unindo-se à outra. (p. 27)

Por fim, a última teoria com a qual a pesquisadora dialoga é a psicanálise, mais especificamente com as acepções de Freud e Lacan. Apesar de reconhecer as disputas teóricas que existem entre as teorias psicanalistas e os movimentos feministas/LGBTQIAP+, Rubin entende que não se deve desconsiderar a importância do pensamento, principalmente quando falamos na categoria gênero.

Ao deter a ênfase na psicanálise, a autora retoma o conceito clássico do complexo de Édipo<sup>3</sup> e explica que, até a década de 1920, não havia uma equivalência para tal termo que descrevesse o desenvolvimento feminino. Pelo contrário, existiam apenas algumas variantes, como o complexo de Electra<sup>4</sup>, que ela considera como sendo uma imagem especular do complexo de Édipo e não julga ser adequada para explicar o desenvolvimento feminino, já que está simplesmente transmutando os conhecimentos sobre homens para mulheres, sem contar que ambos os complexos demonstram uma heterossexualidade presumidamente forçada.

Posteriormente, foi feita a descoberta da fase pré-edipiana, na qual, em teoria, as crianças de ambos os sexos são psiquicamente indistintas e, portanto, a sua diferenciação não se encontra no âmbito da natureza e não são pré-existentes. Rubin (1993 [1975], p. 35) explica: “As crianças em fase pré-edipiana eram consideradas como bissexuais. Ambos os sexos apresentavam toda a gama de atitudes libidinais, ativas e passivas. E para as crianças de ambos os sexos a mãe era o objeto do desejo”. Tomando isso como base, se não é a natureza biológica que torna as mulheres em mulheres, o que é então? Qual seria o fator determinante na diferenciação dos sexos?

---

<sup>3</sup> Termo criado por Freud, inspirado na tragédia grega Édipo Rei, que diz respeito ao conjunto psíquico de comportamentos que os homens experimentam durante a infância, em que ele começa a sentir desejo pela sua mãe e ódio e ciúme do pai.

<sup>4</sup> Conceito desenvolvido por Carl Jung, seria o equivalente ao complexo de Édipo, mas nesse caso aplicado ao desenvolvimento feminino. Nesse sentido, se referiria a uma fase do desenvolvimento psicosssexual das mulheres na qual existe uma afeição pelo pai e um sentimento de rancor para com a mãe.

Freud explica esse ‘tornar-se mulher’ a partir das ideias de inveja peniana e de castração<sup>5</sup>, formulação pela qual foi bastante criticado e acusado de determinismo biológico, pois ela pode ser entendida como a afirmação de que o gênero e o ‘ser mulher’ é um efeito das diferenças anatômicas entre homens e mulheres. Rubin, entretanto, discorda dessa biologização do discurso freudiano, pois considera que as formulações do autor são muito mais de cunho psíquico que biológico.

Ainda ao dialogar com a psicanálise, Rubin avança para a teoria de Jacques Lacan, um dos mais famosos sucessores de Freud no desenvolvimento da psicanálise. Lacan retoma o conceito de parentesco de Lévi-Strauss ao afirmar que

a psicanálise é o estudo dos vestígios deixados na psique dos indivíduos por seu enquadramento em sistemas de parentesco. [...] O parentesco é a culturalização da sexualidade biológica no nível da sociedade; a psicanálise descreve a transformação da sexualidade biológica dos indivíduos no momento em são aculturados. (*as cited in* Rubin, 1993 [1975], p. 38).

Partindo disso, o psicanalista explica que, antes da fase edipiana, a sexualidade e o gênero de uma criança não são bem estruturados. Ou seja, todas as crianças estão passíveis a desenvolver, quando adultas, quaisquer expressões de sexualidade e gênero que existam dentro do espectro humano e o que determina quais serão realmente desenvolvidas e quais serão reprimidas é a cultura em que a pessoa está submetida. “Quando a criança sai da fase edipiana, sua libido e identidade de gênero já foram organizadas de acordo com as regras da cultura a que está submetida” (p. 39). Isso significa dizer que, se a pessoa cresce em um ambiente em que o considerado ‘normal’ é a heterossexualidade, sua identidade de gênero vai ser desenvolvida tendo em conta esse padrão.

Outro ponto importante da teoria de Lacan é a distinção fundamental entre falo e pênis. O primeiro se refere, de maneira geral, a uma série de significados socioculturais que se atribuem ao segundo (que se inscreve no sentido biológico). Nesse sentido, a castração, proposta por Freud, passa a ser compreendida não em seu sentido anatômico, mas sim na metáfora do poder do falo dentro da sociedade. Sendo assim, a dominação dos homens sobre as mulheres e as diferenças sexuais se assentariam na presença ou ausência do falo, aqui compreendido simbolicamente como poder e, também, como elemento essencial na distinção entre os sexos.

---

<sup>5</sup> O pai da psiquiatria compara o clitóris feminino (pequeno) ao pênis masculino (grande) e, na busca por satisfazer a mãe durante a infância, aquele se mostra menos eficiente que este, o que gera, portanto, uma inveja da mulher para com o homem por conta do falo, fazendo com que ela abra mão de conquistar a mãe e volte os seus esforços para o pai. As mulheres seriam, nessa perspectiva, “castradas” em comparação ao homem e, portanto, não seriam tão “eficazes” em possuir e satisfazer a mãe.

Ele é a encarnação do status masculino, a que os homens acedem, e que implica determinados direitos - entre os quais o direito a uma mulher. É uma expressão da transmissão do domínio masculino. Ele é transmitido através das mulheres e se estabelece entre os homens. Entre as marcas que deixa, estão a identidade de gênero e a divisão dos sexos. Mas deixa mais que isso. Deixa também a “inveja do pênis”, que expressa muito bem o desconforto da mulher numa cultura fálica. (Rubin, 1993 [1975], pp. 41-42)

Ou seja, de maneira geral, a tese da psicanálise que busca explicar o desenvolvimento da ‘feminilidade’ propõe que o amadurecimento das mulheres é baseado basicamente em dor e humilhação, o que explicaria a condição da opressão das mulheres dentro de um sistema social (Rubin, 1993 [1975]).

Como conclusão, a autora reforça que as teorias de Lévi-Strauss e Freud trazem aspectos importantes para o debate e, de outro modo, elucidam as estruturas profundas da opressão sexual. “Eles nos mostram a intratabilidade e a magnitude daquele contra o qual lutamos, e suas análises nos dão um primeiro quadro das estruturas sociais que devemos reformular” (p. 48). Para além disso, ela também reforça a necessidade do desenvolvimento de uma “economia política do gênero”, que seria algo semelhante ao que Marx fez com o conceito de classe, mas aplicado a essa outra categoria.

Em suma, o maior contributo de Rubin para o debate é que se passe a pensar em um sistema sexo/gênero, no qual o gênero está

articulado à sexualidade, como uma dimensão política. Para Gayle Rubin, gênero não é apenas uma identificação com um sexo, mas obriga que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo. E percebe a opressão dos homossexuais como produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres. (Piscitelli, 2009, p. 139)

Após essa explicação sobre o desenvolvimento do conceito de gênero na perspectiva de Rubin, outra autora essencial para a consolidação deste campo de estudo é Joan Scott. A partir de uma perspectiva voltada para a história, Scott traz, em seu emblemático texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado originalmente em 1986, uma definição de gênero que foi largamente utilizada em estudos posteriores. A autora estabelece: “(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995 [1986], p. 86).

Apesar de a própria Scott já ter reconhecido algumas limitações na sua definição, trata-se de um estudo bastante importante no desenvolvimento do conceito

de gênero. Além disso, a conclusão a que ela chega é a de que o gênero é uma categoria de análise útil e importante e que, portanto, deve sim ser desenvolvida e cada vez mais debatida.

Atendo-nos ao percurso teórico que levou a essa definição, a autora inicia trazendo um panorama geral do começo da utilização do termo “gênero”, por parte principalmente das teóricas feministas norte-americanas para definir “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1995 [1986], p. 72). Como já reforçamos anteriormente, a categoria surge justamente como uma tentativa de fugir do determinismo biológico que pautava as diferenças sociais entre homens e mulheres. Além disso, o termo “enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade” (p. 72), e passou a ser usado pelas feministas da época formando um tripé junto aos conceitos de raça e classe.

Apesar de os três termos andarem sempre juntos e serem tratados com paridade, Scott entende que, naquela época, eles não gozavam do mesmo estatuto, em termos de maturidade e robustez teórica. A autora explica que:

É verdade que não existe nenhuma unanimidade entre aqueles/as que utilizam o conceito de classe. Alguns/mas pesquisadores/as se servem de noções weberianas, outros utilizam a classe como um dispositivo heurístico temporário. Entretanto, quando invocamos a classe, trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo, implicam uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho ao longo do qual a história avançou dialeticamente. Não existe nenhuma clareza ou coerência desse tipo para a categoria de raça ou para a de gênero. No caso do gênero, seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos. (p. 73)

A partir disso, Scott propõe que deve existir, portanto, um esforço teórico maior na delimitação de ambas as categorias, de forma a proporcionar que estas se tornem categorias analíticas. Para chegar a tal conclusão, ela realiza um exame crítico das tentativas de teorização do termo gênero dentro dos estudos da história e sumariza que, de maneira geral, os estudos são divididos em duas vertentes principais: (a) uma vertente descritiva, que se volta apenas a descrever a existência dos fenômenos que envolvem a diferença entre os sexos, mas sem buscar um esforço para analisar, interpretar, explicar causas etc; (b) uma vertente causal, que se volta principalmente para entender o porquê de as coisas serem como são. Outro aspecto importante que ela explicita é também que, em um primeiro momento, gênero foi usado como

terminologia para substituir ‘mulheres’, pois tratava-se de um conceito mais ‘neutro’ e menos político.

Levando isso em conta, a autora faz uma análise histórica e dispõe o gênero em três posições teóricas distintas e questiona os pressupostos dessas teorias. Ao fazer isso, ela realiza um percurso teórico bastante semelhante ao que Rubin (1993 [1975]) propõe, portanto não vamos nos ater de maneira tão aprofundada.

A primeira é uma tradição inteiramente feminista, que relaciona gênero com a ideia de patriarcado. Na sua argumentação, Scott evoca mais uma vez Rubin para refutar essa concepção. Para além disso, ela ainda acrescenta que a ideia de patriarcado e desse feminismo radical está pautada unicamente nas diferenças físicas, o que pressupõe um significado natural e inerente ao corpo humano (algo que não faz sentido se considerarmos que o gênero representa justamente essa fuga à biologia).

A segunda linha teórica que a pesquisadora evoca são os estudos de gênero com um viés marxista. Como a própria autora explica:

As/os feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que elas/eles são guiadas/os por uma teoria da história. Mas, sejam quais forem as variações e adaptações, a exigência auto-imposta de que haja uma explicação “material” para o gênero tem limitado ou, ao menos, retardado o desenvolvimento de novas linhas de análise. [...] O problema que elas/eles enfrentam é o inverso daquele colocado pela teoria do patriarcado, pois, no interior do marxismo, o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como um sub-produto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um *status* analítico independente e próprio. (Scott, 1995 [1986], p. 78)

Por fim, Scott posiciona a categoria gênero no âmbito da psicanálise, dividindo-a em duas escolas principais: o pós-estruturalismo francês e as teorias angloamericanas. A autora enxerga fragilidades em ambos os vieses: o primeiro, pois trata o gênero sob um ponto-de-vista muito focado apenas no sujeito individual e no antagonismo forte entre homens e mulheres; já o segundo viés é criticado por conta do seu literalismo e da limitação do conceito de gênero à esfera da família/doméstica (Scott, 1995 [1986]).

Portanto, a partir disso, a autora propõe uma definição de gênero própria, a qual possui quatro elementos inter-relacionados. O primeiro elemento são os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) - Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental” (p. 86). O segundo elemento seriam os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter

suas possibilidades metafóricas” (p. 86). Ou seja, seriam as doutrinas (de qualquer natureza) que tentam imputar aos seres humanos papéis sociais rígidos do que é ser homem e do que é ser mulher.

Em terceiro lugar, está a necessidade de subverter essa noção de rigidez sugerida pelas doutrinas. Ou seja, trata-se da ideia de que o conceito de gênero deve trazer em si uma “concepção de política, bem como uma referência às instituições e à organização social” (p. 87). E, para concluir, o quarto aspecto do gênero é a sua identidade subjetiva. Com isso, ela quis dizer que os estudos de gênero, principalmente no âmbito da história, não devem conter um viés universalizante, pois cada indivíduo expressa a sua identidade de gênero de maneira única e particular.

A autora conclui, portanto, que “o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (p. 89).

Com o desenvolvimento dos estudos feministas e estudos de gênero e com a sua disseminação ao redor do mundo, outros aspectos passaram a ser levados em consideração, e as teorias de feministas negras e do Terceiro Mundo passaram a ser cada vez mais relevantes no campo. Um exemplo disso é justamente o fato de que, de maneira geral, tanto as ideias de Rubin quanto as ideias de Scott, por exemplo, viam a questão sob um ponto-de-vista branco e imperialista/colonizador.

Na leitura de feministas negras, [essas teorias] explicavam apenas a complementaridade dos sexos, a heterossexualidade obrigatória e a opressão das mulheres mediante o intercâmbio de mulheres no parentesco. Elas observaram, porém, que houve grupos inteiros de homens e mulheres, como escravos africanos, cuja posição no parentesco dependia da relação de parentesco de outro grupo dominante. As mulheres negras, quando escravizadas, não foram constituídas como mulheres do mesmo modo que as brancas. Elas foram constituídas, *simultaneamente*, em termos sexuais e raciais, como fêmeas, próximas dos animais, sexualizadas e sem direitos, em uma instituição que as excluía dos sistemas de casamento. Nesse sistema, só as mulheres brancas foram constituídas como mulheres, no sentido de esposas potenciais, veículos para conduzir o nome da família. (Piscitelli, 2009, p. 141)

Por fim, quando pensamos nas leituras sobre gênero mais recentes, notamos que estas buscam de maneira incisiva a eliminação de aspectos que promovam a *biologização* da noção de diferença sexual. Nesse contexto, um nome que se destaca é o da filósofa estadunidense Judith Butler. Para entender o que Butler propõe, precisamos retomar brevemente a noção da diferenciação entre sexo e gênero.

Historicamente, em todos esses estudos já referenciados, o sexo acaba por ter uma conotação mais biológica, enquanto que o gênero assume uma ligação aos aspectos culturais. Cerqueira et al. (2014) explicam, por exemplo, que

O conceito de sexo relaciona-se com a dimensão biológica do indivíduo, ou seja, com as características anatômicas e fisiológicas. Por outro lado, o conceito de gênero refere-se à dimensão social associada ao sexo, isto é, corresponde aos traços e papéis sociais que são atribuídos aos indivíduos antes/aquando do nascimento. Dependendo do contexto histórico, geográfico e/ou sociocultural, o gênero é uma estrutura social, fluída e dinâmica (Connell, 2009), que se concebe pela sua reiterada performatividade. (p. 16)

No entanto, o que Butler (2021 [1990]) faz é justamente contrariar essa ideia de que o gênero está para a cultura assim como o sexo está para a biologia. Para ela, falar de feminismo sem falar em gênero é completamente inútil, da mesma forma que tratar esse tema de uma maneira binária também não faz sentido. “O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes”, explica a autora (p. 18).

A partir disso, ela questiona a ideia de identidade apresentada pelo feminismo mais clássico, justamente por entender que falar em ‘ser mulher’ não é tão simples quanto rotular algumas características. Desse modo,

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. (p. 21)

Tendo isso em conta, a autora reflete sobre a possibilidade de uma política pós-feminista, que repense o sujeito do feminismo e que fuja do binarismo presente na teoria (ou seja, as identidades são fluidas, não precisamos ser divididos de maneira categórica e rígida entre homens e mulheres). Butler (2021 [1990]) questiona, portanto, a noção de que o gênero está para a cultura assim como o sexo está para a biologia. Seguindo o seu raciocínio,

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (p. 25)

Em suma, se o gênero é determinado a partir da cultura, como diversos outros autores já demonstraram, por que ele precisa, necessariamente, estar ligado a um sexo biológico? Nessa perspectiva, o que podemos concluir é que o conceito de gênero na sociedade atual vai muito além da clássica dicotomia entre homem/mulher e envereda por um campo mais fluido, no qual não necessariamente as estruturas estão determinadas de maneira binária e pré-definida (Butler, 2021 [1990]; Coelho, 2018).

Em explicação a este modo de pensar, Rocha (2014) destaca que Butler argumenta justamente contra a chamada metafísica da substância, crença difusa segundo a qual “o sexo e o corpo são entidades materiais naturais e autoevidentes” (p. 511). Assim, a clássica autora postula que, na verdade, não existe uma relação necessária entre o corpo de uma pessoa e o seu gênero, visto que este último não está condicionado a fatores naturais, mesmo que por vezes ele possa se apresentar como tal, nos casos em que se cristaliza.

A partir deste ponto-de-vista, é importante perceber que os estudos mais atuais neste campo também apontam para uma luta contra a homogeneização de características físicas, psicológicas e sociais atribuídas historicamente a cada gênero - neste caso, principalmente às mulheres -, tendo em vista a luta contra os estereótipos presentes nas mais diversas esferas da sociedade (Cerqueira et al., 2014).

Assim, as fronteiras entre o que é homem/mulher, feminino/masculino, homossexual/heterossexual, etc estão cada vez menos definidas e pouco importa cristalizar cada uma destas categorias, mas sim, em contrapartida, “reconhecer a diversidade, a fluidez e a heterogeneidade dos diferentes grupos sociais e, em particular, dos indivíduos que os constituem” (Cerqueira et al., 2014, p. 18).

Porém, esses novos conceitos não foram bem aceitos por uma parcela da sociedade, principalmente por pessoas mais conservadoras, que acusam os estudos de gênero de estarem indo contra o que é ‘natural’. A própria Judith Butler é alvo de diversos ataques nesse sentido, sob a justificativa de que debater/conversar sobre gênero é algo negativo.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Consultar: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41820744>

## 1.2 Movimentos antigênero<sup>7</sup> e a criação de uma ‘ideologia de gênero’

À medida em que se consolidam os estudos sobre gênero e as suas articulações com temáticas como direitos das mulheres e pautas LGBTQIA+, passam a existir também movimentos (religiosos, políticos, culturais, etc) que vão contra esse conceito. Como explicado na seção anterior, a concepção do que é gênero se desenvolve tendo como base primordial uma *desbiologização* da vida social, com o entendimento de que os elementos culturais são preponderantes em relação aos elementos naturais no que diz respeito ao comportamento humano e às suas relações sociais. Posto isso, de maneira geral, os movimentos antigênero atuam justamente na empreitada de questionar essa ideia, acusando a categoria de subverter uma suposta ‘ordem natural das coisas’.

Garraio e Toldy (2020) explicam que esse tipo de debate tem sido cada vez mais frequente em escala mundial, geralmente associado a um viés religioso - principalmente à Igreja Católica - e a movimentos partidários de extrema direita. As autoras explicam que se trata de um

[...] movimento global que adotou o conceito para articular oposição à igualdade de gênero, aos direitos reprodutivos da mulher, ao acesso ao aborto em segurança, à educação sexual nas escolas e aos direitos das pessoas LGBTQ em áreas como casamento, adoção, maternidade de substituição e tecnologias reprodutivas. ( p. 131)

Nesse contexto, observamos cada vez mais a difusão da terminologia ‘ideologia de gênero’ (ou às vezes ‘teoria de gênero’ e outras variações). Segundo Junqueira (2018), esse termo trata-se de um sintagma neológico - ou seja, uma expressão inventada - criado para ser utilizado como um

artefato retórico e persuasivo em torno do qual reorganizar seu discurso e desencadear novas estratégias de mobilização política e intervenção na arena pública. [...] Notadamente, nessas ofensivas, engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar

---

<sup>7</sup> O prefixo grego ‘anti’ traz o significado de oposição e coisas contrárias. Portanto, quando falamos em antigênero, referimo-nos às ideias/retóricas que buscam refutar a existência do conceito de gênero e que o associam a uma crise moral e de valores.

disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis”. (p. 451)

Ainda, segundo o autor, geralmente trata-se de uma estratégia discursiva de grupos fundamentalistas religiosos e/ou do espectro político da extrema direita, com um reforço de valores baseados na ideia de família, entendida por estes grupos de uma maneira tradicional, como a união heterossexual de um homem e uma mulher cis e seus filhos. (Junqueira, 2018).

De acordo com Garraio e Toldy (2020), em um primeiro momento, utilizar a nomenclatura ‘estudos de gênero’ não denotava o significado deturpado que é difundido nos dias atuais. As autoras explicam inclusive que, durante muito tempo, fez-se amplamente o uso do termo gênero nos espaços políticos e na academia como forma de “suavizar” as reivindicações dos movimentos feministas e LGBTQIA+, visto que esses eram considerados demasiado partidários. Falar em gênero era, portanto, uma forma mais “neutra” de tratar desses fenômenos. Porém, a partir de meados da década de 1990, alguns atores sociais, principalmente religiosos e políticos, começaram a usar essa nomenclatura com uma conotação pejorativa. “Esses atores acusavam de ser um movimento social permissivo pró-aborto e pró-LGBT que deveria ser combatido em nome da defesa da família e do bem-estar das crianças” (p. 133).

Miskolci e Campana (2017), ao fazer um mapeamento do desenvolvimento da terminologia ‘ideologia de gênero’, reconhecem a sua disseminação cada vez maior no contexto da América Latina e da Europa, principalmente desde 2008. “Se, historicamente, os setores religiosos se opuseram ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, o combate à ‘ideologia de gênero’ é mais recente e, em diversos países europeus, se começa a alardear seus supostos perigos depois de 2008” (p. 726).

Nesse contexto, eles concluem que existem pelo menos três regularidades relativas à ideia do combate à ideologia de gênero, nomeadamente: a) Esses movimentos passam a ganhar força após a virada do milênio (ou seja, é um fenômeno recente); b) Em geral, emergiram em países que passaram a ter governos mais à esquerda no espectro político (apesar de reconhecermos a complexidade que envolve as denominações do que é esquerda e do que é direita); c) Deflagraram-se quase sempre em torno de reformas educacionais e legais. (Miskolci & Campana, 2017)

Para entender melhor esse fenômeno, é preciso reconhecer aqui o papel da Igreja Católica no desenvolvimento desse movimento. Durante os anos 1990, quando essas pautas emergiram com mais força, observa-se que o Vaticano produziu uma série de documentos, proferiu diversos discursos e influenciou a criação de leis que

buscavam deslegitimar os estudos de gênero, o que resultou na invenção do sentido negativo do termo ‘ideologia de gênero’ (Garraio & Toldy, 2020).

Um marco decisivo no desencadeamento dessa reação da Igreja Católica foi a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (IV CMM), organizada pelas Nações Unidas, em Pequim, no ano de 1995. Durante o evento, a organização realizou um movimento importante de substituir a denominação ‘mulheres’ pela denominação ‘gênero’, de forma a tornar o debate mais inclusivo. Essa decisão, entretanto, não foi vista de uma maneira positiva pela Igreja Católica (Miskolci & Campana, 2017). Na ocasião, a Delegação do Vaticano emitiu uma declaração que é considerada como um dos primeiros documentos oficiais que marca o seu posicionamento institucional acerca da questão. Algumas das declarações emitidas pela Igreja Católica, na época representada pelo papa João Paulo II, incluem:

(a) A Santa Sé não pode aceitar terminologia ambígua relativa ao controle não qualificado sobre a sexualidade e fertilidade, particularmente porque pode ser interpretada como um endosso do aborto e da homossexualidade. (United Nations, 1996, p. 161)

(b) A Santa Sé, alinhada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, salienta que a família é a unidade básica da sociedade e baseia-se no casamento como uma parceria igualitária entre marido e mulher, ao qual é confiada a transmissão da vida. (United Nations, 1996, p. 160)

(c) O termo “gênero” é entendido pela Santa Sé tendo como fundamento a identidade sexual biológica, masculina ou feminina. [...] A Santa Sé exclui, assim, interpretações dúbias baseadas em pontos de vista que afirmam que a identidade sexual pode ser adaptada indefinidamente para se adequar a novos e diferentes propósitos. (United Nations, 1996, p. 162)

Outros marcos importantes na ofensiva antigênero católica são: a) A Carta aos bispos, redigida em 2004 pelo então papa João Paulo II, na qual ele se manifestou contra o movimento feminista e assumiu claramente a posição da Igreja de que a maternidade era essencial para o ‘ser mulher’; b) A V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (CELAM), realizada em 2007, conhecida como Documento de Aparecida. É nessa ocasião que o termo ‘ideologia de gênero’ aparece pela primeira vez com essa nomenclatura e tratava-se de um documento “contra o gênero, contra os homossexuais, a favor da noção tradicional de família e contra o ‘sectarismo e relativismo ético” (Miskolci & Campana, 2017, p. 728).

Apesar de esse posicionamento apenas ser oficializado em setembro de 1995 e o termo apenas ter sido cunhado em 2007, Corrêa (2018) comenta que os primeiros ‘sinais de fogo’ já haviam sido notados antes, em março de 1995, na etapa final do Comitê Preparatório da IV CMM de Pequim, em Nova Iorque. Segundo ela, no documento, apesar de não haver um posicionamento oficial da Igreja Católica, havia indícios de que havia ali uma polêmica em torno do termo. A seguir, o relato da pesquisadora:

Ao chegar em Nova Iorque, a primeira coisa que me disseram é que gênero estava entre colchetes: ou seja já não era mais uma definição consensual. Fui informada que os debates estavam paralisados porque as/os diplomatas que coordenavam as negociações não estavam preparadas/os para os acirrados embates que haviam proliferado em torno a terminologia de gênero e outros temas polêmicos. Numa das salas de trabalho, assisti um delegado do Sudão exigir, vigorosamente, o “colcheteamento” da palavra e ser apoiado por outros países islâmicos, sem que a coordenadora da sessão conseguisse conter seu longo e agressivo discurso. Nessa cena, as mãos nem tão invisíveis do Vaticano eram detectáveis, pois embora a Santa Sé não tenha se manifestado, as delegações de Honduras, Nicarágua e El Salvador, seus aliados fiéis, apoiaram a posição sudanesa. (Corrêa, 2018, p. 4)

Um nome importante no desenvolvimento desse movimento antigênero dentro do ambiente da Igreja Católica foi o de Joseph Aloisius Ratzinger, que posteriormente viria a se tornar o papa Bento XVI. Em 1997, quando ainda era cardeal, Ratzinger escreve:

Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como

deuses”: tem que ser como Deus. (Ratzinger, 1997, *as cited in* Miskolci & Campana, 2017, p. 726)

A partir desse discurso, podemos notar que uma das características do movimento antigênero dentro do campo religioso é justamente o retorno a uma concepção orientada pela biologia e pelo ‘natural’. A ideia defendida pela Igreja Católica é a de que discutir temas como gênero é ir contra os desígnios naturais de Deus, o que seria, portanto, pecado. Além disso, os discursos católicos antigênero acusam a ‘ideologia de gênero’ de ser um ataque ao matrimônio e à família, esta última considerada a base da sociedade (Garraio & Toldy, 2020). Os estudos de gênero são acusados, portanto, de “corroerem o consenso em torno da definição dos sexos: separam a ‘natureza corporal’ da ‘feminilidade’ como sendo o sexo atribuído ao nascimento; definem a identidade de acordo com a ‘auto-identidade’ independentemente das características do corpo” (p. 138).

Apesar das origens católicas, o movimento contra a chamada ‘ideologia de gênero’ não se manifesta apenas no âmbito religioso. Hoje em dia, os movimentos antigênero estão associados a grupos políticos (essencialmente da extrema direita populista) e as suas atuações se dão de maneira relevante no âmbito da educação (Miskolci & Campana, 2017; Junqueira, 2018). A partir disso, esses movimentos assumem a posição conspiratória de que os estudos de gênero são uma forma da “esquerda comunista” de subverter a ordem social e “manipular” a população. Junqueira (2018) explica esse processo, relatando que os movimentos antigênero

[...] tendem a se basear na mesma premissa: “feministas radicais”, ativistas LGBTI, políticos de esquerda órfãos do comunismo, organismos internacionais e seus aliados estariam, de maneira sutil e insidiosa, empenhados em infundir a “ideologia de gênero”, especialmente nas escolas. Segundo os atores envolvidos nas mobilizações antigênero, esses grupos “radicais”, por meio de discursos envolventes sobre a promoção da igualdade e o questionamento dos estereótipos, promoveriam a disseminação e imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: o *gender*/gênero. Seu intuito seria extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, difundindo-se a crença enganosa de que tais diferenças seriam meros produtos de processos opressivos de construção social e que poderiam constituir simples escolha do indivíduo. (p. 452)

Nesse processo, o autor explica ainda que, nos discursos antigênero, uma característica comum é o uso de fragmentos de textos e citações

descontextualizadas/falseadas de autoras(es) que tratam sobre gênero, de modo a desqualificar e simplificar os estudos sobre o tema (Junqueira, 2018).

Além disso, quando o gênero passa a ser designado como uma ideologia, ele carrega em si o peso teórico de tal nomenclatura. Rosa, Souza e Camargo (2020), por exemplo, retomam o conceito de ‘ideologia’ de Norberto Bobbio e concluem que a busca por utilizar o nome ‘ideologia de gênero’ consiste em uma maneira de diminuir estes estudos, colocando-os do lado oposto do que seria o conhecimento científico. Os autores concluem, portanto, que é estratégica a substituição intencional da terminologia ‘identidade de gênero’ por ‘ideologia de gênero’, por exemplo. Miskolci e Campana (2017) complementam, explicando que começou-se a “definir ‘ideologia de gênero’ como um ‘sistema de pensamento fechado’. [...] E como ideologia, as equipara aos diversos totalitarismo, incluindo o nazismo e o comunismo” (p. 727).

A partir dessa percepção, na qual o gênero é visto como uma ideologia, passa-se a considerar que os movimentos antigênero estão circunscritos no fenômeno do pânico moral (Miskolci & Campana, 2017; Garraio & Toldy, 2020; Rosa, Souza & Camargo, 2020). Esse conceito tem como principal representante Stanley Cohen, que em 1972 publicou o livro “Folk Devils and Moral Panics: The creation of the Mods and Rockers”, tendo como principal contexto os episódios de vandalismo entre dois grupos juvenis rivais na Inglaterra (os Mods e os Rockers). A principal tese do autor é a de que a sociedade está, constantemente, sujeita a episódios de pânico moral, nos quais:

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais; a sua natureza é apresentada de um modo estilizado e estereotipado pelas mídias de massa; barricadas morais são fortalecidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas com pensamentos “à direita”; especialistas socialmente acreditados pronunciam seus diagnósticos e soluções; caminhos de enfrentamento são desenvolvidos ou (mais frequentemente) é procurado refúgio nos já existentes; a condição depois desaparece, submerge ou deteriora-se e torna-se mais visível. (Cohen, 2011 [1972], p. 1)<sup>8</sup>

Ao fazer uma análise das origens do conceito de pânico moral, Machado (2004) explica que se trata de uma ideia surgida no âmbito das explicações sociais críticas para os crimes e que, apesar de Cohen ser o principal expoente da teoria, Jock Young já falava sobre isso um ano antes, em 1971. A autora comenta que Young, no contexto da

---

<sup>8</sup> Tradução nossa, grifo nosso

“guerra às drogas”, fala sobre uma espécie de “efeito espiral” que ocorre entre a mídia, a opinião pública, grupos de pressão/poder e políticos em geral. A partir dessa espiral, cria-se um medo na população acerca daquele fenômeno em específico.

Retomando a definição de Cohen (2011 [1972]) - que segundo Machado (2004) utiliza instrumentos derivados do marxismo e do interacionismo simbólico-, um pânico moral é dividido em três fases distintas.

A primeira delas, conhecida como “Inventário”, é a gênese do pânico moral. Nessa etapa, a mídia apresenta um papel fundamental de “organização de um conjunto de rumores e percepções públicas desorganizadas, constituindo um corpus interpretativo do problema” (Machado, 2004, p. 61). Nessa etapa, são implementados três processos principais: exagero e distorção; predição (do que irá acontecer com o problema no futuro); e simbolização, através de “palavras, frases ou imagens que o representam de forma estereotipada, dramatizada e exagerada” (p. 61).

A segunda etapa do pânico moral é a mobilização de opiniões e atitudes, na tentativa de dar um significado ao problema. Quando isso ocorre, a atenção passa a se voltar para as implicações e consequências do determinado fenômeno, ocorrendo a identificação de danos para além dos mais imediatos e passando para uma esfera cada vez mais voltada a valores (exemplo: “crise da família”, “crise da humanidade” etc) (Machado, 2004). É a partir dessa etapa que passa a haver uma espécie de demonização dos grupos de foco do pânico moral. Como explica Machado (2004), “daí resulta uma imagem demonizada do grupo desviante, que o retrata como atípico e anormal, em contraste com uma imagem idealizada e hiper-normativa do pano de fundo social”. (p. 62)

Por fim, a terceira fase do pânico moral é a ação e remediação do problema, que está dividida em dois níveis distintos. O primeiro é a sensibilização, que “refere-se à focalização da atenção e consciência do público e da mídia a qualquer eventual pista de um ressurgimento do problema” (Cohen, 2011 [1972], p. 85)<sup>9</sup>. E o segundo é o desenvolvimento da cultura de controle social, “ou seja, da rede conceptual e institucional que tem por função a explicação e o controle/gestão do desvio” (Machado, 2004, p. 63). Nessa fase, é como se existisse um grande desejo moral de ‘salvar’ a sociedade de determinado problema, em nome de um pretendido interesse coletivo.

A consequência desses três processos construtivos do pânico é a produção de um discurso moral em torno do problema, que acaba por resultar numa polarização maniqueísta - existe o “bem”, que é o certo, o moral, o correto, o justo; e o “mal”, que é o errado, que vai destruir a sociedade, etc - e num processo de dramatização da

---

<sup>9</sup> Tradução nossa

realidade social (Machado, 2004). Ademais, vale ressaltar que Cohen destaca que os momentos de pânico moral ocorrem em maior escala em períodos de crise social.

Em suma, ao fazer uma conclusão crítica sobre o conceito, Machado (2004) analisa que:

O pânico moral não deve ser visto como uma erupção súbita de preocupação, mas antes como uma forma comunicacional endêmica na nossa sociedade, apresentando intensificações em locais e momentos específicos, a propósito de temas particulares. Tais intensificações podem resultar da acção de grupos de interesse que tentam adquirir projecção e ‘voz’ pública pela dramatização das suas reivindicações, em particular através dos media. (p. 76)

Quando falamos do papel das mídias de massa nesse processo, Cohen (2011 [1972]) reforça a sua importância, explicando que isso se deve ao grande alcance que esses meios de comunicação possuem. Como ele mesmo pontua, “a maior parte dessas crenças generalizadas são espalhadas através dos meios de comunicação de massa” (p. 14).

Ao articular o conceito de pânico moral com a ‘ideologia de gênero’, Rosa, Souza e Camargo (2020) debatem o papel das *fake news* nesse processo dentro do ciberespaço e no contexto da pós-verdade. Os autores concluem, portanto, que:

Utilizar o termo ‘ideologia de gênero’ é um completo equívoco do ponto de vista científico e revela o esforço de grupos em deturpar o conceito de gênero, na tentativa de instaurar um pânico social, banindo a noção de ‘igualdade de gênero’ do debate público e reiniciando as desigualdades e violências sofridas por homens, mulheres e minorias sexuais. (p. 136)

Falando especificamente dos movimentos antigênero em Portugal e da construção da desses movimentos no país, ainda há pouca bibliografia sobre o tema (e nenhuma em português). Seixas (2022) explica que existem autores interessados em entender essa ofensiva no contexto europeu em geral, mas que não encontrou investigações que se debrucem para fazer uma genealogia/análise criteriosa da temática especificamente em Portugal.

Segundo a autora, entretanto, boa parte dos marcos em que podemos identificar o aparecimento desses movimentos antigênero e do debate da ‘ideologia de gênero’ está ligada ao âmbito da educação. As discussões começaram a se intensificar em 2017 e ganharam ainda mais força em 2018. “Perigo! Ideologia de gênero’ foram as palavras

usadas nos cartazes afixados em cerca de 300 escolas do ensino público de norte a sul do país, pelo grupo ‘Escudo Identitário’ em 2018” (Seixas, 2020, p. 2).

Além disso, Seixas ainda traz à tona o fato de que, desde o início da década passada, Portugal passou por uma série de mudanças legislativas atendendo a reivindicações de grupos feministas e LGBTQIA+, entre elas: a reprodução medicamente assistida (Lei n.º 32/2006), a lei da paridade na Assembleia da República (Lei Orgânica n.º 3/2006), a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) (Lei n.º 16/2007), a união de fato entre casais do mesmo sexo, o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Lei n.º 9/2010), a adoção por casais do mesmo sexo (Lei n.º 2/2016), a permissão para que mulheres sozinhas recorram à reprodução medicamente assistida (Lei n.º 58/2017) (Seixas, 2020). Todas essas legislações, consideradas como resoluções de um espectro político mais ‘à esquerda’, são agravantes na disseminação da ideia de ‘ideologia de gênero’ como pânico moral, tal como Miskolci e Campana (2017) descrevem.

Para concluir a discussão, vale trazer a reflexão que Garraio e Toldy (2020) fazem, baseada num texto recente de Judith Butler que apela para o fim dos ataques contra a ‘ideologia de gênero’. Quando discutimos gênero:

O que está em causa é antes de tudo o direito do indivíduo à liberdade e à autodeterminação: ensinar gênero não é doutrinação, não é impor modelos de comportamento; trata-se, pelo contrário, de criar um espaço para os/as jovens encontrarem o seu próprio caminho dentro da complexidade humana e de promover um mundo em que aqueles/as que não se encontram dentro da norma vigente possam viver sem medo. Em suma, trata-se de criar um mundo mais equitativo e livre de violência. Consequentemente, resistir aos movimentos anti-gênero significa defender sociedades mais igualitárias e menos opressivas, e implica a cooperação com ativistas e a solidariedade para com aqueles/as mais diretamente visados pelos ataques à “ideologia de gênero”. (Garraio & Toldy, 2020, p. 150)

Como discutimos durante essa última subseção, a mídia (principalmente os meios de massa) possuem um papel fundamental para a construção do pânico moral acerca do conceito de gênero. Portanto, dedicaremos a próxima seção a discutir mais a fundo qual é o papel social da mídia (mais especificamente do jornalismo) em uma sociedade democrática e plural.

## Capítulo 2 - O papel do jornalismo em uma sociedade democrática, diversa e plural

Para que serve o jornalismo? Qual é a sua função na sociedade? Existe jornalismo realmente neutro e objetivo? O jornalismo molda e/ou influencia a realidade social e as maneiras de pensar e agir? Certamente, responder a essas perguntas não é algo fácil e diversas correntes teóricas se dedicam, há bastante tempo, a entender qual é o papel do jornalismo na sociedade nos mais diversos campos do saber, não necessariamente apenas na comunicação.

Sabemos, pela experiência empírica e pelo conhecimento científico, que o jornalismo e os meios de comunicação de maneira geral influenciam a forma como encaramos a realidade. Entretanto,

Concretamente, muito pouco se sabe sobre os efeitos do Jornalismo sobre os indivíduos ou as sociedades. Existem várias hipóteses a este respeito, mas é muito difícil isolar variáveis de forma a testá-las para fins de comprovação. É inegável que os meios de comunicação têm um poder muito grande no meio social, mas é difícil determinar até que ponto este poder é exercido de forma autônoma e até que ponto funciona apenas como instrumento de outros poderes instituídos. (Meditich, 1997, p. 11)

Apesar dessa dificuldade, um primeiro passo essencial que nos leva a entender o processo de como o jornalismo impacta na sociedade (e a sua função) é a constatação de que jornalismo e democracia andam lado a lado em uma relação mútua e simbiótica. Traquina (2005) explica essa concepção ao escrever que:

Os pais fundadores da teoria democrática têm insistido, desde o filósofo Milton, na liberdade como sendo essencial para a troca de idéias e opiniões, e reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar os cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão do poder entre poderes), a responsabilidade de ser o guardião (*watchdog*) do governo. (Traquina, 2005, p. 22)

Schudson (2008), por exemplo, também reflete sobre o tema e sumariza seis funções principais que geralmente o jornalismo assume em democracias, nomeadamente: informar o público; investigar a ação dos diversos agentes de poder, entre eles, o poder político; analisar e interpretar os fenômenos de forma que estes se tornem mais compreensíveis e coerentes para o público em geral; promover a empatia

social, que diz respeito à transmissão de histórias de interesse humano, concedendo espaço e voz para as pessoas menos favorecidas da sociedade; possibilitar o espaço público, fomentando o debate entre as diversas ideias; e, por fim, atuar como agente de mobilização.

Tendo isso em conta, a partir da consolidação do jornalismo como conhecemos hoje, que teve seu berço no século XIX nos Estados Unidos, diversos autores começam a se debruçar sobre o tema do papel do jornalismo na sociedade. Traquina (2005) é um dos estudiosos que buscou fazer uma sistematização das teorias que têm como finalidade entender esse fenômeno. Em seu percurso teórico, o acadêmico busca explicar as diversas hipóteses que explicam o processo, ressaltando que todas têm aspectos válidos e que elas não são necessariamente excludentes entre si.

Vizeu (2003), que também se debruça sobre a temática, corrobora com esse ponto-de-vista ao considerar que ainda não é possível afirmar que exista uma teoria única que defina o papel do jornalismo perante à sociedade. Ou seja, não se pode dizer que há uma “teoria do jornalismo” que seja unânime e que explique todas as nuances dessa atividade social tão complexa. Portanto, o que existem são as chamadas “teorias intermediárias”, que buscam explicar o cotidiano da prática jornalística e entender o seu papel sob determinados ângulos de análise.

Além disso, vale aqui também ressaltar um adendo feito pelo próprio Vizeu (2003) acerca da utilização do termo “teoria”. O uso da referida expressão é discutível, porque “pode significar somente uma explicação interessante e plausível e não um conjunto de princípios e proposições” (Vizeu, 2003, n.p.). Apesar dessa consideração, assumiu-se convenção o uso dessa nomenclatura dentro do campo dos estudos sobre jornalismo.

Retomando o percurso histórico, a teoria mais antiga que busca explicar o papel do jornalismo na sociedade é conhecida como “Teoria do Espelho”. A sua formulação principal é a de que o jornalismo serviria como um “espelho da sociedade” e, portanto, as notícias puramente reproduzem os fatos de maneira objetiva e desinteressada. Trata-se da concepção (muitas vezes dominante no campo jornalístico) de que os produtos noticiosos são retratos fiéis da realidade, sem considerar que haja qualquer forma de influência por parte da(o) jornalista (Traquina, 2005). O seu desenvolvimento se dá à medida que os jornais começam a se tornar um produto comercializável e o jornalismo passa a ser uma indústria, aproximadamente entre final do século XIX e começo do século XX.

Apesar de ter seus pressupostos bastante difundidos, é, entretanto, uma formulação bastante questionada, pois carece de um aspecto teórico mais robusto e desconsidera diversos aspectos da realidade social que está em volta do processo de construção jornalístico.

De uma maneira geral, é a teoria que corresponde ao senso comum das redações e de muitas Faculdades e Cursos de Jornalismo no Brasil. Esquece-se o trabalho simbólico do jornalismo, reduzindo o jornalismo a meras técnicas, meia dúzia de regras - os tradicionais o quê?, quem?, quando?, onde?, como?, e por quê?. (Vizeu, 2003, n.p.)

Outra teoria levada a cabo para tratar do papel social do jornalismo é conhecida como “teoria da ação pessoal” ou como “teoria do *gatekeeping*”. Segundo essa concepção, que começa a ser desenvolvida aproximadamente na década de 1950 e tem como principal expoente David Manning White:

o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, ‘portões’ que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo ‘portão’; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua ‘morte’ porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação. (Traquina, 2005, p. 150)

Ou seja, segundo este ponto-de-vista, a soberania de decidir o que será ou não publicado é do jornalista que, muitas vezes, o faz sob critérios individuais e pessoais - por isso a nomenclatura ‘ação pessoal’, desenvolvida por Schudson (2008). Dessa maneira, o processo de decisão teria aspectos altamente subjetivos, os quais poderiam variar de acordo com o conjunto de valores que aquela(e) jornalista partilha (Traquina, 2005).

Apesar de se tratar de um conceito fundamental para os estudos de jornalismo naquele período (década de 1950-1960) e posteriormente (até os anos 1990), hoje em dia a formulação já não apresenta a mesma força que antes. Isso porque ela é bastante criticada por ser focada apenas no ponto de vista de quem produz as notícias (o jornalista) e deixar de lado todos os outros aspectos que podem ser relevantes durante a produção jornalística, baseando-se apenas no conceito de seleção (Traquina, 2005). Vizeu (2003) explica que uma das críticas à teoria do *gatekeeping* é justamente a sua “abordagem micro-sociológica” seletiva, que acaba por não ponderar elementos

extremamente relevantes na produção jornalística, tais como: Códigos de Ética, critérios de noticiabilidade, manuais de redação, pressões e limitações por parte de chefes e editores, pressões temporais e espaciais etc.

Ainda no mesmo contexto de desenvolvimento da teoria do *gatekeeping*, desenvolve-se também a teoria organizacional, dessa vez tendo como principal representante Warren Breed. Ao contrário da formulação anterior, que focava exclusivamente no papel individual do jornalista dentro do âmbito da produção noticiosa, essa tese aponta para o papel da organização nesse processo.

Assim, segundo a *teoria organizacional*, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística. O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimendas - dois meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas, e a sua promoção - quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional. Segundo a teoria organizacional, o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios que a organização dispõe. (Traquina, 2005, pp. 157-158)

Essa teoria traz um viés um tanto quanto pessimista/conformista por parte do jornalista que, segundo essa hipótese, agiria de maneira passiva em relação à organização para a qual ele trabalha. Segundo Traquina (2005), para Breed, existem seis fatores que promovem esse conformismo: autoridade institucional e sanções, sentimentos de obrigação e estima com os superiores, aspirações de mobilidade, ausência de grupos de lealdade em conflito, prazer da atividade e notícias como valor. Assim como a teoria do *gatekeeping*, a teoria organizacional também é passível de críticas na medida em que também privilegia apenas um aspecto da produção noticiosa, em detrimento das diversas dimensões que podem advir deste processo.

A partir dos anos 1960, o mundo passou a enfrentar um contexto de bastante efervescência política, cultural e social. A onda de protestos e contestações observada nas ruas é também traduzida para os ambientes universitários, e é notória uma influência marxista nos estudos acadêmicos. É nesse contexto que passam a ser desenvolvidas as chamadas “teorias da ação política”, que no jornalismo se traduzem

como os “estudos da parcialidade” (em oposição à ideia de objetividade predominante no campo). Para essas teorias, em geral,

os *media* noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente certos interesses políticos: na versão de esquerda, os *media* noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. (Traquina, 2005, 163)

Ou seja, independentemente do posicionamento político-ideológico, esses estudos buscavam validar a tese de que o noticiário trazia informações distorcidas da realidade, e os principais agentes para essa distorção, ou “ação política”, eram os próprios jornalistas.

A partir da década seguinte, nos anos 1970, com a ampliação dos estudos no campo jornalístico, observa-se uma mudança de paradigma acerca da função social do jornalismo. Se em um primeiro momento o jornalismo é considerado como um espelho da realidade (na teoria do espelho) e em um segundo momento ele é apontado como uma distorção dela (nas teorias da ação política), os estudos desse período rejeitam ambas as acepções, inaugurando um novo paradigma: as notícias como construção social. (Traquina, 2005) Como explica o próprio autor:

O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *media* noticiosos, que devem refletir essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos. (pp. 168-169)

Para entendermos os estudos inseridos nesse paradigma, precisamos entender o que significa falar em ‘realidade como construção social’. De maneira resumida, podemos dizer que a ideia central é a de que “o ‘mundo real’ só é acessível aos seres humanos por meio de construções sociais - linguísticas, em última análise” (Neder, 2009, p. 27).

O conceito de “construção social” tem no livro “A construção social da realidade”, publicado por Peter Berger e Thomas Luckmann em 1966, uma das suas principais bases teóricas. A obra faz parte do ramo de estudos conhecido como Sociologia do Conhecimento, que se debruça a entender o conhecimento humano enquanto fenômeno social. Ou seja, busca compreender a maneira como os seres humanos pensam e de onde vem o conhecimento que produzimos enquanto sociedade.

Em sua obra, sob um ponto-de-vista fenomenológico, eles definem, de uma maneira propositadamente simples, o que seria realidade e o que seria conhecimento para a sua teoria. Realidade é a “qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos “desejar que não existam”)” (Berger & Luckmann, 2004 [1966], p. 11), enquanto conhecimento é “a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (p. 11).

A tese dos autores é, portanto, resumida por Soares (2017) da seguinte maneira:

A realidade, entendida como fenômenos que existem independentes da nossa vontade, é construída por uma conjunção de fatores sociais, decorrentes da ação humana. A abordagem complementar apresenta a dialética realçada em toda a obra: O homem constrói a realidade social ao mesmo tempo que é por ela influenciado. (p. 317)

Tendo isso em mente, assumir o paradigma do jornalismo enquanto construção social da realidade significa dizer que o jornalista não é o responsável por “pegar a realidade” e a “espelhar” de maneira completamente objetiva e neutra através de uma notícia ou reportagem, pois isso não seria possível. No processo de apuração e de redação daquele produto jornalístico, o profissional jornalista acaba por ajudar a “constitui-la como fenômeno social compartilhado, posto que no processo de descrever um acontecimento, a notícia define e dá forma a esse acontecimento” (Tuchman, 1983, pp. 197-198)<sup>10</sup>. E ainda: “[...] o ato de produzir a notícia é o ato de construir a realidade” (p. 24).

Ou seja, quando entendemos a realidade (e conseqüentemente o jornalismo) como uma construção, toma-se como certo que ela está em disputa e as notícias são “índice do ‘real’ e, portanto, contribuem para a construção da realidade” (Traquina, 2001, p. 87).

Sousa (1999) corrobora com o ponto-de-vista construcionista quando argumenta que, nos média, estamos sempre lutando em busca de espaços simbólicos

---

<sup>10</sup> Tradução nossa

num campo de força, nos quais algumas coisas acabam por ser noticiadas e outras não. Entender o jornalismo como construção social da realidade é, portanto, reforçar a ideia de que:

A visão do jornalismo como mero transmissor de conhecimento é redutora, a este nível, e insuficiente para a compreensão do seu papel no processo de cognição social. [...] Uma ideia central para o tema em questão parte do modo como, enquanto organizações especializadas, os media participam na formulação dos significados partilhados, ao nível da instauração de rotinas, procedimentos burocráticos e mecanismos de tipificação. (Silveira & Marôpo, 2014, p. 15)

Desse modo, podemos dizer que a construção da notícia se processa a partir de noções comuns já incorporadas e partilhadas entre jornalistas, fontes de informação e público. Portanto, a ideia da notícia como um retrato fiel e objetivo da realidade já não se mostra mais possível dentro desse paradigma da construção social. Isso significa dizer, então, que o jornalismo é mentiroso ou inverossímil? E para onde vão as normas e critérios que os jornalistas estudam desde o começo da sua formação? Esses são alguns dos questionamentos postos pelas pessoas críticas à noção de notícia como construção social. Correia (2009), entretanto, elucida:

Quando se fala da construção social da realidade não é para falar de manipulação mas apenas para dizer que a construção de um significado objectivo é um processo histórico, social e cultural que resultou da intervenção de protagonistas da realidade social que nele participaram e de processos cognitivos que estão associados aos processos sociais e culturais. Logo, a evidência desta construção não é uma licença para a mentira, a manipulação ou a subversão factual, as quais constituem uma violação dessas expectativas inerentes à produção e recepção dos enunciados jornalísticos. (p. 22)

Meditich (1997) ao refletir sobre essa questão explica que entender o jornalismo como construção social e não como um espelho da realidade não é um problema e não afeta a credibilidade jornalística. Porém, ele ressalta que esse processo deve ser constituído em uma relação transparente entre jornalistas e público, mas em geral não é. “A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não” ( p. 10).

Algumas teorias resultantes desse paradigma são a teoria do agendamento (também conhecida como *agenda setting*), a teoria estruturalista, a teoria interacionista e a teoria etnoconstrucionista. (Traquina, 2003) Além destas, apresenta-se também a teoria do enquadramento (ou *framing*), segundo a qual os jornalistas e demais atores possuem “quadros interpretativos” que lhes dão sentido para compreender o mundo e que são aplicados na construção noticiosa, de forma a explicar o mundo para o público consumidor.

A seguir, realizaremos uma explicação mais detalhada desta teoria, que é uma das principais bases para o desenvolvimento deste trabalho.

## **2.1 Como o jornalismo enquadra a realidade?**

A ideia do enquadramento (*framing*) se origina no âmbito das ciências sociais na década de 1950, tendo uma das suas bases principais na teoria de Erving Goffman, antropólogo, sociólogo e escritor canadense. Franciscato e Góes (2012) explicam que “em Goffman, ‘quadros’ são considerados como ‘princípios de organização’ dos eventos, princípios compartilhados em um corpo coletivo e que fundamentam nossa capacidade de dar sentido às coisas e de constituir nossas linhas de ação social” (p. 296).

O *framing* nos estudos da comunicação só passa a ser usado a partir da década de 1980, intensificando-se a partir dos anos 2000. O termo enquadramento deriva da fotografia e do cinema, em que enquadrar significa definir o que irá ou não ser retratado naquela imagem e de que maneira. De maneira análoga, segundo essa teoria, no jornalismo acontece a mesma coisa: a notícia/reportagem é um enquadramento da realidade, feito pelo jornalista. Ou seja, a maneira como um fato é apresentado pelo meio de comunicação influencia o modo como as pessoas pensam e se posicionam sobre determinados assuntos, através de quadros de significação (*frames*).

A aplicação do conceito de enquadramento para a análise do texto noticiosos tem variado conforme o modo como este conceito é encontrado e adaptado de diferentes fundamentações teóricas. Entretanto, um ponto comum das concepções sobre enquadramento é de que se trata de conjuntos de princípios (concepções) internalizados pelo indivíduo em sua interação com o social e que oferecem ao indivíduo orientações para o seu agir. O indivíduo, ao desenvolver uma ação, usa como referencial balizador um repertório de significados internalizados, que irão lhe

possibilitar um sentido específico ou predominante de seleção e compreensão, bem como um sentido de ênfase, apresentação e atuação social (Franciscato & Góes, 2012).

Gonçalves (2005) resume a ideia geral da perspectiva do *framing* explicando que “as notícias produzem um ‘corte’ artificial na realidade que passa, elevando ao estatuto de conhecimentos públicos apenas pequenas partes da multiplicidade de ocorrências do quotidiano social” (p. 159).

Na prática:

Um enquadramento (*framing*) é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas etc. (Rothberg, 2010, pp. 54-55)

Já Porto (2004) define enquadramentos como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais” (p. 78).

Uma das teorizações mais importantes sobre o enquadramento dentro do contexto jornalístico é trazida pelo cientista político Robert Entman (1993). Seus estudos incluem a representação da raça e do crime nos noticiários da televisão local e a influência da televisão sobre o desejo dos norte-americanos em se envolverem com a política. Segundo a sua definição, estudar o conceito de *framing* oferece uma maneira de descrever o poder que um texto pode ter nos meios de comunicação e se trata de um processo que envolve essencialmente “seleção e saliência”. Para ele:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma determinada definição de um problema, uma interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (Entman, 1993, p. 52)<sup>11</sup>

Em suma, o autor entende que o *framing* pode ter quatro funções principais: definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções. Dentro desse contexto, uma simples frase em uma notícia pode fazer parte de todas

---

<sup>11</sup> Tradução nossa

essas categorias e também é importante perceber que nem sempre o enquadramento em uma dessas categorias está explícito no texto, mas sim expresso através de significações implícitas (Gonçalves, 2005).

Nessa perspectiva, Entman explica ainda que o conceito de *framing* dentro da comunicação possui quatro instâncias mais importantes: os comunicadores (ou seja, quem está produzindo a mensagem/notícia); o texto (aqui entendido como o produto e que pode se manifestar nos mais diversos formatos - audiovisual, imagens, texto escrito etc); o público (que é quem irá receber aquela mensagem) e a cultura (um “estoque” de enquadramentos comuns invocados nas instâncias anteriores, que constitui a origem dos enquadramentos do discurso) (Entman, 1993).

Os enquadramentos ocorrem, portanto,

[...] por meio da repetição, focalização e associações reforçadoras, palavras e imagens, e isso torna uma interpretação básica mais rapidamente discernível e memorável que outras. Os fatores essenciais do enquadramento são seleção e saliência. (Entman, 1993, p. 52)<sup>12</sup>

Outro autor essencial nesses estudos é Todd Gitlin, sociólogo norte-americano que foi o primeiro pesquisador a usar o modelo do enquadramento no campo dos estudos de jornalismo. Ele investigou o movimento estudantil da “nova esquerda” estadunidense na década de 1960 e buscou entender como a mídia jornalística enquadrava esses movimentos. Gitlin define que enquadramentos noticiosos são “padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos organizam habitualmente o discurso, tanto verbal como visual” (1980, p. 7)<sup>13</sup>.

Ao falar sobre a sua teoria, Gonçalves (2005) explica: “A tese de Gitlin demonstra como o enquadramento da realidade nos media não se processa de forma ideologicamente neutra, como sugerem as concepções profissionais da acção jornalística” (p. 160). Já Porto (2004), também discorrendo sobre Gitlin, define que, para ele, “enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (p. 80).

---

<sup>12</sup> Tradução nossa

<sup>13</sup> Tradução nossa

A partir dessas explicações, o enquadramento pode se dar de duas maneiras: enquadramentos temáticos e enquadramentos narrativos (Franciscato & Góes, 2012). Quando falamos em enquadramentos temáticos, estamos nos referindo a formas de abordar assuntos complexos e dar sentido a temas e modos de pensar sobre eles. Trata-se, portanto, da análise dos temas mais destacados pelos meios de comunicação na cobertura de uma determinada pauta (de maneira semelhante ao que propõem os estudos alinhados à teoria da *agenda setting*) (Gonçalves, 2005). Nesse sentido, o enquadramento se torna mais visível quando a leitura do material noticioso é feita considerando-se a unidade (o corpo) da cobertura jornalística, evitando a análise de apenas uma notícia isolada.

Já o enquadramento narrativo consiste na construção de enquadramentos para designar uma linha narrativa da notícia, articulando elementos típicos da cultura, como formas narrativas, estruturas míticas etc. Nesse caso, ele traz certas referências do universo da literatura e da narrativa, tais como: dualidades de personagens, cenários, tipos de ações valorizadas para ‘contar uma boa história’. (Franciscato & Góes, 2012)

Ao falarmos de *framing*, é importante, porém, fazer algumas ressalvas. A primeira delas é que não estamos retornando à teoria da agulha hipodérmica, segundo a qual os meios de comunicação determinam de maneira irrestrita a forma que os indivíduos irão pensar e agir. Entretanto, apesar de reconhecermos a importância da individualidade e subjetividade no processo de interpretação de um discurso jornalístico, também não é possível dizer que estes não influenciam o modo de pensar social. Como resume Rothberg (2010):

Não está incluída aqui a crença de que a mídia determina o pensamento dos indivíduos, posto que eles dispõem rotineiramente de meios de reinterpretação pessoal e apropriação específica dos conteúdos midiáticos de acordo com suas inclinações, vivências e capacidades. Mas também não está envolvida a noção de efeitos mínimos da comunicação, sob a qual os sujeitos estariam livres para usar e recusar à sua maneira as mensagens. (p. 55)

Outra ressalva é trazida por Porto (2004, p. 94), que explica que “enquadramentos não se referem apenas a processos de manipulação, mas são parte de qualquer processo comunicativo, uma forma inevitável através da qual os atores fazem sentido de suas experiências”. Além disso, o autor reforça que não necessariamente o enquadramento é um processo consciente por parte dos jornalistas, ele pode resultar de suposições inconscientes acerca da realidade, nas quais as mensagens devem ser incorporadas para se tornarem compreensíveis ao público-alvo.

Além disso, a teoria do *framing* deve considerar também que existem diversos tipos de operações interpretativas realizadas pelos jornalistas que podem ser realizadas de modo a enquadrar um evento, tais como: o papel da organização na imposição de uma linha editorial do jornal; a partilha de valores realizada dentro do campo pelos próprios jornalistas; as negociações, buscas por consensos, trocas, entre outros fatores. (Franciscato & Góes, 2012)

Nesse sentido, Gamson e Modiagiani (*as cited in* Rothberg, 2010) trazem a ideia de que enquadramentos são “pacotes interpretativos” e que, portanto, não devem ser confundidos com posições favoráveis ou contrárias a algum assunto, mas sim como uma forma de enxergar uma determinada realidade.

Dessa forma, considerando que neste estudo estamos buscando, entre outras coisas, compreender quais os enquadramentos que os jornais generalistas portugueses dão à temática ‘gênero’, dedicaremos o próximo capítulo a discorrer sobre o que apontam os estudos já existentes sobre essa interseção entre gênero e imprensa, refletindo também sobre a cobertura noticiosa acerca de outros grupos minoritários.

## Capítulo 3 - Abordagem das questões de gênero nas coberturas jornalísticas

### 3.1-O jornalismo na construção de representações estereotipadas sobre grupos minoritários

Partindo do pressuposto apresentado no capítulo anterior (de que o jornalismo é uma construção social da realidade), para estudar como ele retrata as questões de gênero, precisamos primeiramente compreender brevemente a sua função na construção de representações estereotipadas em geral. Como ponto de partida, é necessário reforçar, portanto, que “os média são um dos lugares sociais e políticos de construção de identidades. Por eles, perpassam e constroem-se definições e ideologias de diferentes grupos etários, étnicos, de classe, de cultura e de sexo” (Cerqueira, 2014, p. 8).

Nesse sentido, o primeiro passo é definir o que entendemos por estereótipos. No sentido etimológico, a palavra deriva da junção das expressões gregas “*stereós*” (que significa sólido) e “*týpo*” (que significa molde, marca ou sinal). Uma significação mais conceitual é trazida por Ferrés (1998), que define estereótipos como

[...] representações sociais, institucionalizadas, reiteradas e reducionistas. São representações sociais porque pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo social possui sobre outro coletivo social. São reiteradas porque são criadas com base na repetição. [...] À base de rigidez e de reiteração, os estereótipos acabam parecendo naturais; seu objetivo é, na realidade, que não pareçam formas de discurso e sim formas da realidade. Finalmente, são reducionistas porque transformam uma realidade complexa em algo simples. (p. 135)

Já Johnson (1997 *as cited in* Moroni & Oliveira Filha, 2008) descreve um estereótipo como sendo “uma crença rígida, excessivamente simplificada, não raro exagerada, aplicada tanto a uma categoria de indivíduos como a cada indivíduo da mesma” (p. 2).

Uma das características principais de uma representação estereotipada é a homogeneização de um determinado grupo de pessoas, em um processo de descarte de individualidades. Assim:

Por serem resultado de um processo cultural, os estereótipos estão impregnados no inconsciente humano e social. A estereotipização traz consigo a generalização, que, muitas vezes, traduz padrões equivocados e simplistas. Duas ou três características mais marcantes acabam por representar todos os indivíduos de um mesmo sexo, etnia, origem, profissão, classe social etc. (Moroni & Oliveira Filha, 2008, p. 3)

Moroni e Oliveira Filha (2008) descrevem ainda que a ideia de ameaça é uma das bases para a disseminação de estereótipos. Essa noção está presente, segundo as autoras, de duas maneiras diferentes: por um lado, quem foge à regra está destinado a sofrer preconceito, discriminação e marginalização, e acabam se sentindo ameaçados pelo *status quo* (e muitas vezes compelido a buscar formas de se enquadrar no padrão). Por outro lado, quem está dentro da ‘normalidade’ de um estereótipo passa a se sentir ameaçado pela fuga à regra que o outro representa, o que pode nos remeter, de alguma maneira, à noção de pânico moral de Cohen (1972), que abordamos no primeiro capítulo.

Um dos teóricos mais importantes que buscou estudar a questão dos estereótipos foi Walter Lippmann. Em sua obra *Public Opinion*, lançada originalmente em 1922, o autor reforça a tese de que os meios jornalísticos representam a realidade de maneira estereotipada, com a criação de um “pseudo-ambiente” que difere da realidade em si. Os estereótipos que constituem esse ambiente seriam, portanto, representações preconcebidas nas mentes das pessoas que, em conjunto, formam o que chamamos de opinião pública. O autor resume: “Na maior parte das vezes, nós não vemos primeiro e depois definimos, mas sim definimos antes para depois ver. Diante da enorme confusão do mundo exterior, nós selecionamos o que a nossa cultura já predefiniu para a gente” (Lippmann, 1998 [1922], p. 1).<sup>14</sup>

Lippmann apresenta duas maneiras diferentes através das quais os estereótipos podem se manifestar: uma de ordem mais psicológica e outra mais simbólica. De acordo com a primeira visão, os estereótipos são vistos como essenciais para a organização do mundo social. Eles seriam, portanto, necessários para o processamento dos complexos processos da nossa vida moderna. Esse aspecto psicológico da definição do estereótipo equipara essa categoria a padrões de tipificação e representação, estes

---

<sup>14</sup> Tradução nossa

últimos necessários à vida em sociedade. Entretanto, essa visão desconsidera o potencial que os estereótipos possuem de se tornar preconceitos e discursos de discriminação, normalizando estes processos. Como argumenta Freire Filho (2004), ao dialogar com o próprio Lippmann, “tal premissa [a de que os estereótipos são naturais na vida social] nos leva, porém, à temerária conclusão da necessidade do estereótipo, inocentando seus perpetradores, e deixando-nos inermes diante do racismo, da xenofobia e da discriminação sexual” (p. 47).

Moroni e Oliveira Filha (2008) também consideram essa naturalização perigosa, visto que ela pode incorrer em preconceito e, conseqüentemente, em danos graves para quem sofre por ser desviante, tais como baixa autoestima, depressão, sentimentos de rejeição e outras questões de ordem psicológica e social.

Já no segundo viés conceitual de Lippmann, mais relacionado à política, os estereótipos como “construções simbólicas distorcidas, as quais são opostas à ponderação racional e se configuram como resistência à mudança social” (Lippmann, 1998[1922], p. 3)<sup>15</sup>. Nesse sentido, o autor argumenta que os estereótipos são ferramentas para ‘economizar tempo’ dentro de uma vida moderna agitada. Afinal, não é muito mais fácil simplesmente assumir verdades sobre o outro sem ter o trabalho de buscar realmente conhecê-lo? Além disso, os estereótipos são também maneiras de promover a confirmação da posição social de um indivíduo, já que passa a existir a ideia de que cada pessoa ‘tem o seu lugar’, dentro de uma organização que, a princípio, faz sentido.

A partir disso, nota-se que os estereótipos não são apenas uma maneira de identificar categorias de pessoas, mas sim que eles contêm julgamentos preconcebidos sobre essa pessoa ou o grupo a que ela pertence.

Embora possam variar em termos de virulência e apelo emocional, geralmente representam, expressam tensões e conflitos sociais subjacentes - o “português boçal”; o “irlandês rude”; o “oriental dissimulado”; “o argentino esnobe”; “o imigrante arruaceiro”; o “roqueiro drogado”; o “rebelde sem causa”; “o homossexual erotomaniaco”; “o intelectual afeminado”; “o índio preguiçoso” etc. (Freire Filho, 2004, p. 47)

É importante aqui fazer a adenda de que, quando Lippmann escreveu seu estudo sobre estereótipos, por mais que já houvesse alguns meios de comunicação de massa, ainda não havia a televisão da maneira que conhecemos hoje em dia e muito

---

<sup>15</sup> Tradução nossa

menos a internet. Quando acrescentamos essas duas novas formas de comunicação, a discussão sobre estereótipos e representações sociais torna-se ainda mais complexa.

Ao refletir sobre isso, Pereira Júnior (2005) faz um paralelo entre os meios de comunicação atual, nomeadamente o jornalismo, e a praça pública da Grécia Antiga. No contexto da Grécia, a praça pública era o local onde os cidadãos (naquela altura apenas homens ricos maiores de 21 anos) debatiam os temas de interesse para a sociedade, em um processo que fundamentou as bases do que viria a ser a democracia. Já hoje em dia, é através dos meios de comunicação que os cidadãos (agora em um contexto mais alargado, já que todos possuem esse direito) podem discutir o que é relevante socialmente e o jornalismo tem um papel fundamental nisso, na medida em que agenda o que é ou não discutido.

Nesse sentido, os jornalistas são atores essenciais nessa ‘praça pública’ e, muitas vezes, a cultura profissional jornalística acaba por se valer de estereótipos como uma ferramenta para a produção noticiosa. Para contextualizar esse fenômeno, tal como fez Pereira Júnior (2005), recorremos a Bourdieu (1997) e a sua teoria dos “campos”. Para Bourdieu, um campo é um espaço simbólico, com relativa autonomia, no qual as relações entre os indivíduos, coletividades e/ou instituições culminam em um espaço de embate ideológico. “Todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, p. 22).

Um desses campos é, portanto, o campo jornalístico, que:

[...] impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercados dos anunciantes. (Bourdieu, 1997, p. 102)

Desse modo, tal como os outros campos, o campo jornalístico também partilha um conjunto de pressupostos, normas e crenças, muitas das quais se valem de representações estereotipadas.

Ao falar sobre esse processo, Lage (2001) explica que os preconceitos e pressupostos (advindos de estereótipos) atrapalham a atividade jornalística, pois trazem consigo a impressão de que não existe mais nada a ser descoberto e que tudo já está mostrado. Porém, uma das práticas do jornalismo é justamente a observação do singular, do diferente. O que se torna pauta, via de regra, é o que difere dos acontecimentos comuns do dia-a-dia.

A crença de que a metrópole é violenta pode obscurecer a realidade de que boa parte das pessoas se diverte com tranquilidade nas noites dessa mesma metrópole. A suposição de que os jovens são galhofeiros e irresponsáveis oculta o fato de que a maioria não é. A tese de que os países ricos são mais civilizados desaba diante do espetáculo da brutalidade das torcidas de futebol, da recorrência do fenômeno do fascismo. (Lage, 2001, p. 41)

A partir da década de 1960, com a observação do potencial dos media em propagar e reforçar estereótipos, os estudos críticos sobre as representações sociais distorcidas no âmbito da comunicação se tornaram cada vez mais frequentes, principalmente dentro dos estudos culturais e midiáticos. Freire Filho (2004) explica que nessa época, passou-se a questionar mais o *status quo* vigente e o porquê de as coisas serem como são. Temas que antes não eram discutidos passam a ser cada vez mais postos em pauta, como é o caso do gênero, conforme explicamos no primeiro capítulo. É a partir dessa década que se populariza, por exemplo, a famosa frase “o pessoal também é político”.

Com isso, dois conceitos importantes passam a ser incorporados nos estudos da comunicação. O primeiro deles é a ideia de minoria, que diz respeito a “todo grupo social que cujas perspectivas e vozes são marginalizadas pelas estruturas de poder e pelos sistemas de significação dominantes numa sociedade ou cultura” (Freire Filho, 2004, p. 46).<sup>16</sup>

O segundo conceito é o de identidade. Ao falar sobre a temática, Ferreira (2012) reforça que o processo de atribuição de uma identidade não é natural e esta não é uma essência, mas sim um processo construído socialmente.

As identidades são construídas através da diferenciação, entre eu/outro. As culturas fornecem sistemas classificatórios que aplicam um princípio de diferença a uma população para dividi-la, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que está incluído e o que está excluído. Estes sistemas dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. A marcação da diferença, então, é o componente-chave em qualquer sistema de classificação, e cada cultura tem suas próprias formas de classificar o mundo, propiciando meios para dar sentido ao espaço social e construir significado. (p. 7)

---

<sup>16</sup> Neste trabalho, no que diz respeito ao tema gênero, consideramos como minoria qualquer pessoa que não se enquadre como homem dentro do padrão cisheteronormativo, tais como mulheres (cis e trans), homens trans, pessoas *queer*, não binárias, gays, lésbicas, bissexuais e quaisquer outras identidades englobadas na sigla LGBTQIA+.

Falar em identidade significa, portanto, uma reafirmação da singularidade cultural de pessoas ou grupos que historicamente foram oprimidos. Nesse processo, os meios de comunicação são elementos essenciais na construção (e na desconstrução) daquilo que é posto como ‘normal’ sob o ponto-de-vista estereotipado. (Freire Filho, 2004)

O que se nota a partir dessa construção de representações sociais é que alguns segmentos (nomeadamente as ‘minorias’) são muitas vezes excluídos do processo discursivo dos meios de comunicação. Nos veículos jornalísticos:

[...] raramente se encontram espaços para se discutir cidadania, no sentido mais amplo destas demandas minoritárias. Raramente se discute acessibilidade, racismo, intolerâncias a credo, a opções sexuais<sup>17</sup> e nenhum outro assunto similar, que eclode na sociedade atual. (Ferreira, 2012, p. 9)

Ou seja, a conclusão a que chegamos é a de que os meios de comunicação em geral - e mais especificamente por via do jornalismo - são um dos atores responsáveis por contribuir neste processo de construção de identidades e de estereótipos. Agora, para conseguirmos atingir o propósito deste trabalho, é necessário que façamos uma reflexão mais aprofundada sobre como o jornalismo enquadra a temática ‘gênero’ e como estas duas categorias podem estar entrelaçadas.

## **3.2 - O gênero em pauta**

Debater a interseção entre os estudos de gênero e os estudos jornalísticos pode nos levar a três vertentes distintas (Cerqueira et al., 2014). A primeira delas, do ponto-de-vista da produção, busca refletir sobre quem são as pessoas por trás da concepção de um produto noticioso. Entre os debates, podemos destacar: diversidade nas redações, gênero das pessoas em posições decisórias, diferenças salariais nas redações por conta do gênero etc.

Já um segundo viés nos faz discutir o gênero e a mídia jornalística sob a perspectiva da recepção dos produtos noticiosos. Dentro desse ramo, podemos encontrar questões como: de que maneira o público enxerga a cobertura noticiosa sobre questões de gênero, se o público é influenciado ou não por essa cobertura, entre outros debates.

---

<sup>17</sup> Termo reproduzido tal qual a citação do autor.

Por fim, uma terceira via trata justamente dos produtos noticiosos em si, com o objetivo de tentar entender as representações do gênero (e de outras categorias relacionadas) no âmbito dos meios de comunicação jornalísticos. Essa é a abordagem adotada neste trabalho. Entretanto, é importante perceber que essa categorização se dá apenas para fins metodológicos/acadêmicos, de maneira a promover um recorte que facilite a análise do processo. Isso implica dizer, portanto, que tratar do ponto-de-vista do produto não significa dizer que não há influências da produção ou impactos na recepção, por exemplo, e também não implica que temas ligados a eles serão completamente descartados. Na prática, esses três vieses encontram-se conectados e se influenciam mutuamente, portanto, não podem ser completamente desconsiderados (Cerqueira et al., 2014).

Além disso, uma reflexão importante sobre essas questões também nos é trazida por Ruoho e Torkkola (2018). Em sua obra, as autoras argumentam que, em geral, é comum que pensemos em gênero e jornalismo como “ilhas separadas”, como se fossem duas instituições distintas e que podem apenas se relacionar entre si em alguns aspectos. Isso leva à crença de que as redações jornalísticas são espaços *gender neutral*, nas quais o jornalismo é visto como uma instituição que possui apenas missões positivas: atuar como um monitor na sociedade e oferecer uma plataforma para o debate público. Ou seja, segundo essa visão, é como se o jornalismo estivesse além das questões de gênero e não fosse afetado por elas. Porém, é importante ressaltar que: “gênero não é apenas uma variável externa ao campo, na verdade, ela é formada no e pelo jornalismo. Com todas as práticas profissionais, práticas, ideais e agências, o jornalismo produz o seu próprio tipo de instituição *gendered*”<sup>18</sup> (Ruoho & Torkkola, 2018, p. 77)<sup>19</sup>.

Além disso, no capítulo anterior deste trabalho, já foi questionada a ideia de uma suposta neutralidade jornalística, por meio da constatação de que o jornalismo é, na verdade, uma construção social. Levando isso em conta, não é possível considerar que o campo jornalístico seja neutro em termos de gênero. Corroboramos, portanto, com as referidas autoras, que explicam que é preciso entender o jornalismo como “uma instituição socioculturalmente construída, com suas próprias multifacetadas ideologias, práticas e normas, resultando na materialização de um sistema de gênero” (Ruoho & Torkkola, 2018, p. 70)<sup>20</sup>. A partir disso, “[...] a ideia do jornalismo como uma instituição

---

<sup>18</sup> Não encontramos tradução satisfatória o suficiente para o termo, mas seria algo semelhante a “genderizado”.

<sup>19</sup> Tradução nossa.

<sup>20</sup> Tradução nossa.

*gendered* desafia a ilusão de uma neutralidade de gênero. [...] Assim, consideramos importante ver o jornalismo como objeto de crítica. Caso contrário, é permitido que ele seja representado como uma instituição que possui neutralidade de gênero” (p. 70)<sup>21</sup>.

Tendo isso posto e entendendo que jornalismo e gênero são categorias que não estão dissociadas, Cerqueira et al. (2014) acrescentam que:

Enquanto formadores da opinião pública, os meios de comunicação social assumem um papel fundamental na (re)construção de identidades e (inter)subjetividades, pelo que a forma como incorporam as questões relacionadas com a igualdade de gênero nas suas práticas organizacionais adquire suma importância. [...] Em particular, a notícia determina - a partir da consideração de critérios como o sexo, a etnia, a ‘raça’ ou a classe - os acontecimentos que merecem a atenção pública, os indivíduos que adquirem relevância e o tipo de relações (interpessoais e sociais) que são “normais, natural e inevitáveis”. (p. 7)

Wood (1994) também reforça este aspecto ao afirmar que a mídia é um dos meios mais poderosos para influenciar a maneira como enxergamos as questões de gênero (e, neste caso, a autora não se refere apenas aos meios de comunicação jornalísticos, mas à mídia em geral - filmes, programas de TV etc). “Uma prática comum na nossa vida cotidiana, a mídia insinua as suas mensagens nas nossas consciências a todo momento. Todas as formas de mídia comunicam imagens dos sexos, muitas das quais perpetuam percepções não realísticas e estereotipadas” (p. 231)<sup>22</sup>.

Retomando a discussão para o âmbito específico da comunicação jornalística, Gallego (2009)<sup>23</sup> reitera que este deveria ser um dos principais espaços da esfera pública para trazer o debate de questões sobre cidadania, entre elas questões de gênero. A autora explica:

As páginas ou espaços da área de sociedade são os cenários que acolhem - ou deveriam acolher - os assuntos que exigem ser debatidos pela cidadania, já que quase sempre são temas que afectam *toda a sociedade* e não apenas uma parte dela. Enquanto outros âmbitos da actividade jornalística recolhem assuntos que

---

<sup>21</sup> Tradução nossa

<sup>22</sup> Tradução nossa

<sup>23</sup> Apesar de este trabalho citar a referida autora e concordar com algumas das suas ideias, é importante reforçar que não compactuamos com os valores transfóbicos e de feminismo radical que Gallego tem difundido (principalmente em suas mídias sociais) nos últimos meses.

podem interessar a alguns grupos concretos, mais ou menos numerosos, não há tema de interesse social que não afecte, de uma forma ou outra, todos os cidadãos. É impossível pôr em marcha iniciativas políticas que afectem a sociedade sem contar, de alguma maneira, com ela: seja uma nova lei de educação, uma reforma das pensões, as prestações da segurança social, a política de imigração ou a violência contra as mulheres e outros, exercida no âmbito privado. (p. 44)

Ou seja, se temas como esporte ou cultura são nichos jornalísticos que possuem um público específico (pessoas interessadas nesses assuntos), questões relacionadas à cidadania e direitos humanos (a exemplo das questões de gênero) não deveriam seguir essa lógica. Entretanto, não é isso que acontece. Cerqueira et al. (2014) explicam que a temática gênero é comumente vista como um ‘não-assunto’ pelos meios de comunicação jornalísticos, de modo que ela não é discutida de maneira adequada.

As autoras explicam que, devido a esse processo, as questões relacionadas ao gênero são comumente enquadradas no âmbito das *soft news*<sup>24</sup> ou *fait divers*<sup>25</sup>, raramente se articulando com editoriais mais *hard*, como política ou economia. Portanto, “para além de manifestar a ausência de perspectivas críticas de gênero, este posicionamento tende a limitar a compreensão dos públicos relativamente às causas, às manifestações e aos corolários de determinadas problemáticas” (Cerqueira et al., 2014, p. 18).

Belisário e Mendes (2019), ao fazerem um estudo comparativo entre notícias sobre violência doméstica publicadas na Folha de S. Paulo e no The Guardian no decorrer de um ano e meio, chegam à mesma conclusão: essa pauta ainda é tratada como sendo algo menos relevante do que outras notícias. Elas explicam, portanto, que:

As notícias sobre violência doméstica ainda são tratadas como “soft news”, ou seja, notícias leves, menos relevantes do que as demais, mesmo tendo em vista a

---

<sup>24</sup> Diversas(os) pesquisadoras(es) discutiram a diferenciação entre *soft news* e *hard news*. Uma delas foi Tuchman (1983), que explica que as *hard news* são as típicas notícias que vemos nos meios de comunicação, geralmente com mais relevância, constituindo “apresentações factuais de ocorrências consideradas noticiáveis” (p. 48). Ou seja, são as notícias consideradas mais “pesadas” ou “importantes”, geralmente com temas como economia, política etc. Já as *soft news* são definidas como “notícias leves”, que acabam não entrando na grade de notícias principais e geralmente estão ligadas a editoriais de infotimento. Tuchman explica que essas notícias geralmente estão ligadas a questões mais sentimentais e temas mais “supérfluos”.

<sup>25</sup> Expressão francesa utilizada no jargão jornalístico que se traduz literalmente como “fatos diversos”. Diz respeito a assuntos inusitados (e portanto que contém relevância jornalística), mas que não são enquadrados nas editoriais tradicionais das *hard news*. Angrimani (1995, p. 26) explica que “no *fait divers*, as proteções da vida normal são rompidas pelo acidente, catástrofe, crime, paixões, ciúmes, sadismo. O universo dos *fait divers* tem em comum com o imaginário (o sonho, o romance, o filme) o desejo de enfrentar a ordem das coisas, violar tabus, levar ao limite a lógica das paixões”.

violência e a quantidade dos homicídios e feminicídios de mulheres nos dois países. De fato, a mídia continua a não refletir a “realidade”, construindo uma definição hegemônica do que deveria ser aceito como realidade. (p. 75)

Ross (2010), ao refletir acerca dos enquadramentos da cobertura jornalística sobre violência doméstica, violência de gênero e agressões sexuais, destaca que existe também a visão de que são ocorrências pouco usuais e que esses acontecimentos são tratados como ocorrências únicas ou fatos isolados. Dessa maneira, a autora desenvolve o seguinte raciocínio:

O enquadramento de agressões sexuais como “ocorrências incomuns” realizadas por “homens fora do natural” encoraja a visão de que esses crimes são raros e que são resultado de uma patologia individual, que requerem, portanto, uma resposta judicial ao invés de constituírem um problema social que demanda uma solução reformadora. E, com a rápida transformação do jornalismo no ambiente contemporâneo das redações *just-in-time*, bem como a falta de interesse em fornecer contexto para qualquer história, resulta que cada vez que um caso de estupro é relatado, é como se fosse a primeira vez. (p. 96)<sup>26</sup>

Em complemento a isso, Wood (1994) elenca três principais maneiras pelas quais as questões de gênero são enquadradas pela mídia. A primeira delas é a subrepresentação das mulheres (e a pouca aparição delas em geral), o que gera a falsa ideia de que elas não são importantes ou que são invisíveis. O segundo enquadramento diz respeito à representação estereotipada dos papéis sociais de homens e mulheres - a qual endossa as visões tradicionais de gênero. Por fim, um terceiro *framing* que a autora destaca diz respeito aos episódios relacionados à violência de gênero, que, segundo ela, são retratados de maneira banal e sem importância, sob um ponto-de-vista descontextualizado da realidade social.

Souza (2014) corrobora com essa visão e acrescenta ainda que a cultura jornalística, em geral, acaba por priorizar “os acontecimentos fácticos em detrimento daqueles que necessitam de uma abordagem mais complexa dos processos sociais, como é o caso dos relacionados com questões de gênero” (p. 92).

Outros dois aspectos comuns sobre as coberturas jornalísticas sobre gênero são: (a) a crença de que é uma temática que interessa apenas a mulheres e/ou pessoas LGBTQIA+ e que apenas essas pessoas devem discutir sobre; (b) a crença de que são questões ‘ultrapassadas’, pois nos dias de hoje, principalmente com o feminismo, não é

---

<sup>26</sup> Tradução nossa

algo que precisa ser debatido (Cerqueira et al., 2014). Essas perspectivas não consideram, no entanto, que falar sobre gênero vai além de falar sobre direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+: homens cis heterossexuais também são sujeitos dotados de gênero e debater masculinidades também é essencial. Além disso, ignora também que, apesar dos avanços realizados nos últimos anos na direção da igualdade de gênero, ainda existe um grande caminho a ser percorrido e ainda há diversas questões que o jornalismo poderia (e deveria) abordar nas suas coberturas. Por fim, vale retomar Ruoho e Torkkola (2018), entendendo que o jornalismo em si é uma instituição marcada pelo gênero, então não é possível pensar em uma cobertura noticiosa que ignore esse aspecto da sociedade.

Como consequência desses aspectos, o gênero e a sexualidade se tornam assuntos “guetificados e apontados como de interesse apenas para aqueles grupos em que esses casos são vivenciados - os inadaptados, os inconformados e os que não se silenciam” (Almeida & Cremona, 2019, p. 52). Em suma,

[...] o papel dos media informativos na manutenção das desigualdades de gênero tende a ser desconsiderado, favorecendo-se, ao invés, a ideia de que a produção de conteúdos noticiosos se pauta exclusivamente por princípios de imparcialidade e objetividade. [...] Essa tendência tem contribuído para o reforço de estereótipos sociais que prejudicam sobretudo os grupos oprimidos, como as mulheres, os indivíduos de classes sociais mais desfavorecidas, as pessoas com deficiência, entre outros. (Cerqueira et al., 2014, p. 17)

As autoras explicam ainda que, outra maneira pela qual os meios de comunicação jornalísticos são responsáveis pela manutenção da hegemonia de gênero é através de discursos homogeneizantes. Neles, a ideia de diversidade é completamente desconsiderada e todas as identidades “desviantes” do que é o padrão cisheteronormativo são tratadas como sendo uma unidade. Um exemplo prático disso são as revistas ditas ‘femininas’, que, em geral, trazem temas como beleza, relacionamentos, etc, considerando-se que todas as mulheres estariam interessadas em ler sobre essas questões e que todas têm uma característica única em comum que as define: o ser mulher.

Atrelado a isso, Almeida e Cremona (2019) destacam que há um efeito paradoxal do tratamento do tema gênero por parte dos meios de comunicação jornalísticos. Se por um lado, eles reforçam e reproduzem estereótipos comuns e tratam o debate de maneira superficial, contribuindo para a manutenção dos valores hegemônicos; por outro, eles são acusados (por grupos sociais conservadores) de

estarem promovendo a ‘ideologia de gênero’ toda vez que trazem pautas sobre gênero ou questões correlacionadas. Isso, segundo as autoras, serve para mostrar que se trata de um campo bastante ambíguo e de fácil manipulação por parte de interesses externos e de grupos sociais de poder (religiosos, políticos, etc).

Entendendo esse aspecto, vale ressaltar mais uma vez, entretanto, que a reprodução desses estereótipos de gênero não é algo necessariamente intencional por parte das(os) jornalistas e que a ideia dessa reflexão não é produzir uma visão maniqueísta na qual a mídia é a ‘vilã’ por conta destes processos. Como Gallego (2009), explica:

Os profissionais, homens e mulheres, não são responsáveis pela desigualdade no mundo, nem por haver discriminação social, nem deveremos atribuir-lhes uma maldade intrínseca ao reproduzirem a realidade. É simplesmente um colectivo heterogéneo produto de uma determinada socialização, que possui uma cosmovisão que cimenta a sua actividade e que, juntamente com os outros, partilha o substrato cultural e ideológico do lugar do mundo onde nasceu e que bebe de uma larga tradição patriarcal. Mas se não são responsáveis por tudo isso, têm um acréscimo de responsabilidade. (p. 50)

A partir das diversas reflexões trazidas por estas autoras e da constatação de que a mídia jornalística tem um papel importante na perpetuação de estereótipos de questões de gênero, quais são as medidas que podem ser adotadas? Como o jornalismo pode buscar ser mais inclusivo e consciente neste aspecto?

Belisário e Mendes (2019) nos indicam pistas sobre isso ao afirmar que a solução parte de uma ‘negociação’ de discursos, de forma a construir significados mais fidedignos à realidade. Entendendo o jornalismo como um campo social de debate público, as autoras argumentam que “é preciso tocar a ferida, aprofundar as implicações políticas, corporativas e de vida [...] e, enfim, implementar políticas públicas” (p. 81).

Essa ‘negociação’ proposta por elas pode conter algumas estratégias, algumas das quais são enumeradas por Cerqueira et al. (2014), que apontam para uma proposta de novas práticas no que diz respeito às representações de gênero no jornalismo. Como elementos fundamentais para uma melhor representação, elas destacam dois principais: “1) proximidade aos públicos e às suas identidades, (inter)subjetividades e experiências; e 2) perspectivas críticas que auscultam as implicações (positivas e negativas) que as questões socioculturais, políticas, económicas e outras têm na sociedade e, em particular, nas vivências de mulheres e homens” (p. 18).

Assim, reiteramos a importância de promover uma cobertura jornalística sobre gênero que seja mais diversa e plural. Para tal, “As categorias identitárias devem ser consideradas aquando da produção noticiosa para que os discursos mediáticos possam, de forma sistemática, estimular a desconstrução crítica das conotações pejorativas eventualmente a elas associadas e promover abordagens plurais” (Cerqueira et al., 2014, p. 18).

Após esta fase de exposição teórica e de revisão bibliográfica sobre o tema, iremos, portanto, nos debruçar no estudo empírico a que se propõe essa investigação.

## Capítulo 4 - Estudo empírico

### 4.1 Problema, objetivos e hipóteses da investigação

A fim de embasar o nosso estudo empírico, é importante salientar algumas considerações feitas ainda na sua fase inicial (projeto). Assim, como explicitado anteriormente, a pergunta de partida desta investigação pode ser resumida em: de que forma os jornais portugueses discutem e enquadram as questões de gênero nas suas coberturas *online*?

Na busca por responder a essa pergunta, realizamos uma análise que teve como objeto os quatro principais jornais portugueses da atualidade, tanto em relevância quanto em circulação. Os jornais escolhidos foram: Expresso<sup>27</sup>, Público<sup>28</sup>, Diário de Notícias<sup>29</sup> e Correio da Manhã<sup>30</sup>.

Como desdobramentos da pergunta de partida, desenvolvemos ainda uma série de subquestões que culminaram nos objetivos específicos desta pesquisa, nomeadamente:

1. Verificar se existe, nos *websites* dos jornais analisados, espaço para o debate sobre questões de gênero;
2. Analisar de que maneira a temática está enquadrada dentro das diversas peças jornalísticas e editoriais dos jornais;
3. Compreender se as coberturas das questões de gênero encontradas nestes jornais reforçam discursos antigênero ou contribuem de alguma maneira para tal.

---

<sup>27</sup> Em 2019, o Expresso foi eleito o jornal mais lido de Portugal. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2019-06-27-Expresso-e-o-jornal-mais-lido-em-Portugal>

<sup>28</sup> Em 2019, foi o jornal com mais leitores *online* em Portugal. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/07/11/sociedade/noticia/publico-jornal-leitores-online-portugal-1879588>

<sup>29</sup> Em 2022, alcançou um público expressivo de mais de 2 milhões de leitores online. Disponível em: <https://www.dn.pt/media/diario-de-noticias-fechou-2022-com-mais-de-21-milhoes-de-leitores-online-15641191.html>

<sup>30</sup> Considerado o jornal mais lido do país em 2021. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/cm-reforca-lideranca-e-e-o-jornal-diario-preferido-dos-portugueses>

A partir da revisão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores, as nossas hipóteses são: 1) As questões de gênero ainda são enquadradas pelos jornais portugueses como um tema secundário e sem aprofundamento; 2) A maneira como a temática é abordada acaba por reforçar estereótipos e contribuir com a disseminação e legitimação dos discursos antigênero.

## **4.2 Descrição dos procedimentos metodológicos**

Este trabalho adota como ferramenta de investigação empírica a Análise de Conteúdo (AC), uma das mais relevantes metodologias utilizadas nos estudos em Comunicação. O método tem como uma das principais referências a autora Laurence Bardin, que caracteriza a AC como um conjunto diverso de instrumentos metodológicos que têm como ponto comum um modelo de análise de dados baseado em indicadores (quantitativos ou qualitativos) e que permitem inferências interpretativas acerca dos conhecimentos contidos naquele conteúdo (Bardin, 2016).

Quando falamos em inferência, referimo-nos a “uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (Fonseca Júnior, 2005, p. 284). Dessa maneira:

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. (Bardin, 2016, p. 15)

Segundo Fonseca Júnior (2005), a AC pode ainda se desdobrar em algumas técnicas principais, nomeadamente: análise categorial, análise de avaliação, análise da enunciação, análise da expressão, análise da contingência, análise estrutural e análise do discurso. Neste trabalho, optamos por utilizar a análise categorial, usando como manual principal de referência a publicação de Sampaio e Lycarião (2021).

O método da Análise de Conteúdo, tal como descrito por Bardin (2016), consiste prioritariamente em três etapas cronológicas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento de resultados (que inclui a inferência e a interpretação dos mesmos). Na fase da pré-análise, são definidas “a escolha de documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, bem como a

elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Fonseca Júnior, 2005, p. 290).

Tomando isso como base, a partir de uma primeira leitura flutuante dos documentos que pretende-se analisar, é preciso definir o *corpus* da análise. Neste trabalho, levando em conta as hipóteses, os objetivos e os nossos objetos de estudo, definimos como *corpus* os materiais publicados nos meses de Janeiro a Junho de 2022. Esse recorte temporal justifica-se, primeiramente, por conta tentativa de manter a relevância da atualidade da amostra (são meses próximos à data de produção desta investigação. Em segundo lugar, esses meses englobam datas importantes no âmbito das questões de gênero, tais como o Dia Internacional das Mulheres (8 de março), o Dia Internacional da Visibilidade Trans (31 de março) e o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+ (28 de junho), momentos em que é mais provável que os veículos jornalísticos analisados tenham publicado matérias com a temática ‘gênero’.

Para além do recorte temporal, é necessário fazer um recorte temático de forma a delimitar o escopo da análise, visto que é impossível analisar todas as peças publicadas nos jornais uma por uma (devido à grande quantidade de material). Dessa maneira, utilizamos a própria busca dos *websites* dos veículos analisados para filtrar o material que se relacionava com a nossa investigação, a partir de termos de interesse. Esses termos de interesse foram definidos a partir de Scabin (2020), que realizou um estudo semelhante (porém com um período de tempo mais alargado e no contexto brasileiro), e de acordo com a caracterização do que são questões de gênero trazida no primeiro capítulo de revisão bibliográfica.

A ideia inicial era filtrar apenas pelo termo ‘gênero’, mas, a partir de uma busca inicial, por se tratar de um termo polissêmico, os resultados foram muito abrangentes e não retornaram necessariamente o que estamos buscando analisar nesta investigação. Além disso, entendemos que podem haver publicações que não contenham a palavra em si mas que trazem questões subjacentes importantes. Por fim, como explica a própria Scabin (2020), nem sempre a imprensa tem acesso aos estudos acadêmicos sobre o tema e pode não considerar que se trata de algo relacionado à categoria ‘gênero’, visto a complexidade teórica e conceitual que ela evoca.

Na busca por definir o nosso escopo, também é importante destacar novamente que aqui não utilizamos a categoria ‘gênero’ apenas como forma de descrever as diferenças entre homens e mulheres, mas sim adotando a definição de Judith Butler, que subverte a ideia de que o gênero é inerente ao sujeito e entende que se trata de uma categoria em constante mudança e construção no decorrer do tempo. Nessa

perspectiva, falar em gênero vai além do simples debate binário das diferenças entre homens e mulheres. (Butler, 2021 [1990])

Dessa forma, os termos que utilizamos para filtrar as peças jornalísticas e definir o escopo da análise foram os seguintes:

- Identidade de gênero;
- Ideologia de gênero;
- (Des)Igualdade de gênero;
- LGBT<sup>31</sup>.

Temos a consciência de que existem outros termos que poderiam ser utilizados a fim de delimitar o escopo desta pesquisa. Mas, com estes utilizados, alcançamos uma amostra robusta e relevante, que julgou-se suficiente para atender os objetivos e abrangência desta investigação, como apresentado nas Tabelas 1 a 5.

**Tabela 1**

*Resultados numéricos da busca pelo termo “Identidade de gênero” nos jornais analisados*

	<b>Correio da Manhã</b>	<b>Diário de Notícias</b>	<b>Expresso</b>	<b>Público</b>
<b>Peças encontradas na busca</b>	20	8	83	4
<b>Peças excluídas porque não tinham a ver com o que estamos analisando</b>	4	1	10	0
<b>Peças exclusivas para assinantes</b>	4	0	51	5
<b>Peças coletadas para a análise final</b>	12	7	22	1

*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

<sup>31</sup> Sabemos que a sigla mais adequada é LGBTQIAP+, mas utilizamos apenas LGBT como forma de filtrar melhor os resultados, visto que em vários lugares ainda encontramos apenas a notação “LGBT”.

**Tabela 2**

*Resultados numéricos da busca pelo termo “Ideologia de gênero” nos jornais analisados*

	<b>Correio da Manhã</b>	<b>Diário de Notícias</b>	<b>Expresso</b>	<b>Público</b>
<b>Peças encontradas na busca</b>	8	0	20	1
<b>Peças excluídas porque não tinham a ver com o que estamos analisando</b>	0	0	1	0
<b>Peças exclusivas para assinantes</b>	3	0	15	0
<b>Peças coletadas para a análise final</b>	5	0	4	1

*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Tabela 3**

*Resultados numéricos da busca pelo termo “Igualdade de gênero” nos jornais analisados*

	<b>Correio da Manhã</b>	<b>Diário de Notícias</b>	<b>Expresso</b>	<b>Público</b>
<b>Peças encontradas na busca</b>	59	14	123	12
<b>Peças excluídas porque não tinham a ver com o que</b>	7	0	6	0

<b>estamos analisando</b>				
<b>Peças exclusivas para assinantes</b>	17	0	56	5
<b>Peças coletadas para a análise final</b>	35	14	61	7

*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

#### **Tabela 4**

*Resultados numéricos da busca pelo termo “Desigualdade de gênero” nos jornais analisados*

	<b>Correio da Manhã</b>	<b>Diário de Notícias</b>	<b>Expresso</b>	<b>Público</b>
<b>Peças encontradas na busca</b>	15	1	55	7
<b>Peças excluídas porque não tinham a ver com o que estamos analisando</b>	4	0	13	0
<b>Peças exclusivas para assinantes</b>	5	0	22	2
<b>Peças coletadas para a análise final</b>	6	1	20	5

*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Tabela 5**

*Resultados numéricos da busca pelo termo “LGBT” nos jornais analisados*

	<b>Correio da Manhã</b>	<b>Diário de Notícias</b>	<b>Expresso</b>	<b>Público</b>
<b>Peças encontradas na busca</b>	18	11	38	86
<b>Peças excluídas porque não tinham a ver com o que estamos analisando</b>	0	0	0	0
<b>Peças exclusivas para assinantes</b>	2	1	18	69
<b>Peças coletadas para a análise final</b>	16	10	20	17

*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

Como é possível notar nos quadros, no processo de filtragem para definir a amostra, excluímos as peças exclusivas para assinantes, bem como as peças que não tratavam exatamente sobre o tema gênero.<sup>32</sup> Com isso, no final, ao desconsiderar as peças que retornaram repetidas na busca a partir de diferentes termos, totaliza-se um escopo de análise de **220 peças jornalísticas**, sendo **62 do Correio da Manhã; 28 do Diário de Notícias; 107 do Expresso e 23 do Público**<sup>33</sup>.

A conclusão da etapa de pré-análise nos leva à segunda fase da AC: a exploração do material. Nesse sentido, conforme nos instrui o método, nomeamos os documentos da nossa amostra com siglas, de modo a facilitar a manipulação dos dados. As siglas utilizadas foram: CM (Correio da Manhã); DN (Diário de Notícias); EXP (Expresso) e P

<sup>32</sup> Foi comum, por exemplo, a filtragem dos sites retornar peças que continham a palavra “identidade” e a palavra “gênero” quando pesquisamos por “identidade de gênero”, por exemplo, mesmo utilizando aspas para delimitar a busca. Mas, nessas peças, não necessariamente a palavra “gênero” retornava com a acepção que estamos adotando neste trabalho. Portanto, justifica-se a exclusão das referidas peças.

<sup>33</sup> As peças recolhidas para a análise estão disponibilizadas em:  
[https://drive.google.com/drive/folders/1MiT1PuEzdtm4tcP79m3swTVK5MmjKZnl?usp=share\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1MiT1PuEzdtm4tcP79m3swTVK5MmjKZnl?usp=share_link)

(Público). Assim, o padrão de nomenclatura foi construído no formato: SIGLA\_X, em que X corresponde à numeração daquela peça.

Além disso, optamos ainda pela criação de uma estrutura de codificação/categorização criada com o uso da ferramenta *online* MindMeister em formato de mapa mental<sup>34</sup>, que serviu como suporte para a posterior análise (Fonseca Júnior, 2005; Sampaio & Lycarião, 2021). O processo de criação de categorias deu-se tanto de maneira dedutiva (antes da codificação, baseadas na revisão de literatura sobre o tema) quanto de maneira indutiva (criadas no decorrer do processo de codificação, de acordo com a observação de aspectos por parte da autora). As categorias e subcategorias criadas estão apresentadas no Apêndice A.

### 4.3 Resultados e discussão

A partir dos procedimentos descritos na seção anterior, a análise dos dados foi realizada através do *software* NVivo, produzido pela empresa QSR International, na versão 10.0.638. Para a construção dos gráficos apresentados, utilizamos a ferramenta Google Sheets, editor *online* de planilhas do pacote de Editores de Documentos Google. Apenas a título de recapitulação, a nossa amostra foi composta por 220 peças jornalísticas, publicadas nos jornais Correio da Manhã (62), Diário de Notícias (28), Expresso (107) e Público (23).

À primeira vista, é notório que existe uma grande discrepância na quantidade de peças publicadas sobre questões de gênero nos jornais analisados. Entretanto, esse dado não pode ser considerado como absoluto de maneira isolada, tendo em conta que diferentes jornais possuem diferentes capacidades de publicação e estruturas de redação distintas entre si. Além disso, como já referimos, vários textos que encontramos estavam protegidos por *paywall*, o que foi também um fator que impactou na seleção da nossa amostra. Dessa maneira, a fim de promover comparações e quantificações mais justas, foi realizada, de forma manual, uma contagem média aproximada do volume de peças publicadas em cada um desses jornais em uma semana aleatória típica. Dessa contagem, derivaram os seguintes resultados:

- O Correio da Manhã publica em média 158 peças jornalísticas por dia → Proporcionalmente, em seis meses, teriam ido ao ar cerca de 28.440 peças;

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://mm.tt/map/2423032701>

- O Diário de Notícias publica em média 50 peças jornalísticas por dia → Proporcionalmente, em seis meses, teriam ido ao ar cerca de 9.000 peças;
- O Expresso publica em média 158 peças jornalísticas por dia → Proporcionalmente, em seis meses, teriam ido ao ar cerca de 18.180 peças;
- O Público publica em média 102 peças jornalísticas por dia → Proporcionalmente, em seis meses, teriam ido ao ar cerca de 18.360 peças.

Assim, tomando como base o primeiro objetivo específico desta investigação (que consiste em verificar se existe, nos *websites* dos jornais analisados, espaço para o debate sobre questões de gênero), podemos inferir, pela quantidade de peças colhidas na nossa amostra, que o espaço gratuito dedicado a essas questões ainda é bastante reduzido. Dessa maneira, o percentual destinado a essas questões, nos jornais analisados, foi o seguinte:

- Correio da Manhã - 0,22%;
- Diário de Notícias - 0,31%;
- Expresso - 0,59%;
- Público - 0,13%.

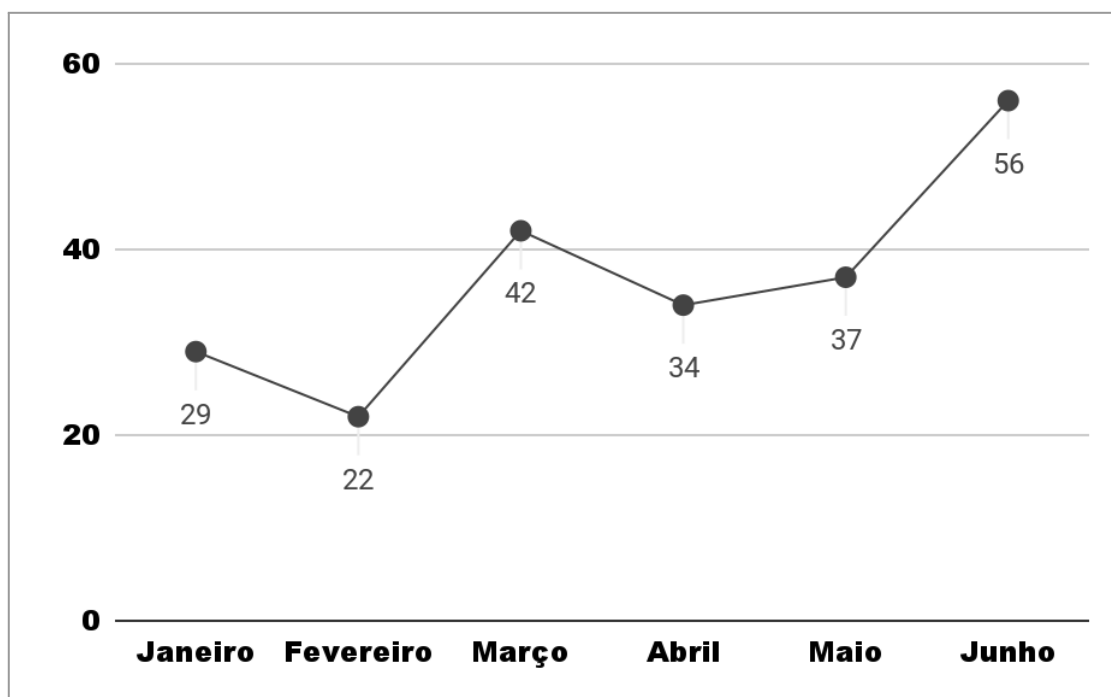
O que percebemos, portanto, é um cenário de confirmação da nossa hipótese de que não há um grande espaço dedicado para estes debates na mídia generalista portuguesa, visto que todos os jornais analisados dedicam menos de 1% do seu conteúdo a abordar o assunto.

Refletindo sobre as características das peças que compuseram a nossa amostra, no que diz respeito ao mês de publicação, a maior parte dos textos foi publicada nos meses de março (42 ocorrências) e junho (56 ocorrências). Esse fato pode ser justificado pelas datas do Dia Internacional das Mulheres (celebrado em 8 de março) e do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+ (comemorado em 28 de junho).

Assim, ao observarmos a distribuição temporal, é possível notar, conforme ilustrado na Figura 1, que a quantidade de peças publicadas nestes meses (março e junho) é quase o dobro em comparação aos demais.

**Figura 1**

*Distribuição das peças da amostra entre os meses analisados*

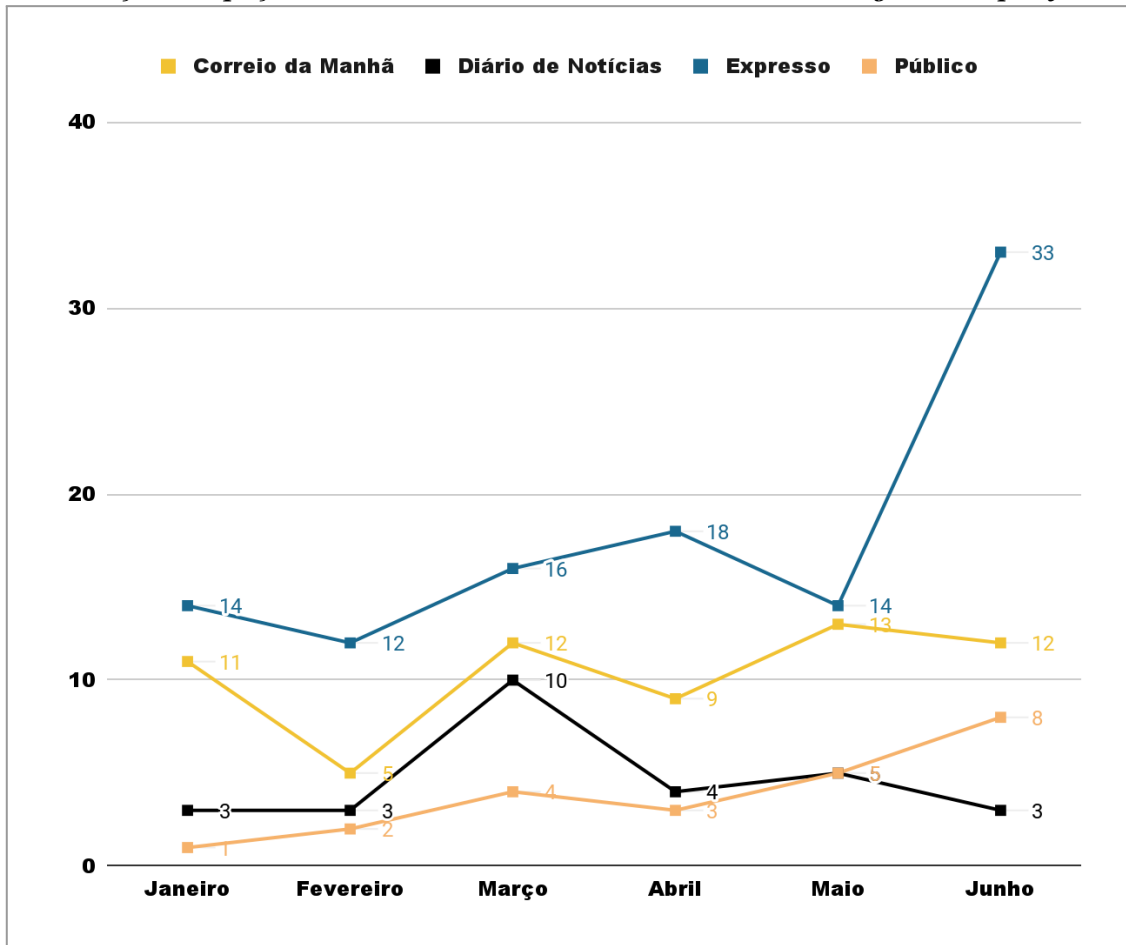


*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

A título de comparação entre os jornais, observa-se, com base na Figura 2, que os jornais Expresso e Público tiveram o seu pico de publicações sobre questões de gênero no mês de junho. Já o Diário de Notícias apresentou um pico no mês de março, enquanto o Correio da Manhã manteve uma frequência relativamente estável no decorrer do tempo.

**Figura 2**

*Distribuição das peças da amostra entre os meses analisados, categorizada por jornal*

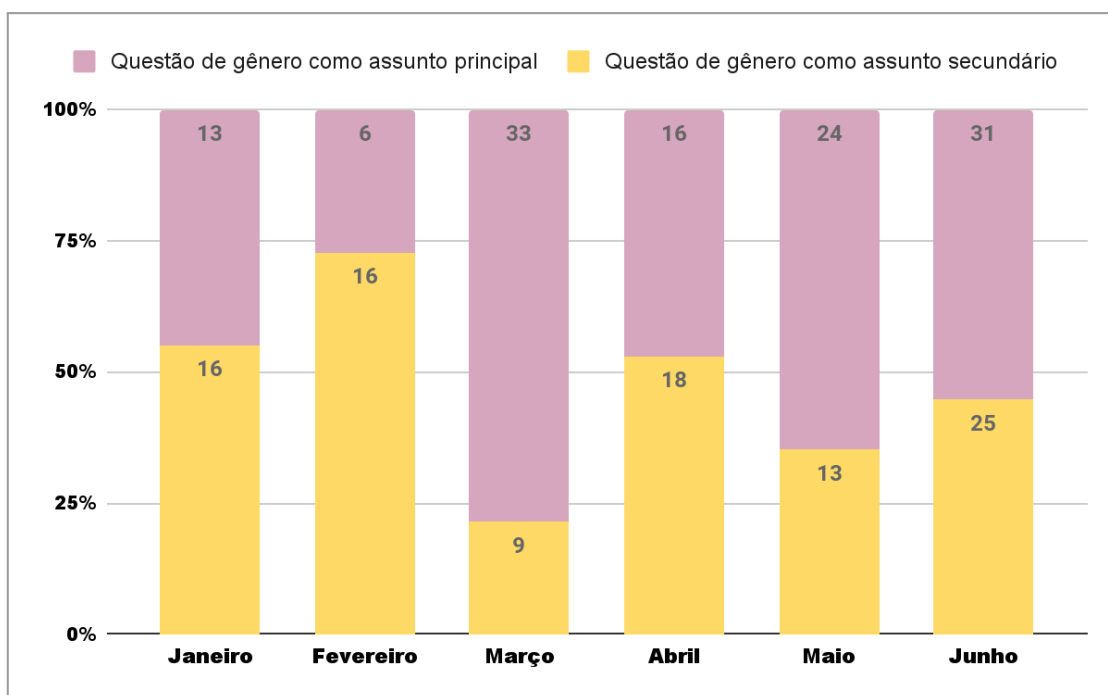


*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

Ao adicionarmos à análise a variável que avalia se as questões de gênero são principais ou secundárias nos textos, foi feita uma tabulação cruzada com o período de publicação. Esse cruzamento resultou em uma tendência maior de trazer questões de gênero como assuntos principais nos mesmos meses com datas comemorativas: março e junho. Assim, analisando proporcionalmente, estes dois meses, juntamente com o mês de maio, foram os únicos que trouxeram questões de gênero como assunto principal de maneira mais frequente.

**Figura 3**

*Relevância das questões de gênero nas peças analisadas no decorrer dos meses*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

Mais uma vez, a título de comparação entre os diferentes veículos, é interessante ressaltar que o *Expresso* foi o único que não teve uma diferença grande entre questões de gênero como assuntos principais ou secundários. Já nos demais jornais, o *Diário de Notícias* e o *Público* apresentaram uma predominância de peças cujo tema central foi gênero, enquanto o *Correio da Manhã* exprime justamente o contrário: a maior parte dos textos trouxeram as questões de gênero como algo secundário.

A partir destes dados iniciais, o que podemos depreender é que, além de não haver muitos espaços dedicados a falar sobre questões de gênero nos jornais analisados, essas pautas acabam sendo mais abordadas apenas quando há alguma efeméride que provoque a discussão. Esse viés reforça, portanto, a tese de que as questões de gênero ainda são vistas no meio jornalístico como um ‘não-assunto’, com a existência de um certo apagamento das ‘lentes de gênero’ na informação (Cerqueira et al., 2014; Cerqueira & Cabecinhas, 2015).

Em relação à extensão dos conteúdos da nossa amostra, tomando como base a contagem do número de caracteres (com espaços) das peças, dividimos os textos em quatro grupos principais, que resultaram na seguinte distribuição de frequência:

- 0 - 3000 caracteres → 97 peças publicadas;
- 3001 - 6000 caracteres → 81 peças publicadas;
- 6001 - 9000 caracteres → 27 peças publicadas;
- Mais de 9000 caracteres → 15 peças publicadas.

Outra métrica que utilizamos para quantificar a extensão da peça jornalística foi a quantidade de parágrafos que esta possuía. Nesse sentido, assim como fizemos com a quantidade de caracteres, dividimos a amostra em grupos equivalentes entre si, resultando nas seguintes sete classificações e frequências:

- 0 - 5 parágrafos → 33 peças publicadas;
- 6 - 10 parágrafos → 74 peças publicadas;
- 11 - 15 parágrafos → 71 peças publicadas;
- 16 - 20 parágrafos → 25 peças publicadas;
- 21 - 25 parágrafos → 8 peças publicadas;
- 26 - 30 parágrafos → 4 peças publicadas;
- Mais de 30 parágrafos → 5 peças publicadas.

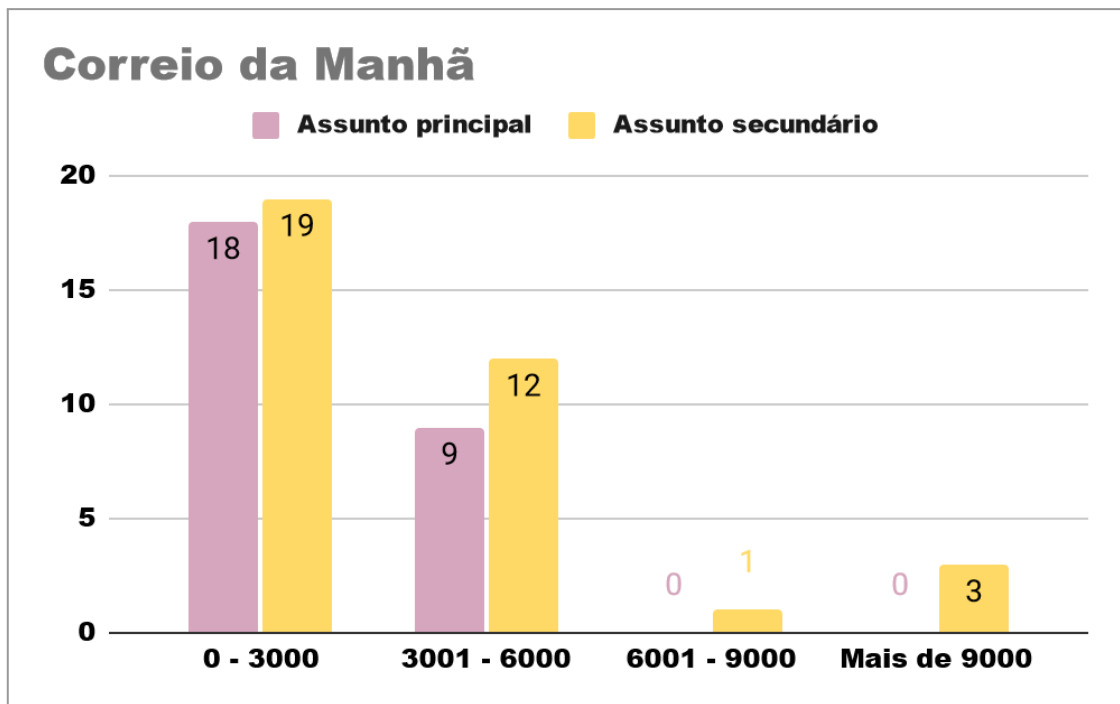
Apenas a partir dessa distribuição simples podemos perceber que há um predomínio de textos com menos caracteres e menos parágrafos. Observamos, por exemplo, que 178 peças jornalísticas possuem entre 0 e 6 mil caracteres, o que resulta em cerca de 80% da amostra. Dessas, aproximadamente 44% possuem entre 0 e 3 mil caracteres. A título de comparação, 3 mil caracteres, utilizando a formatação das normas APA (papel A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5), correspondem a pouco mais de uma página, cerca de 35 linhas.

Já em relação aos parágrafos, cerca de 48% dos textos (quase metade da amostra) possuem entre 0 e 10 parágrafos. Ao mesmo tempo, apenas 9 peças (cerca de 0,04%) constituem textos mais extensos, com 26 ou mais parágrafos. Ou seja, em termos de extensão, uma parte considerável das publicações é relativamente curta e não há espaço para conteúdos mais aprofundados.

Realizamos ainda um cruzamento entre a extensão e a relevância das questões de gênero nos textos. Fizemos essa manipulação levando em conta os jornais em que as peças foram publicadas, o que resultou nos gráficos expressos nas Figuras 4, 5, 6 e 7.

**Figura 4**

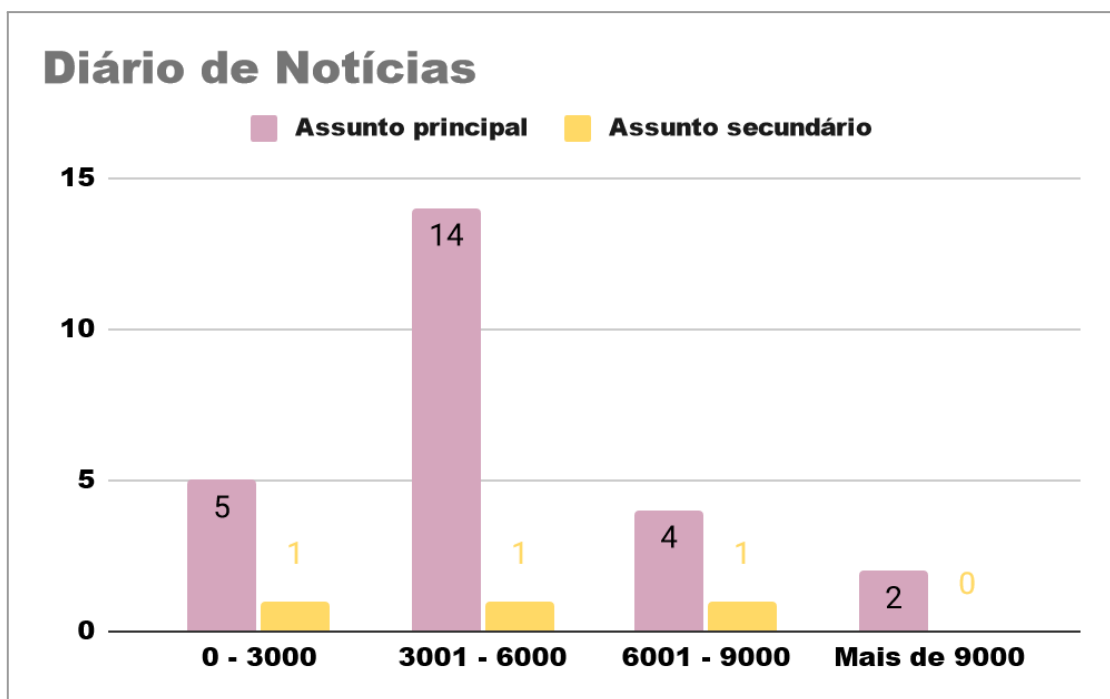
*Relevância das questões de gênero versus quantidade de caracteres - Correio da Manhã*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 5**

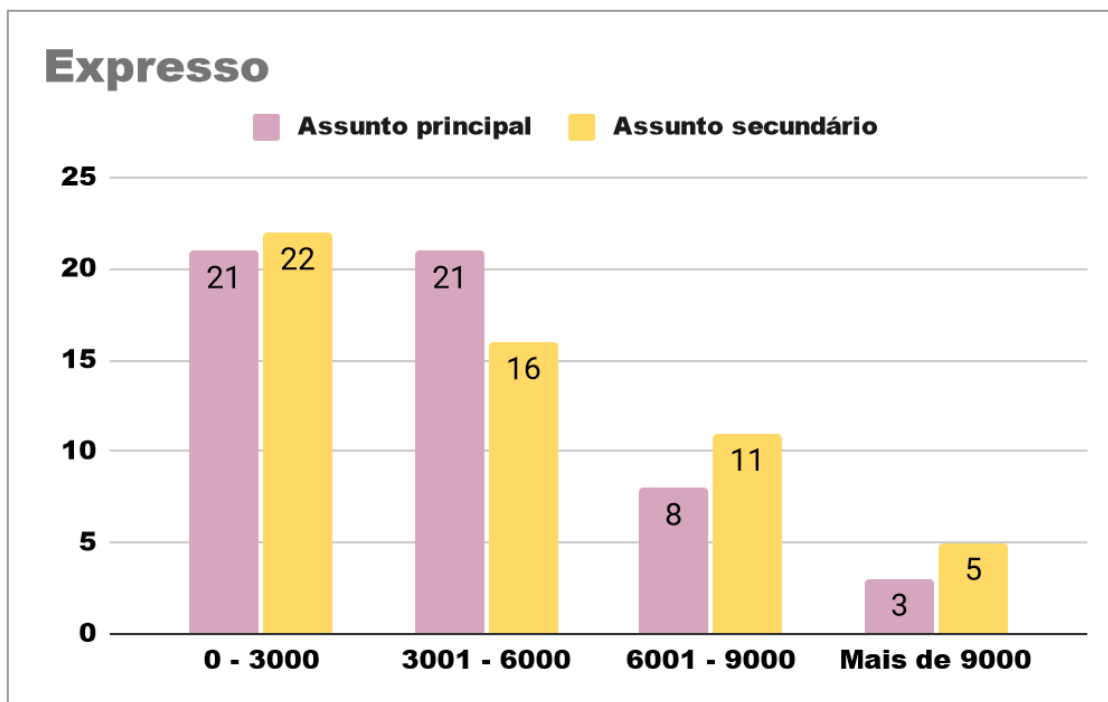
*Relevância das questões de gênero versus quantidade de caracteres - Diário de Notícias*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 6**

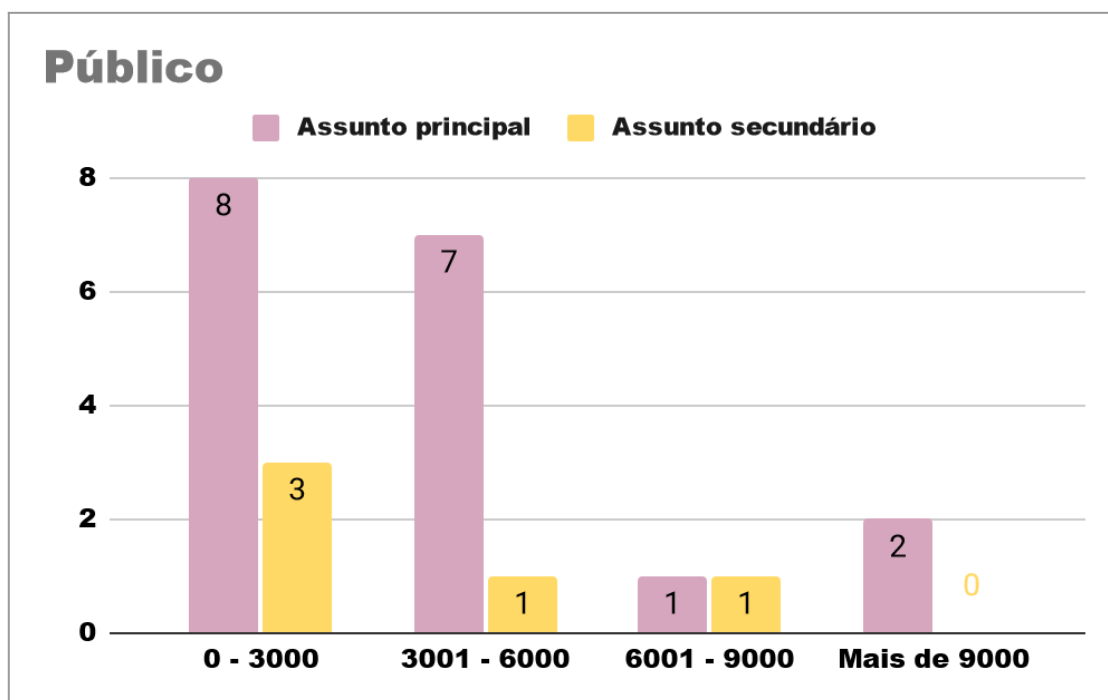
*Relevância das questões de gênero versus quantidade de caracteres - Expresso*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 7**

*Relevância das questões de gênero versus quantidade de caracteres - Público*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

A partir destes gráficos, o que podemos notar é que existe uma tendência (presente em todos os jornais analisados) de que as peças jornalísticas que possuem questões de gênero como assunto principal têm menos caracteres. Essa situação é mais pujante no Correio da Manhã, em que nenhuma peça com mais de 6 mil caracteres possui uma questão de gênero como assunto principal.

Sobre este aspecto, um ponto importante a considerar é que, como diversos autores - a exemplo de Canavilhas (2007, 2014) e Palacios (2003) - explicam, uma das potencialidades do ambiente *online* para o jornalismo é justamente a perda do limite para a extensão dos textos (em termos práticos). Como o próprio Palacios explica, com o ambiente digital, essa é a primeira vez que o jornalismo se depara com essa possibilidade, visto que em todos os suportes até então (jornal impresso, rádio ou TV), havia uma rígida limitação de espaço/tempo na construção das peças jornalísticas.

Em teoria, isso deveria resultar, portanto, em textos mais aprofundados e contextualizados. Entretanto, na prática isso não ocorre e decorrem cenários como o apresentado na nossa pesquisa, em que há um potencial para que o assunto seja mais aprofundado, mas isso acaba por não acontecer. É importante também ponderar que temos a ciência de que esse é um fenômeno que, provavelmente, não ocorre apenas nas matérias que pautam questões de gênero. Mas, não podemos deixar de destacar que, na nossa análise, esse foi um aspecto que se sobressaiu.

Outro ponto importante no que diz respeito à extensão das peças é o fato de que encontramos, principalmente no Correio da Manhã, muitos textos que tinham muitos parágrafos curtos, com uma ou duas linhas. É o caso, por exemplo, das peças “CM\_1”, intitulada “Açores pela Diversidade alerta para inexistência de estatísticas sobre discriminação LGBTI” e “CM\_27”, intitulada “LGBT+ Music Festival no Porto foi cancelado”, ambas do Correio da Manhã.

Assim, a partir dessa ressalva, reconhecemos que apenas a quantificação de caracteres e parágrafos não é suficiente para definir a profundidade com que um assunto é tratado jornalisticamente. Desse modo, realizamos também uma análise relativa ao gênero e formato dos textos da amostra, seguindo a classificação proposta por José Marques de Melo, uma das mais difundidas em língua portuguesa (Marques de Melo & Assis, 2016; Marques de Melo, 2003). De acordo com essa catalogação, existem os seguintes gêneros jornalísticos e seus respectivos formatos:

- a. Gênero informativo - Nota, Notícia, Entrevista e Reportagem;
- b. Gênero opinativo - Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta e Crônica;
- c. Gênero interpretativo - Análise, Perfil, Enquete, Cronologia, Dossiê;
- d. Gênero diversional - História de interesse humano, História Colorida;

e. Gênero utilitário - Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço.

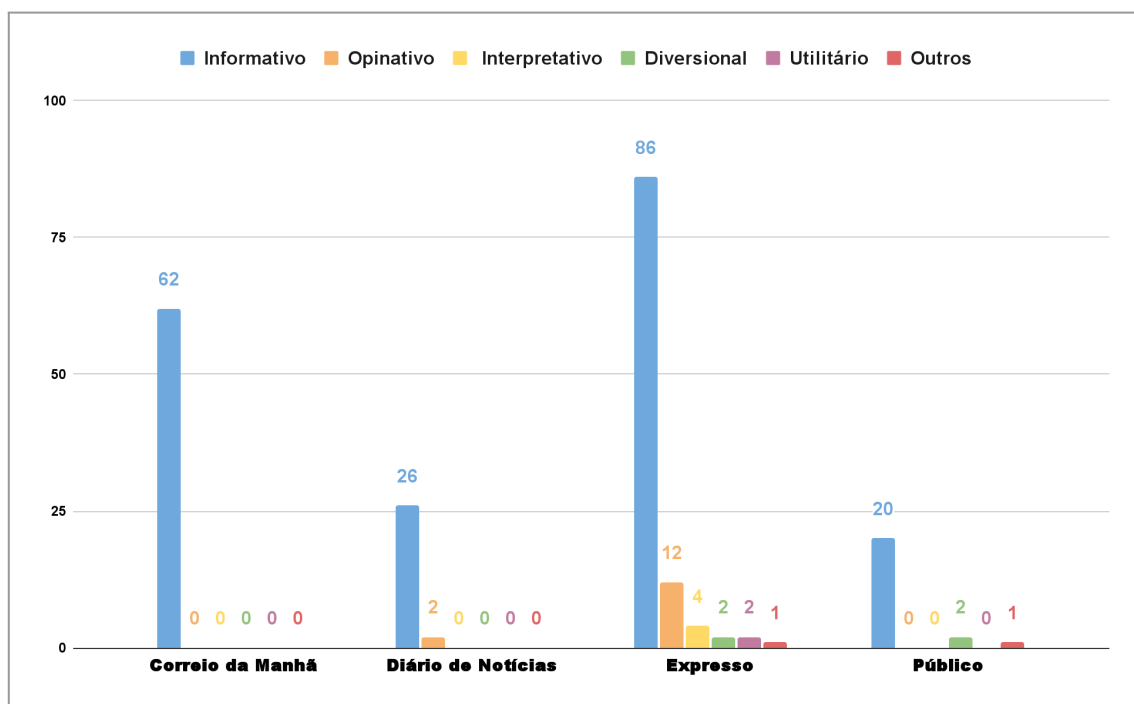
Ao observarmos este aspecto, resultou que 88,18% das peças (194 textos) pertenciam ao gênero informativo. Logo em seguida, o mais frequente foi o gênero opinativo, com 14 textos (cerca de 6,3% da amostra), o que faz com que todas as outras 12 peças se dividam entre os demais gêneros. Além disso, também identificamos dois textos que não se enquadram nessa caracterização de Marques de Melo, no formato de publiteditorial, um gênero híbrido entre jornalismo e publicidade.

Em relação aos formatos predominantes, a notícia foi o que apareceu de maneira predominante, caracterizando 140 textos da amostra (cerca de 63%). Em seguida, apareceram a reportagem, o artigo e a entrevista, respectivamente com 31, 14 e 13 textos.

No gráfico da Figura 8, apresentamos como os diferentes jornais fizeram uso dos gêneros jornalísticos.

### Figura 8

*Gêneros jornalísticos utilizados por cada jornal*



Nota. Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

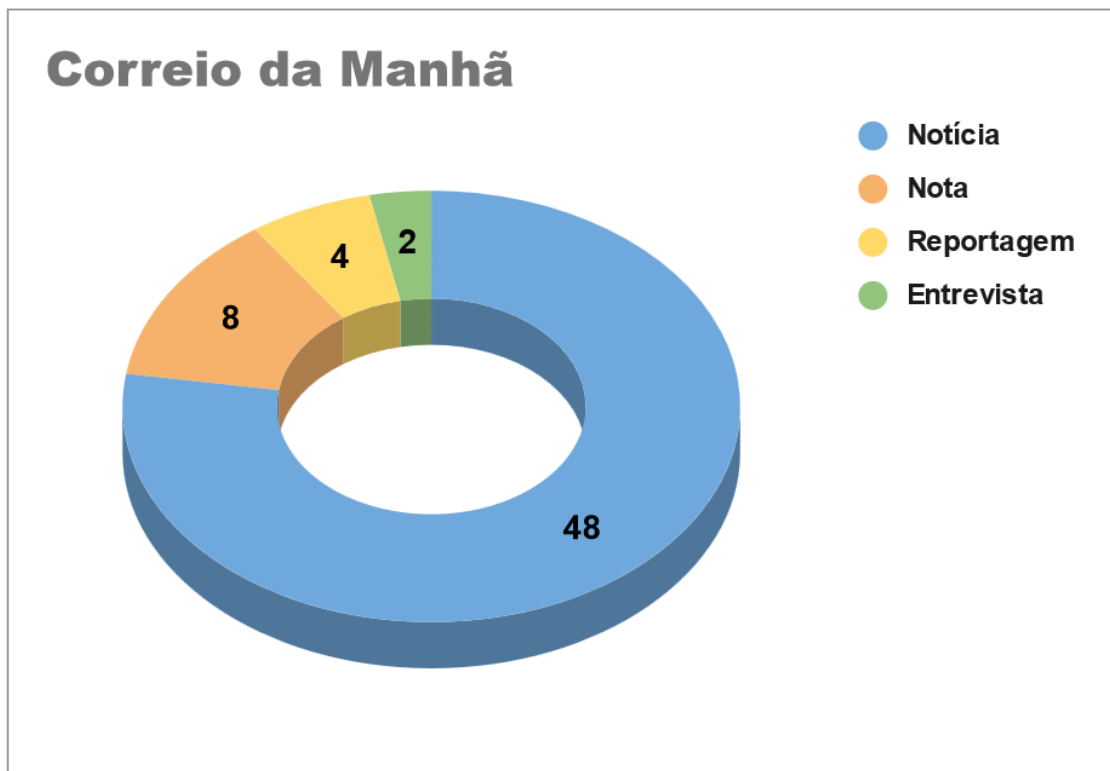
Como podemos observar, o jornal que mais teve variedade para pautar as questões de gênero foi o Expresso, enquanto o que menos teve foi o Correio da Manhã

(que apenas utilizou o gênero informativo). Apesar disso, nota-se um predomínio evidente do uso do gênero informativo e pouca diversidade em termos de gêneros jornalísticos, em todos os veículos analisados.

Em relação aos formatos, a distribuição nos diferentes jornais se deu de acordo com o exposto nas Figuras 9 a 12.

**Figura 9**

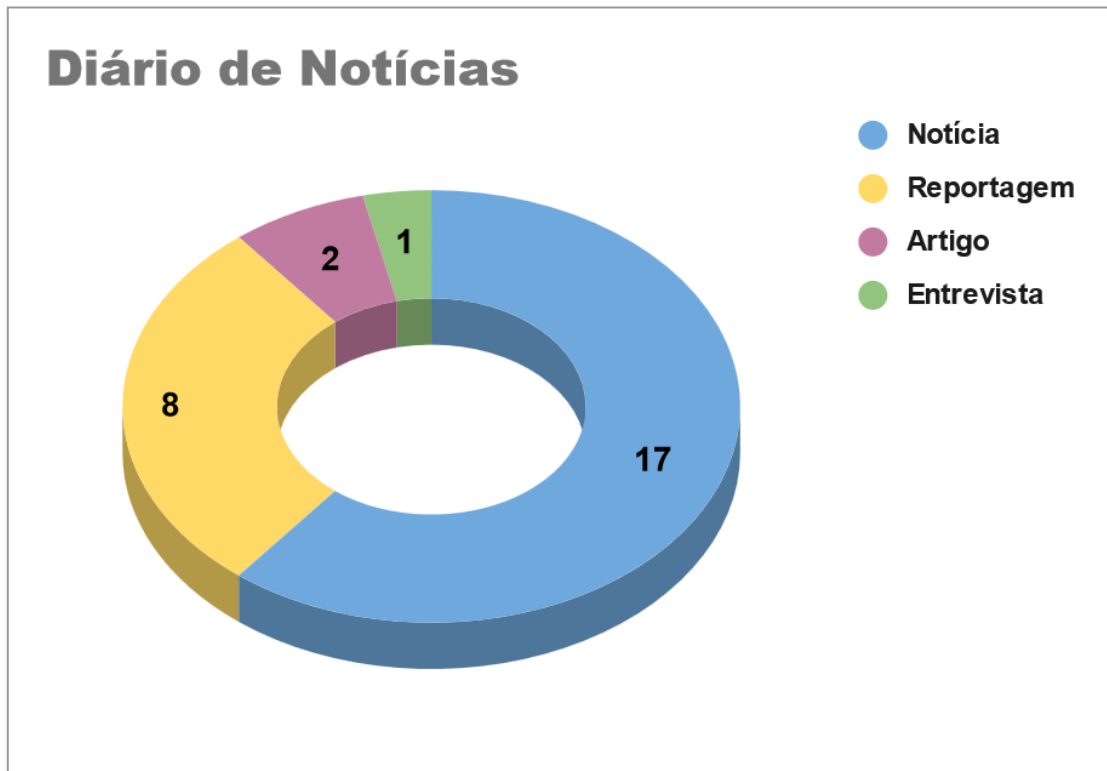
*Formatos jornalísticos predominantes no jornal Correio da Manhã*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 10**

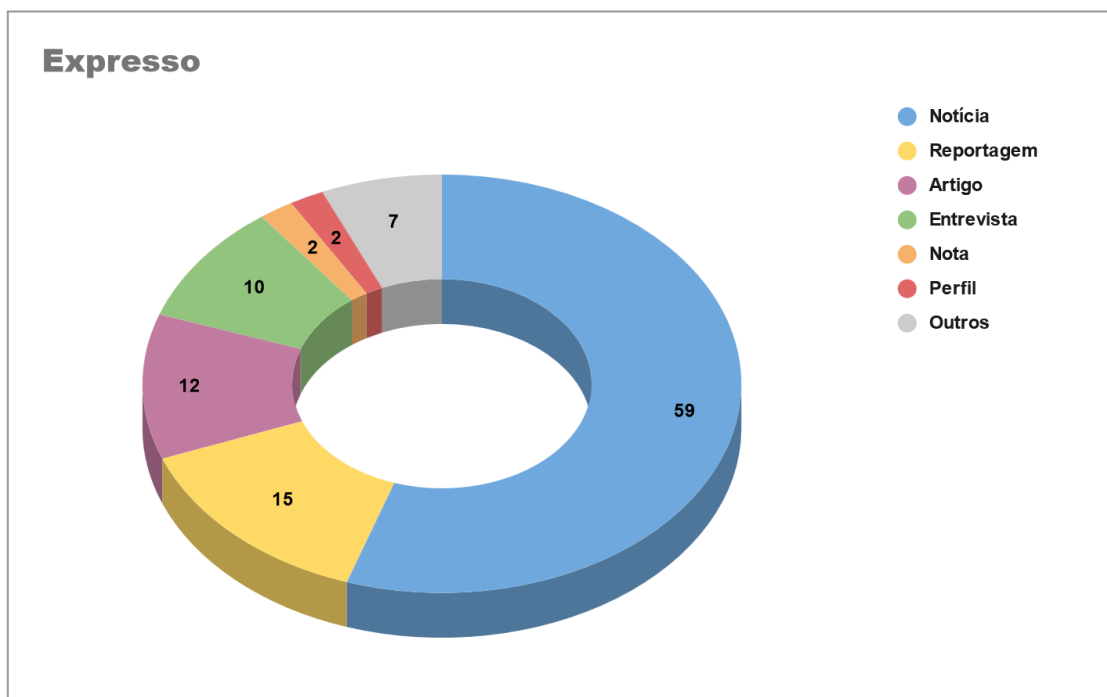
*Formatos jornalísticos predominantes no jornal Diário de Notícias*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 11**

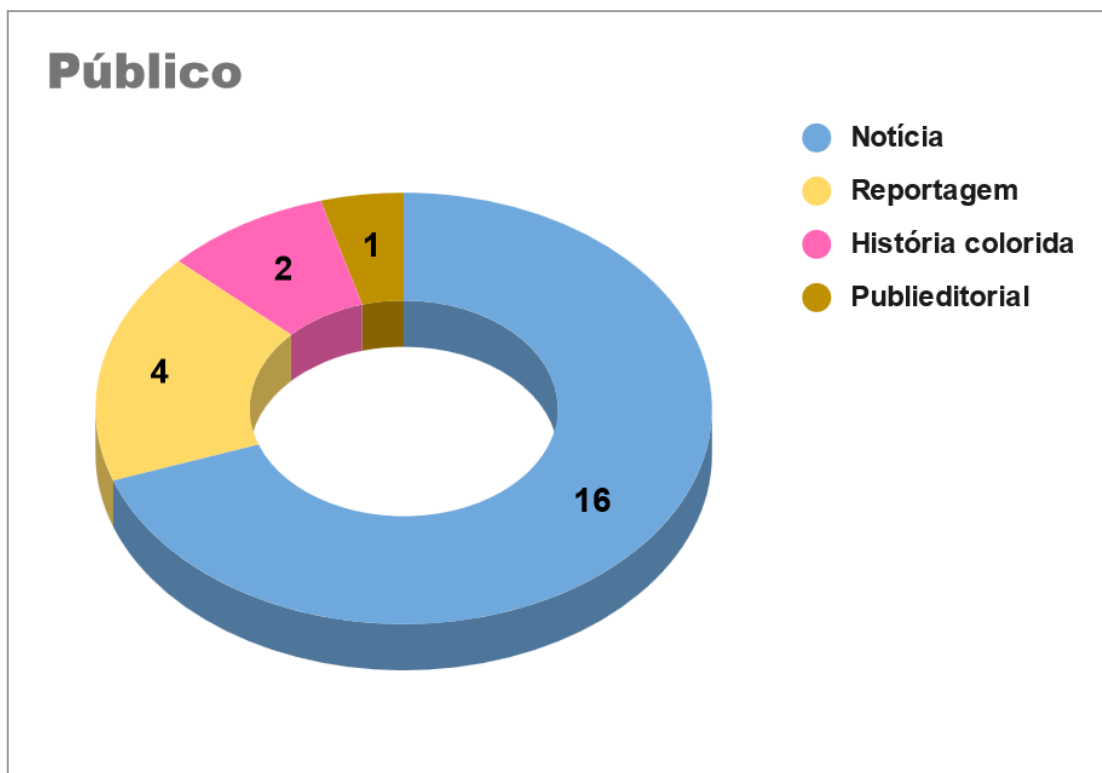
*Formatos jornalísticos predominantes no jornal Expresso*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 12**

*Formatos jornalísticos predominantes no jornal Público*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

A fim de refletir sobre os formatos predominantes na nossa amostra (notícia, reportagem e entrevista) e o que o seu uso significa, cabe aqui destrinchar estes conceitos essenciais dentro da literatura sobre jornalismo. Portanto,

A distinção entre a nota, a notícia e a reportagem está exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e acessibilidade de que goza o público. [...] A notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística. Por sua vez, a entrevista é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade. (Marques de Melo, 2003, p. 66)

Ou seja, a notícia consiste em um formato mais imediato e menos aprofundado, que tem como objetivo dar ao conhecimento do público um certo acontecimento. Já a reportagem é um formato mais contextualizado, geralmente mais extenso, que busca fornecer aos receptores um relato ampliado da realidade.

Dessa maneira, quando observamos na nossa amostra que a quantidade de reportagens é, em média, 49% menor que a quantidade de notícias, é possível inferir que as questões de gênero ainda não têm um espaço de debate e reflexão alargados na cobertura jornalística analisada. Ou seja, consiste em uma cobertura muito mais factual e imediatista, com poucas oportunidades da presença de informações mais contextualizadas. Um exemplo disso é visto na peça “CM\_62”, intitulada “Vinte e três mortes por violência doméstica em 2021”. A notícia em questão traz simplesmente um apanhado de estatísticas sobre as vítimas da violência doméstica em Portugal, mas em nenhum momento existe, por exemplo, uma reflexão sobre as causas desse problema social, as formas de combate ou um aspecto voltado para a humanização (as pessoas são tratadas puramente como números, não como vidas).

Em relação à classificação do acontecimento jornalístico, a codificação dividiu as peças em duas categorias: *soft news* ou *hard news*. De acordo com Cerqueira et. al (2014), as questões de gênero geralmente são pautadas no primeiro grupo em detrimento do segundo. Entretanto, na nossa amostra, esse dado não se confirmou, pois 131 peças (cerca de 59%) foram classificadas como *hard news*, enquanto 89 peças (cerca de 41%) foram classificadas como *soft news*.

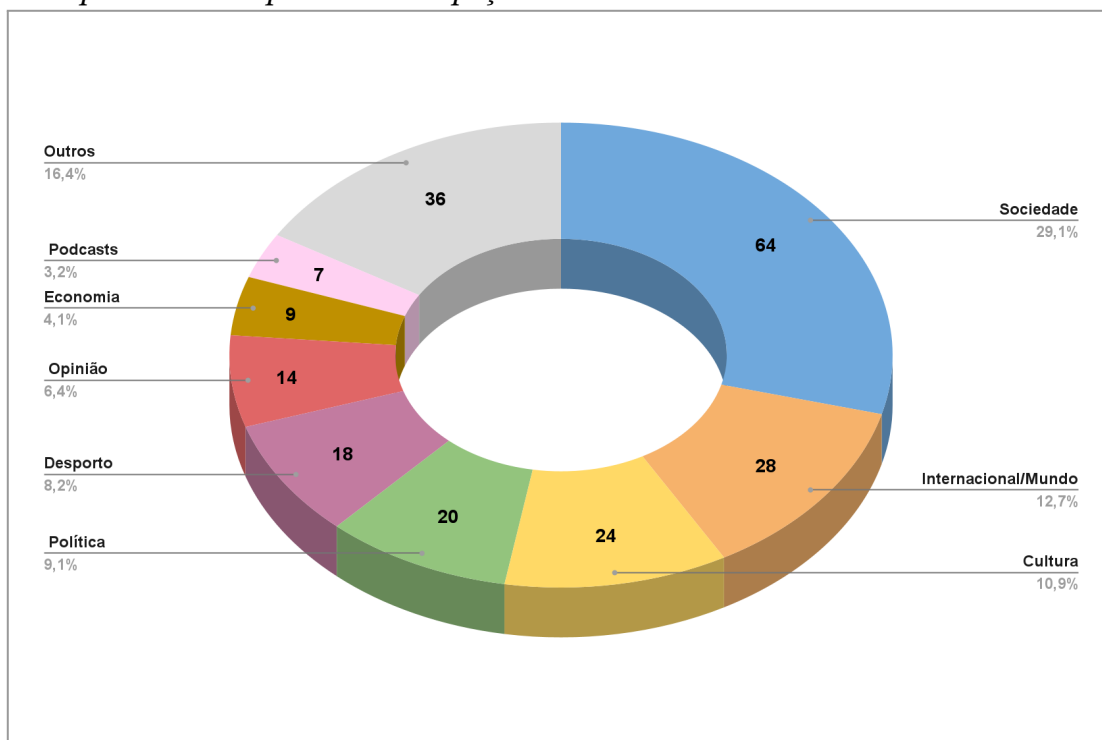
Porém, considerando que vários textos que analisamos não têm uma questão de gênero como assunto principal, resolvemos fazer um cruzamento entre essas duas categorias (questões de gênero como assunto principal + classificação do acontecimento jornalístico). A partir desse cruzamento, o resultado foi semelhante: das 123 peças que têm uma questão de gênero como assunto principal, 80 classificam-se como *hard news* (65%) e 43 como *soft news* (34%).

Ao acrescentar à discussão a variável do veículo de publicação, o único jornal que foge a essa tendência é o Público, em que 12 das matérias com questões de gênero como pauta principal são classificadas como *soft news* (o dobro das *hard news*).

Seguindo em frente com a análise, em relação às principais seções em que está localizado o conteúdo, uma parte considerável dos textos (64, que equivalem a cerca de 29%) está presente na editoria de “Sociedade”, algo que já era esperado, tomando como base Gallego (2009).

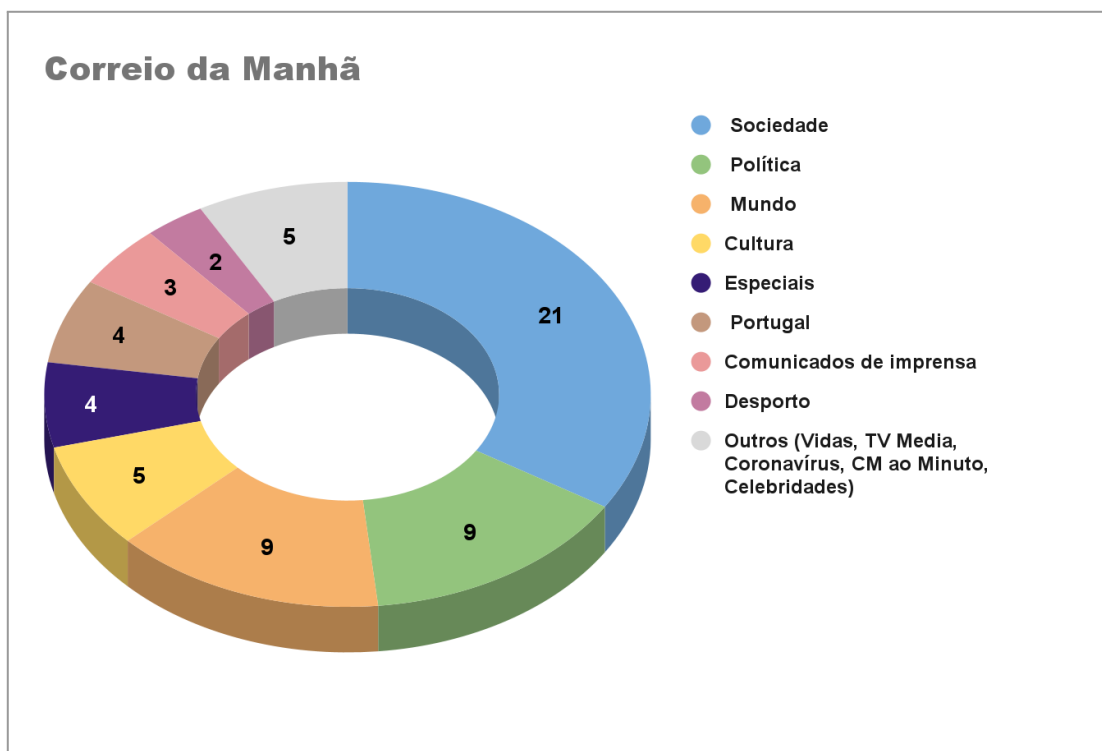
Em seguida, as editorias principais foram “Cultura” (com 24 textos), “Política” (com 20 textos), “Desporto” e “Internacional” (ambas com 18 textos), conforme demonstrado nas Figuras 13 a 17.

**Figura 13**  
Principais editorias presentes nas peças analisadas



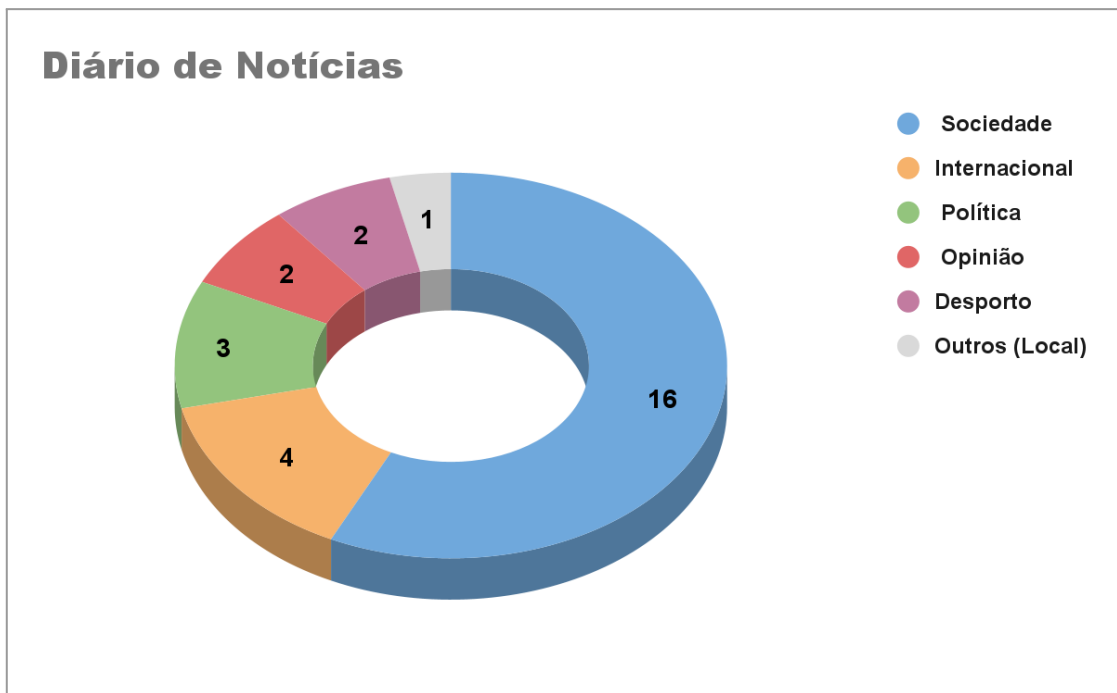
Nota. Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 14**  
Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Correio da Manhã



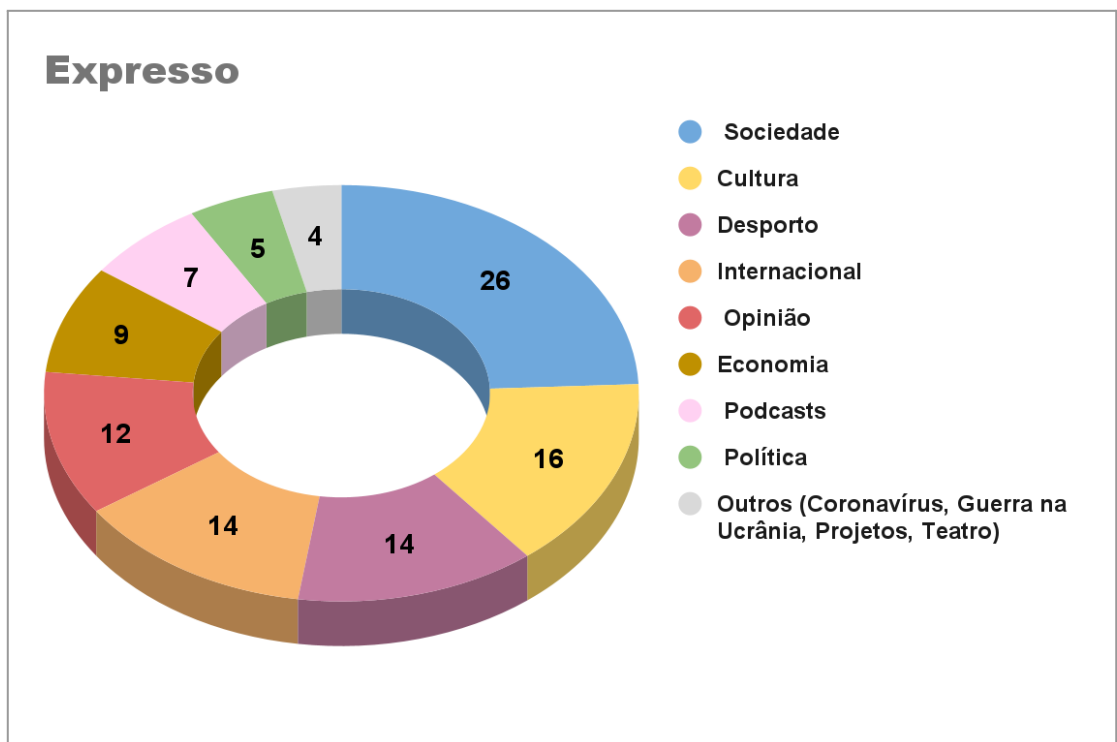
Nota. Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 15**  
Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Diário de Notícias



Nota. Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

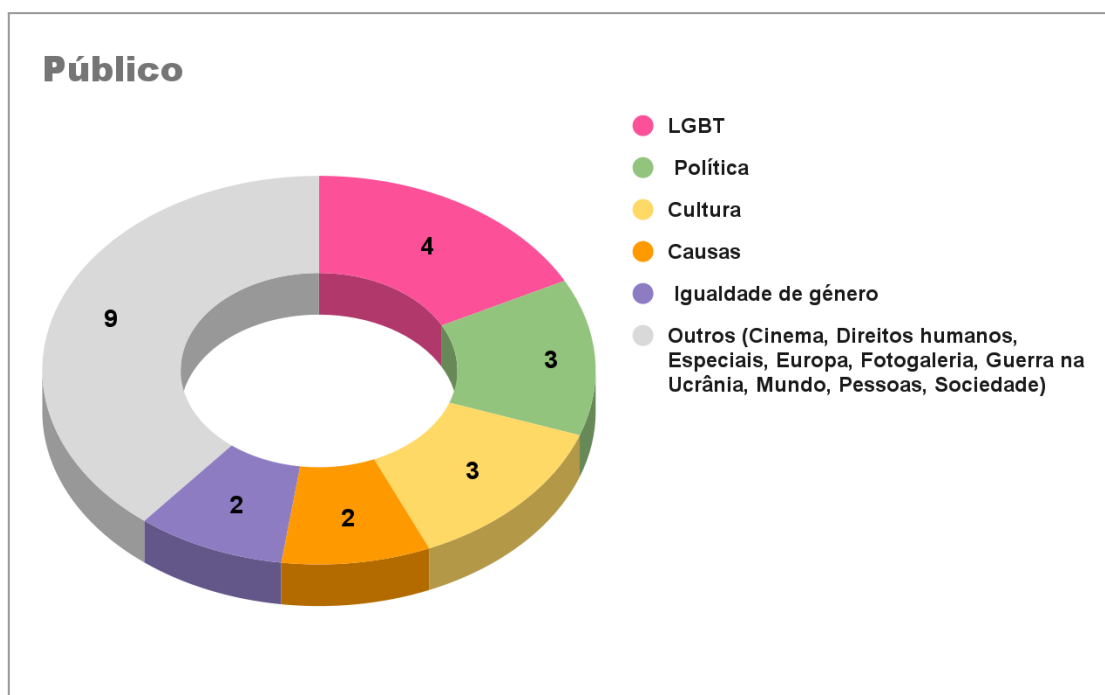
**Figura 16**  
Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Expresso



Nota. Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 17**

*Principais editorias presentes nas peças analisadas - jornal Público*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

A partir da análise dos gráficos, podemos pontuar alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, o jornal Expresso foi o único que trouxe questões de gênero para a editoria de Economia, algo que não é comum, visto que esses temas acabam, muitas vezes, sendo relegados a editorias menos ‘sérias’ (Cerqueira et al., 2014). Nessa perspectiva, no Expresso, as questões de gênero não apenas foram pauta da agenda econômica, como também foram o assunto principal dos sete textos publicados. Exemplo disso são as peças “EXP\_36”, intitulada “Estados Unidos: trabalhadores LGBT ganham menos 10% do que o salário médio” e “EXP\_42”, intitulada “Faltam 30 anos para as mulheres terem o mesmo salário para as mesmas funções que os homens”. Esse fato, no entanto, não é a regra nos jornais analisados, o que reforça a tese das referidas autoras.

Outro fato a ser destacado é que o jornal Público foi o que mais apresentou diversidade de editorias para enquadrar as questões de gênero (os textos se dividiram em 14 seções do jornal). Este veículo também foi o único que trouxe editorias específicas voltadas às pautas de gênero, como “LGBT” e “Igualdade de gênero”, o que demonstra que existe, no Público, um esforço de produzir um jornalismo mais especializado nessas questões. Em contrapartida, ele foi o jornal em que as questões de gênero menos estão refletidas em editorias mais tradicionais como “Política” e

“Economia”. Esse é um dos fatores que reforça o que Cerqueira et. al (2014) discorrem sobre as coberturas jornalísticas sobre gênero: ainda existe a crença de que se trata de um assunto que interessa apenas um grupo específico (nomeadamente mulheres e/ou pessoas LGBTQIA+), que seriam considerados como “sujeitos dotados de gênero”.

Mais uma vez, acrescentando a essa variável o recorte de quais peças jornalísticas possuem as questões de gênero como assunto principal, alguns dados interessantes podem ser apreendidos e adicionados à análise. O jornal Correio da Manhã não tem nenhuma matéria na editoria “Política” em que as questões de gênero sejam a pauta principal. Já no Diário de Notícias, essa proporção é de 2/3 dos textos com esse assunto como principal; no Expresso a proporção é de 4/5 e, no Público, de 1/3. No total, apenas 7 dos 20 textos sobre política têm questões de gênero como tema principal. Isso mais uma vez reforça a tese de Cerqueira et. al de que não existe espaço para falar sobre questões de gênero nas editorias principais, bem como corrobora com a nossa hipótese.

#### **4.3.1 Acepção de gênero na amostra**

Para entender melhor o conteúdo qualitativo das peças que analisamos, realizou-se, por meio do *software* NVivo, uma contagem dos termos mais frequentes. Nessa contagem, excluímos automaticamente palavras mais genéricas, como artigos e pronomes, pois não são vocábulos dotados de significado por si só. Como antecipamos, por conta da revisão bibliográfica, a palavra que mais se repetiu em todas as peças foi “mulheres”, com uma frequência de 792 vezes. Em seguida, com 447 ocorrências (menos 43% em relação à primeira colocada), encontra-se a palavra “gênero”. As nuvens de palavras das Figuras 18 a 22 representam os 100 termos mais frequentes em toda a amostra e em cada jornal.



**Figura 20**

*Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças do jornal Diário de Notícias*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

**Figura 21**

*Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças do jornal Expresso*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)



**Tabela 6**

*Resultado da codificação da categoria “Acepção de gênero na peça analisada”*

<b>Acepção de gênero</b>	<b>Contagem</b>
Diferença binária entre homens e mulheres	122
Identidade de gênero	55
Ideologia de gênero	8
LGBTQIA+	99
Oposição a sexo	25
Substituto para feminismo, mulheres e suas demandas	63

*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

Como podemos notar, em 122 textos a acepção de gênero utilizada se refere à diferença binária entre homens e mulheres, aparecendo em mais da metade das peças da amostra. Entretanto, percebemos também que, na medida em que “mulheres” é a palavra que mais aparece, “homens” apenas aparece na contagem 294 vezes (62% a menos), figurando como a 5ª palavra mais frequente. Mais uma vez, cabe-nos aqui pensar sobre a maneira com que a sociedade (e conseqüentemente o jornalismo) assume que existem sujeitos específicos interessados em discutir sobre questões de gênero e que esses sujeitos não são os homens (Cerqueira et. al, 2014).

#### **4.3.2 Elementos que reforçam discursos antigênero**

Na busca por alcançar o terceiro objetivo específico deste trabalho, nomeadamente o de compreender se as coberturas das questões de gênero nestes jornais reforçam discursos antigênero ou contribuem de alguma maneira para tal, a primeira variável importante que analisamos foi a presença ou não da ideia de “ideologia de gênero”. Nessa perspectiva, oito peças fizeram uso desse neologismo, sendo a metade do Correio da Manhã, e as demais distribuídas da seguinte forma: 3 do Expresso, 1 do Público e nenhuma do Diário de Notícias.

Dessas oito ocorrências, apenas dois textos dão a entender que “ideologia de gênero” é um neologismo, respectivamente as peças “EXP\_31”, artigo de opinião do jornal Expresso e “P\_11”, notícia do jornal Público. Os seguintes trechos exemplificam esse acontecimento:

*O ressurgimento de forças reacionárias corresponde a um desejo de regresso ao passado, a uma reação a novos atores que reivindicam um novo poder político e social. Sejam minorias étnicas, minorias sexuais ou mulheres. O ataque à chamada ideologia de género, que mais não é do que a defesa da ideologia de género dominante, corresponde à defesa do mais forte. Do poder masculino que, como acontece com todos os poderes que são desafiados, não quer ceder à exigência de partilha. Sobretudo entre os que não têm outro poder para além de serem homens e brancos. (EXP\_31, “Em eleições, salvam-nos as mulheres”, jornal Expresso)*

*Sobre o alegado ensino nas escolas daquilo que o CDS-PP considera ser a ‘ideologia de género’, o historiador Rui Tavares venceu que o programa do CDS pretende “acabar com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG)”, especulando que poderá ser por haver “alguma obsessão com a palavra ‘género’ estar lá. (P\_11, “Legislativas. Impostos e ‘ideologia de género’ no centro da discórdia entre CDS e Livre”, jornal Público)*

Entretanto, como podemos perceber nos extratos utilizados como exemplo, não existe em nenhuma das peças uma explicação mais detalhada que busque desmistificar o conceito de ideologia de género. Aliado a isso, podemos ainda perceber que, no uso da terminologia, apenas um dos textos a associa à Igreja Católica, na forma de um discurso direto de um membro da instituição, visível no seguinte excerto:

*Para os médicos católicos, é "importante que os partidos políticos digam claramente ao que vão", pois consideram que "nas duas anteriores legislaturas, muito para além do que estava explicitado nos programas eleitorais, os deputados discutiram assuntos para os quais não tinham sido mandatados pelos portugueses, nomeadamente a eutanásia, a ideologia de género ou a inseminação 'post-mortem'". (CM\_32, “Médicos católicos querem partidos a revelar posição sobre eutanásia”, jornal Correio da Manhã)*

Mais uma vez, como podemos notar no segmento, apesar de haver a associação da ideia à Igreja Católica, não existe uma contextualização mais aprofundada sobre a temática.

Outro aspecto a ser considerado nas peças que falam em ideologia de género é que em cinco ocasiões a expressão é usada em forma de citação (por meio do discurso direto) e apenas uma vez ela aparece como estratégia discursiva, em um contexto

conservador. Quando o termo é utilizado em forma de citação, também não existe uma explicação ou contextualização acerca da fala da pessoa entrevistada, como podemos notar no seguinte excerto do jornal Correio da Manhã:

*Desafiado a apontar diferenças com os seus novos concorrentes à direita, o líder do CDS-PP classificou a IL como "um partido que, tirando a economia, é exatamente igual à esquerda e defende exatamente a mesma agenda fraturante".*

*"Eu devo até dizer que o voto na IL não é necessariamente um voto contra a esquerda, pelo contrário é um voto a favor da esquerda em muitas matérias: por exemplo, na eutanásia, na ideologia de género nas escolas, na regionalização, na questão da liberalização das drogas leves e na prostituição", apontou. (CM\_10, "Chicão ambiciona governar sozinho com PSD, mas fala em eleitorado 'traído' por Rio", jornal Correio da Manhã)*

Nesse exemplo observamos que a(o) jornalista responsável se atém apenas a um jornalismo conhecido como declaratório, em que a informação é transmitida a partir das falas das fontes. Ou seja, o entrevistado falou em ideologia de gênero nas escolas e essa informação não foi confrontada em nenhum outro momento no decorrer da peça.

Ao fazermos uma nuvem de palavras sobre os textos que utilizam o termo 'ideologia de gênero', o resultado foi expresso na Figura 23.

**Figura 23**

*Nuvem de palavras com principais termos presentes nas peças que apresentam a ideia de ‘ideologia de gênero’*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

Como podemos notar na imagem, trata-se de um tema que está bastante relacionado à política. O termo mais frequente é justamente CDS, sigla do Partido Popular (CDS-PP), partido político português conservador inspirado pela democracia cristã. Também notamos a presença marcante de outros vocábulos que dizem respeito à agenda política, como “partido”, “eleitoral” etc.

Apesar disso, apenas duas peças que usam o conceito de “ideologia de gênero” estão na editoria “Política”. A maior parte está na editoria “Opinião” (3 matérias), e as demais estão divididas entre as editorias “Especiais”, “Mundo” e “Sociedade”.

Em relação à extensão das matérias, metade possui entre 0 e 3 mil caracteres, 1 possui entre 3 e 6 mil, 2 entre 6 e 9 mil e 1 tem mais de 9 mil. Em relação à quantidade de parágrafos, 3 possuem entre 11 e 15, 2 possuem entre 0 e 5, uma possui entre 6 e 10, e duas possuem mais de 26.

Em relação aos gêneros e formatos predominantes, encontramos, mais uma vez, a maior parte no gênero informativo (com 5 notícias e 1 reportagem) e, em segundo lugar, duas do gênero opinativo (ambas no formato de artigo). Os demais gêneros e

formatos não aparecem nesse recorte. Sete textos são classificados *hard news* e apenas um é enquadrado como *soft news*. Por fim, metade apresenta questões de gênero como questão principal e metade como secundário.

Apesar de a terminologia “ideologia de gênero” não apresentar grande expressividade numérica na amostra, diversos discursos que promovem o pânico moral acerca da temática foram encontrados durante a análise.

Nesse sentido, o principal discurso de pânico moral com que nos deparamos foi a associação do gênero como uma pauta da esquerda política<sup>35</sup>. Esse discurso esteve presente em 21 peças, a exemplo dos textos “EXP\_58”, intitulado “Livre quer criminalizar ‘práticas de conversão’ da orientação sexual e acabar com ‘vazio legal’”; e “EXP\_92”, intitulado “Presidente da Câmara do Porto acusa BE de se apropriar de causas LGBTQ+”. Os jornais que mais apresentaram essa associação foram o Expresso e o Correio da Manhã, enquanto esse discurso não esteve presente em nenhuma peça do Diário de Notícias e apenas em uma peça do Público.

O segundo discurso de pânico moral mais frequente diz respeito à subversão das crianças por meio da educação. Um exemplo disso pode ser encontrado no seguinte trecho, pertencente à peça “CM\_5”:

*A associação Sall – Defesa da Liberdade apresentou uma ação judicial para exigir ao Estado que proceda a alterações na disciplina Educação para a Cidadania. Segundo Afonso Teixeira da Mota, presidente da associação criada em 2020, alguns dos conteúdos educativos associados a esta área curricular pretendem “impor a tese de que o sexo biológico deve distinguir-se do género ou da identidade de género”. (CM\_5, “Associação processa Estado sobre disciplina de Educação para a Cidadania”, jornal Correio da Manhã)*

Por fim, encontramos ainda alguns discursos que trazem as questões de gênero como subversão da família; como subversão da ordem social e moral vigentes; como algo que não é natural; além de discursos que associam o gênero com algo antidemocrático (como se houvesse uma “ditadura” do gênero). Esse último é exemplificado na peça a seguir, do jornal Expresso:

*Não nos prendam ao sistema de pronomes ele e ela: é absurdo, iliberal e antiorgânico. A língua é viva, acomoda, evolui, mas fá-lo rumo à simplificação. Qualquer tentativa normativa de a alterar para a complexificar,*

---

<sup>35</sup> Algo que é bastante complicado, considerando a complexidade de definirmos o que é esquerda e o que é direita nos dias atuais.

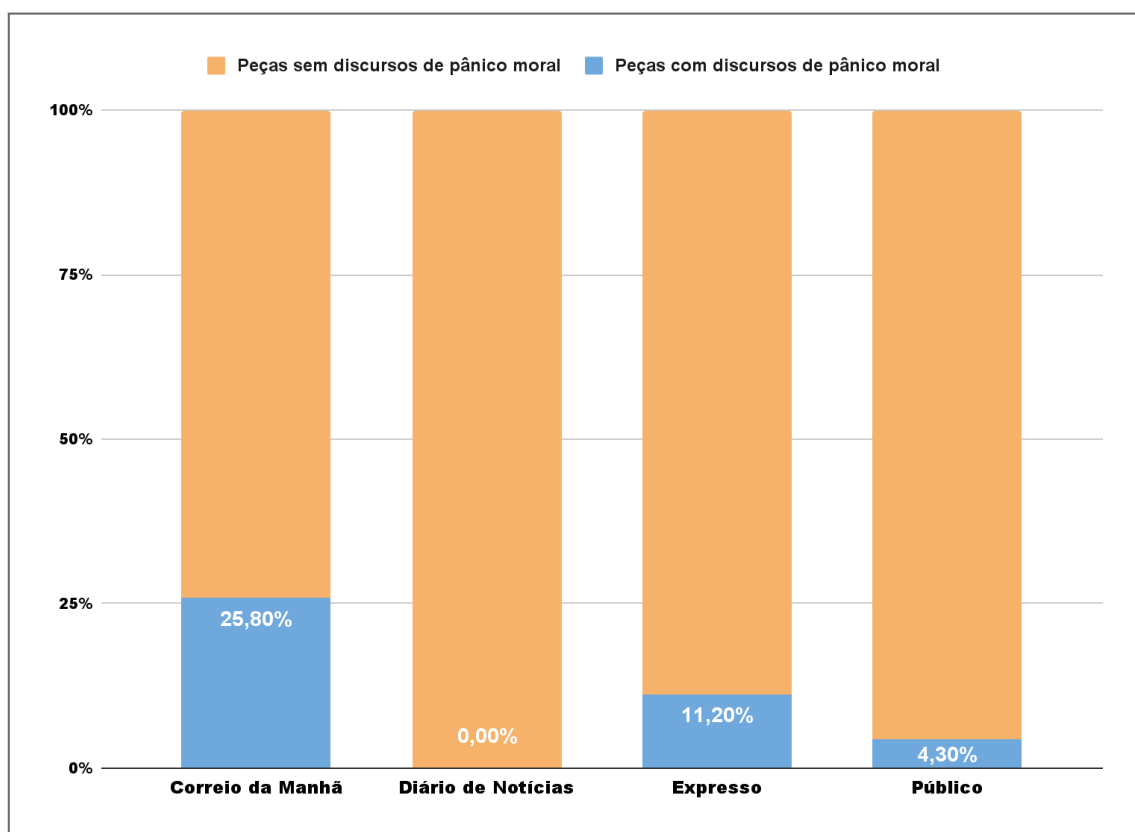
*mata-a. E nós não queremos cá chacinas: muito menos da língua portuguesa, que é a nossa pátria; isto por falar em pessoas com identidades complexas.* (EXP\_5, “ABC LGBTQIA+”, jornal Expresso)

Em relação aos jornais em que se encontram esses textos que contém discursos de pânico moral, o Diário de Notícias foi o único que não teve nenhuma ocorrência. Em contrapartida, o Correio da Manhã foi onde esse tipo de enunciado foi mais frequente, estando presente em 16 textos. No Expresso, essas ideias estão em 12 textos e no Público, em 1.

Ao analisarmos a relação percentual entre a quantidade de peças com discursos de pânico moral e a quantidade de peças publicadas sobre questões de gênero nestes jornais, o resultado encontrado é expresso no gráfico da Figura 24.

**Figura 24**

*Percentual de textos com discursos de pânico moral acerca das questões de gênero nos diferentes jornais*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

Como podemos notar no gráfico, percentualmente, o jornal Correio da Manhã é o que mais transmite discursos de pânico moral acerca das questões de gênero em suas

coberturas jornalísticas, com uma porcentagem expressiva de 25% dos textos trazendo essa concepção. Em contrapartida, no Diário de Notícias, esses discursos não foram utilizados nas peças que compuseram a nossa amostra.

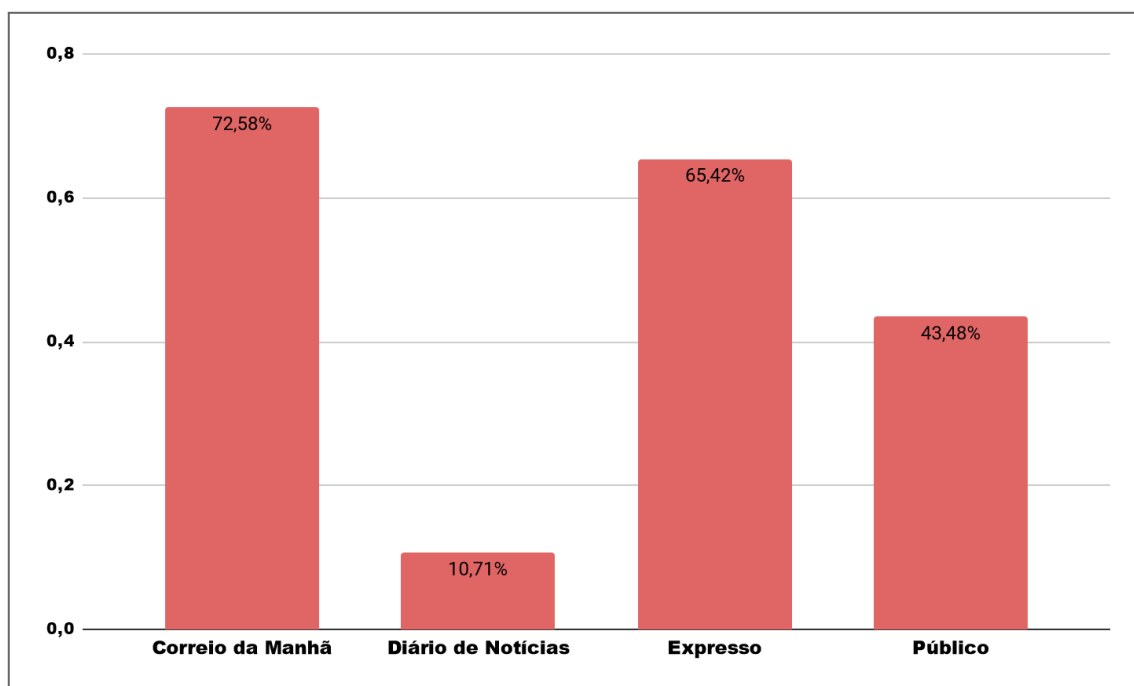
Por fim, ao analisarmos esses discursos, um ponto a ser levado em conta é que, muitas vezes, inclusive nos exemplos que apresentamos, não necessariamente o jornalista em si profere algum discurso que reforce o pânico moral ou alguma ideia antigênero. Porém, levando em conta a função social do jornalismo e a bibliografia que utilizamos que versa sobre as diferentes formas com que o jornalismo pode enquadrar a realidade, na medida em que se dá voz a alguma fonte/modo de pensar e esta não é contraposta com outros fatos ou ideias, acaba-se por, de alguma maneira, reforçar o discurso único publicado, em uma cobertura pouco diversa.

#### **4.3.3 Existe espaço para debater cidadania?**

De maneira a concluir a nossa análise, o último tópico observado trata-se de uma avaliação de se as peças da amostra possuem ou não elementos que busquem associar as questões de gênero com um viés de cidadania. Dessa maneira, mais da metade da amostra (cerca de 58%) é composta por peças que não trazem o gênero sob essa ótica cidadã. Percentualmente, o jornal em que menos essa perspectiva aparece é, novamente, o Correio da Manhã. Já o Diário de Notícias se destaca mais uma vez: apenas 10,71% das suas matérias sobre questões de gênero não as apresentam associadas a discursos que buscam promover igualdade, diversidade etc. O gráfico da Figura 25 retrata esses percentuais nos diferentes jornais que analisamos.

**Figura 25**

*Porcentagem de textos de cada jornal que não trouxeram as questões de gênero associadas a uma perspectiva cidadã*



*Nota.* Fonte: dados da pesquisa elaborada pela própria autora (2022)

Já ao observarmos se existe uma articulação entre as questões de gênero e outras categorias como raça ou classe, o universo de peças em que isso acontece é bastante reduzido, com apenas 11 ocorrências. Conforme explica Piscitelli (2009), a ideia de gênero se desenvolve justamente na tentativa de deixar para trás uma ideia de patriarcado que não considerava essas demais interseções. Ou seja, pensar apenas em gênero apenas como categoria isolada acaba por ser um debate reducionista e que não abarca as complexidades das opressões sociais sofridas por minorias.

Assim, apesar de apresentar várias matérias trazendo o gênero sob uma perspectiva de cidadania, o Diário de Notícias foi o único em que essa temática não é debatida dessa maneira interseccional. Já o jornal Expresso se destaca nesse sentido, com 7 peças que fazem essa articulação.

Além dessa pouca expressividade de uma perspectiva cidadã na cobertura de questões de gênero, também destacamos que existem diversos erros no uso da sigla LGBTQIA+ no decorrer das peças analisadas. O erro mais comum nesse sentido é a não utilização do “+” ao final da sigla. Esse sinal é essencial para reconhecer todas as demais identidades sexuais e de gênero que se encontram abarcadas pelo termo, que são várias, então a sua não utilização em um contexto informativo traz uma informação de alguma maneira incompleta. Também observamos que existe com frequência o uso

só da palavra “gay” ao invés de LGBTQIA+, o que também é uma informação reducionista, visto que apenas traz uma das identidades presentes na sigla.

Também foram frequentes erros em textos que falavam sobre pessoas transgênero. O principal deles é o uso do nome não retificado de pessoas trans, a exemplo da peça “EXP\_45”, do jornal Expresso, intitulada “Filha de Elon Musk pretende mudar de nome e cortar laços com o pai”, a qual não iremos reproduzir um trecho aqui justamente para não dar visibilidade ao nome não retificado e respeitar o nome social dela.

Já no texto “EXP\_24”, também do jornal Expresso, o uso da palavra “trans” é feito entre aspas durante toda a notícia, como mostrado na Figura 26. O uso do vocábulo entre aspas não é justificado jornalisticamente nem por nenhuma norma de nomenclatura existente na comunidade. Além disso, não existe no decorrer da peça uma explicação mais detalhada do que é uma pessoa trans, além de haver o uso de termos específicos como “disforia de gênero” sem contextualização e detalhamento.

## Figura 26

*Reprodução do título de notícia do jornal Expresso*



*Nota.* Fonte: Captura de tela do *website* do jornal Expresso (2022)

Portanto, em termos conclusivos, o que podemos perceber é que o espaço dedicado à cobertura de questões de gênero nos jornais e períodos analisados neste trabalho ainda é reduzido e pouco especializado. Além disso, o pouco espaço existente apresenta uma série de problemáticas, entre elas o pouco aprofundamento dos temas

abordados, a falta de discursos que busquem promover uma perspectiva cidadã sobre o assunto e a presença de elementos que reforçam discursos antigênero.

## Capítulo 5 - Considerações finais

Quando falamos em gênero, é notório que se trata de um tema cada vez mais debatido, seja nas relações interpessoais seja no âmbito público, o que inclui os meios de comunicação jornalísticos. Assim, esta investigação teve como objetivo principal analisar de que forma os jornais portugueses discutem e enquadram as questões de gênero nas suas coberturas *online*.

Já os objetivos específicos foram: 1) Verificar se existe, nos *websites* dos jornais analisados, espaço para o debate sobre questões de gênero; 2) Analisar de que maneira temática está enquadrada dentro das diversas peças jornalísticas e editoriais dos jornais; 3) Compreender se as coberturas das questões de gênero encontradas nestes jornais reforçam discursos antigênero ou contribuem de alguma maneira para tal.

Ao evocar a categoria gênero, compreendemos que se trata de um conceito complexo, destrinchado mais a fundo na revisão bibliográfica. O próprio uso da terminologia “gênero” é alvo de disputas nos diversos setores da sociedade, inclusive na literatura das ciências humanas e sociais. Entretanto, adotamos neste trabalho a definição de Judith Butler, que diverge da ideia da metafísica da substância, ou seja, da crença de que o sexo e o gênero são essencialmente naturais. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que pressupõe que o gênero vai além do debate binário das diferenças entre homens e mulheres (proposto pelo feminismo clássico e pela ideia de patriarcado), mas não deixa de incluí-lo (Butler, 2021 [1990]).

Assim, na busca por atingir o propósito da investigação, realizou-se uma Análise de Conteúdo, conforme manual proposto por Bardin (2016). Tal análise teve como objeto as peças jornalísticas que pautaram o gênero publicadas nos jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso e Público, entre os meses de janeiro a junho de 2022.

O que se observou a partir da análise é que as questões de gênero ainda têm pouco espaço nas coberturas jornalísticas dos referidos jornais. Além disso, os poucos debates trazidos ainda são superficiais, pouco aprofundados e reforçam, muitas vezes, discursos que fortalecem narrativas antigênero, cada vez mais frequentes no contexto português e no mundo. O que se nota, portanto, é que existe uma carência de uma cobertura mais especializada na temática.

Dessa maneira, cabe a nós, investigadoras/es e jornalistas, refletir de que maneira podemos abordar as questões de gênero nos meios de comunicação jornalísticos de maneira mais aprofundada, especializada e sob um perspectiva de cidadania. Para isso, destacamos a necessidade da presença dessas pautas durante a

formação das(os) futuras(os) jornalistas (inclusive pensando na possibilidade de uma cadeira que seja voltada a discutir esses assuntos).

Vale ainda ressaltar que este estudo consiste em um pontapé inicial para investigações mais elaboradas sobre a temática que possam vir a ser realizadas futuramente. Trata-se de um tema amplo e diverso, que deve ser sempre debatido. É importante, portanto, desenvolvermos uma cultura profissional e acadêmica que discuta as questões de gênero atreladas ao jornalismo e que não trate isso como algo secundário ou de pouca importância.

Assim, levando em conta os objetivos propostos no início da investigação e o seu desenrolar, espera-se que este trabalho possa ter contribuído, de alguma maneira, para o fortalecimento do debate.

# Referências

- Almeida, H. B. (2020). *Gênero*. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, 6(3), 33-43.  
<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF-Gênero.pdf>
- Almeida, T. M. C.; Cremona, F. (2019). “Ideologia de gênero”, comunicação e educação no Brasil e na Argentina. In: K. M. Belisário; D. O. Moura; L. S. Guazina (Org.). *Gênero em pauta - Desconstruindo violências, construindo novos caminhos*, 46-65. Appris Editora.
- Angrimani, D. (1995). *Espreme que sai sangue: Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. Summus.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. (Obra original publicada em 1977). Edições 70.
- Beauvoir, S. de. (1967). *O segundo sexo II: a experiência vivida*. (2ª ed., S. Milliet, Trad.). Difusão Europeia do Livro. (Obra original publicada em 1949)
- Belisário, K. M.; Mendes, K. (2019). Mídia e violência doméstica: a cobertura jornalística dos crimes de violência doméstica no Brasil e no Reino Unido. In: K. M. Belisário; D. O. Moura; L. S. Guazina (Org.). *Gênero em pauta - Desconstruindo violências, construindo novos caminhos*, 65-85. Appris Editora.
- Berger, P.; Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. (24ª ed., F. S. Fernandes, Trad.). Editora Vozes. (Primeira edição publicada em 1985 // Obra original publicada em 1966)
- Bourdieu, P. (1997). A influência do Jornalismo. In: P. Bourdieu, *Sobre a Televisão* (M. L. Machado, Trad.), p. 99-121 . Jorge Zahar Editor. (Obra original publicada em 1996)
- \_\_\_\_\_. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Editora UNESP.
- Butler, J. (2021). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (21ª ed., R. Aguiar, Trad.). Civilização brasileira. (Primeira edição publicada em 2003 // Obra original publicada em 1990)

Canavilhas, J. (2014). Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: J. Canavilhas (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*, 3-24. Livros LabCom - Universidade da Beira Interior.

\_\_\_\_\_. (2007). Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. In: S. Barbosa (Org.). *Jornalismo digital de terceira geração*, 25-40. Livros LabCom - Universidade da Beira Interior.

Cerqueira, C. (2014). Os média, os públicos e os discursos de género: (in)visibilidades, linguagens e protagonistas. *Publiversidade - representações sociais e igualdade de género na publicidade*, p. 7-16.

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38034/1/CC\\_Representações-Sociais-Género-Publicidade\\_capitulo.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38034/1/CC_Representações-Sociais-Género-Publicidade_capitulo.pdf)

Cerqueira, C., & Cabecinhas, R. (2015). A Cobertura Jornalística do Dia Internacional das Mulheres na Imprensa Portuguesa: Mudanças, Persistências e Reconfigurações. *Novos Olhares*, 4(1), 37-51. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2015.102209>

Cerqueira, C., Magalhães, S., Santos, A., Cabecinhas, R., Nogueira, C. (2014). *De outro género: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo*. Universidade do Minho. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/125251/2/374146.pdf>

Coelho, M. G. (2018). *Gêneros desviantes: o conceito de género em Judith Butler*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191493/PFIL0320-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

Cohen, S. (2011). *Folks Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers*. Routledge. (Obra original publicada em 1972)

Corrêa, S. (2018). A “política do género”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 53. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrq/?format=pdf&lang=pt>

Correia, J. C. (2009). *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*. Livros LabCom. [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20110819-correia\\_teorica\\_critica\\_discurso\\_noticioso.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/20110819-correia_teorica_critica_discurso_noticioso.pdf)

Entman, R. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(3), 51-58.

Ferreira, N. T. (2012). *Minorias, intervenção social e lógica da produção de notícias*. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Fortaleza, CE.

[http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/minorias\\_intervencao\\_social\\_e\\_logica\\_d\\_a\\_producao\\_de\\_noticias.pdf](http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/minorias_intervencao_social_e_logica_d_a_producao_de_noticias.pdf)

Ferrés, J. (1998). *Televisão Subliminar*. Artmed.

Fonseca Junior, W. C. (2005). Análise de Conteúdo. In: J. Duarte; A. Barros. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. pp. 280-304. Editora Atlas.

Franciscato, C. E.; Góes, J. C. (2012). Contribuições da teoria do enquadramento para compreender o sensacionalismo no jornalismo. *Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 11(22), 291-310.

[https://www.researchgate.net/publication/271104084\\_Contribuicoes\\_da\\_teorja\\_do\\_enquadramento\\_para\\_compreender\\_o\\_sensacionalismo\\_no\\_jornalismo](https://www.researchgate.net/publication/271104084_Contribuicoes_da_teorja_do_enquadramento_para_compreender_o_sensacionalismo_no_jornalismo)

Freire Filho, J. (2004). Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. *ECO-PÓS*, 7(2), pp. 45-71. [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/1120/1061](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1120/1061)

Gallego, J. (2009). Género e representação pública: Realidades e Desejos. *Media & Jornalismo*, 15, 43-53.

<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/15artigo3.pdf>

Garraio, J. & Toldy, T. “Ideologia de género”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. *Revista Mandrágora*, 26(1), 129-155.

[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/90545/1/Ideologia\\_de\\_genero.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/90545/1/Ideologia_de_genero.pdf)

Gitlin, T. (1980). *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. University of California Press.

Gonçalves, A. L. (2007). *História & Género*. Autêntica. (pp. 39-47)

Gonçalves, T. (2005). A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. *Caleidoscópio : Revista de Comunicação e Cultura*, 6, 157-167.

[https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2605/1/A\\_Abordagem\\_do\\_Enquadramento\\_nos\\_Estudos\\_do\\_Jornalismo.pdf](https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2605/1/A_Abordagem_do_Enquadramento_nos_Estudos_do_Jornalismo.pdf)

Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de género”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), 449-502. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>

Lage, N. (2001). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Editora Record.

Lanna, M. (2000). Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. *Revista Sociologia Política*, 14, 173-194.

<https://nau1.ufsc.br/files/2010/09/Marcel-Mauss-e-o-ensaio-sobre-a-d%C3%A1diva.pdf>

Lippmann, W. (1998). *Public opinion*. Transaction Publishers. (Obra original publicada em 1992)

Machado, C. (2004). Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interacções*, 7, 60-80.

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjBla2rrKv5AhUI2xoKHZP3Cx4QFnoECAYQAO&url=https%3A%2F%2Fwww.interacoes-ismt.com%2Findex.php%2Fvista%2Farticle%2Fdownload%2F125%2F129&usg=AOvVaw3wYiof9oJlhNoOaCP8n-Pk>

Marques de Melo, J.; Assis, F. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom - RBCC)*, 39(1), pp. 39-56. <https://www.scielo.br/j/interc/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?lang=pt&format=pdf>

Marques de Melo, J. (2003). *Jornalismo Opinitivo: Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. (3ª ed.). Mantiqueira.

Mead, M. (2000). *Sexo e temperamento*. (4ª ed.). Editora Perspectiva. (Obra original publicada em 1935)

Meditsch, E. (1997). O jornalismo é uma forma de conhecimento?. *Biblioteca online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior (BOCC-UBI)*.

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>

Miskolci, R.; Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, 32(3), 725-747.

<https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>

Moroni, A. O.; Oliveira Filha, E. A. (2008). *Estereótipos no telejornalismo brasileiro: identificação e reforço*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior (BOCC-UBI).

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moroni-alyohha-oliveira-elza-estereotipos-no-telejornalismo.pdf>

Neder, V. (2009) *Jornalismo e Exclusão Social: Análise Comparativa nas Coberturas sobre Crianças e Adolescentes*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Catálogo Aberto da PUC - Rio.

[https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0812759\\_09\\_Indice.html](https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0812759_09_Indice.html)

Palacios, M. (2003). Ruptura, continuidade e potencialização no Jornalismo Online: o Lugar da Memória. In: E. Machado; M. Palacios (Org.). *Modelos do Jornalismo Digital*. Editora Calandra.

Paulino, F. O. (2010). Responsabilidade Social da Mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, em Portugal e na Espanha. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e Vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo*, pp. 35-51. LabCom Books.

<http://labcom.ubi.pt/ficheiros/christofolletti-vitrine-2010.pdf#page=59>

Pereira Junior, A. E. V. (2005). Jornalismo e representações sociais: perspectivas teóricas e metodológicas. *Intertexto*, 1(12), pp. 1-12.

<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/4190/4460>

Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. In H. B. Almeida & J. Szwako (Org.), *Diferenças, igualdade* (pp. 116-148). Berlendis & Vertecchia Editores.

Porto, M. (2004). Enquadramentos da mídia e política. In A. Rubim (Org.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens*, pp. 73-104. Ed. UFBA e Fundação Editora UNESP.

<http://www.comunicacaoeleitoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2018/03/RUBIM-org-Comunicacao-e-politica-conceitos-e-abordagens-1.pdf>

Rocha, C. (2014). Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *Cadernos Pagu*, 43, 507-516.

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/7HxzCVrHhxQOfZjCQsfmZgn/?lang=pt&format=pdf>

Rosa, P. O.; Souza, A. T.; Camargo, G. M. (2020). O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras.

*Revista Sinais*, 2(23), 128-154. <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/29044>

Ross, K. (2010). *Gendered Media: Women, Men, and Identity Politics*. Rowman & Littlefield Publishers.

Rothberg, D. (2010). O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In R. Christofolletti (Org.), *Vitrine e Vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo*, pp. 53-68.

LabCom Books. <http://labcom.ubi.pt/ficheiros/christofolletti-vitrine-2010.pdf#page=59>

Rubin, G (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo*. Editora SOS Corpo. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod\\_resource/content/1/Gayle Rubin trafico texto traduzido \(6\).pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle_Rubin_trafico_texto_traduzido_(6).pdf) (Obra original publicada em 1975)

Ruoho, I.; Torkkola, S. (2018). Journalism and Gender: Toward a Multidimensional Approach. *Nordicom Review*, 39(1), pp. 67-79. <https://sciendo.com/es/article/10.2478/nor-2018-0002>

Sampaio, R. C.; Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise\\_de\\_conteudo\\_categorial\\_final.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf)

Scabin, N. L. C. (2020). *Questões de Gênero na Imprensa Brasileira: Temas e Enfoques*. Ria Editorial.

Schudson, M. (2008). *Why democracies need an unlovable press*. Polity Press.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> (Obra original publicada em 1986)

Seixas, G. M. (2022). *“Ideologia de Gênero” em Portugal: narrativas emergentes e construção de significados*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/23967/1/Gabriella Seixas Trabalho final entrega pós provas públicas.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/23967/1/Gabriella_Seixas_Trabalho_final_entrega_pós_provas_públicas.pdf)

Silveira, P. & Marôpo, L. (2014). Jornalismo e construção social da realidade: um contributo para o debate teórico. *Revista Comunicando - Os desafios da investigação em Ciências da Comunicação: debates e perspectivas de futuro*, 3, 7-19. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21250/1/Jornalismo e construção social da realidade - pp. 7-19.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21250/1/Jornalismo_e_construcao_social_da_realidade_-_pp._7-19.pdf)

Soares, R. S. (2017) A construção social da realidade. *Revista do Direito Público*, 12(2), p. 316-319. [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_informativo/bibli\\_inf\\_2006/Rev-Dir-Pub\\_v.12\\_n.02.13.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-Pub_v.12_n.02.13.pdf)

Sousa, J. P. (1999). *As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Universidade Fernando Pessoa. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>

Souza, J. (2014). A invisibilidade das mulheres nos media: quando a representação de género define o sexo da notícia. *Revista Media & Jornalismo*, 25(14), 91-103.  
<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/JulianaSouza.pdf>

Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. Editora Unisinos.

\_\_\_\_\_. (2005). *Teorias do Jornalismo Volume 1: Porque as notícias são como são*. Insular.

Tuchman, G. (1983). *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Editorial Gustavo Gili. (Obra original publicada em 1978)

United Nations (1996). *Report of the Fourth World Conference on Women, Beijing, 4-15 September 1995*.

<https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf>

Vizeu, A. (2003) *O Jornalismo e as "teorias intermediárias": cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD)*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação.

<http://bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-jornalismo-teorias-intermediarias.html#foot1059>

Wood, J. T. (1994). Gendered Media: The Influence of Media on Views of Gender. In J. T. Wood. *Gendered Lives: Communication, Gender, and Culture*, pp. 231-244. Wadsworth Pub.

# Apêndice A - Estrutura de codificação

## 1. Caracterização estrutural da peça jornalística

### 1.1 Jornal

- Correio da Manhã
- Diário de Notícias
- Expresso
- Público

### 1.2 Mês de publicação

- Janeiro 2022
- Fevereiro 2022
- Março 2022
- Abril 2022
- Maio 2022
- Junho 2022

### 1.3 Número de caracteres

- 0 - 3000
- 3001 - 6000
- 6001 - 9000
- Mais que 9000

### 1.4 Número de parágrafos

- 0 - 5
- 6 - 10
- 11 - 15
- 16 - 20
- 21 - 25
- 26 - 30
- Mais de 30

## 2. Caracterização temática da peça jornalística

### 1.1 Editoria

- Causas
- Celebidades
- Cinema
- CM ao minuto
- Comunicados de imprensa
- Coronavírus
- Cultura
- Desporto
- Direitos humanos
- Economia
- Especiais
- Estúdio P
- Europa
- Fotogaleria

- Guerra na Ucrânia
- Igualdade de género
- Internacional
- LGBT
- Local (Lisboa)
- Mundo
- Opinião
- Pessoas
- Podcasts
- Política
- Portugal
- Projetos
- Sociedade
- Teatro
- TV Media
- União Europeia

- Vidas
- ▼ • 1.2 Gênero e formato jornalísticos
  - ▼ • Gênero informativo
    - Nota
    - Notícia
    - Reportagem
    - Entrevista
  - ▼ • Gênero opinativo
    - Editorial
    - Comentário
    - Artigo
    - Resenha
    - Coluna
    - Caricatura
    - Carta
    - Crônica
  - ▼ • Gênero interpretativo
    - Análise
    - Perfil
    - Enquete
    - Cronologia
    - Dossiê
  - ▼ • Gênero diversional
    - História de interesse humano
    - História colorida
  - ▼ • Gênero utilitário
    - Indicador
    - Cotação
    - Roteiro
    - Serviço
  - ▼ • Outros
    - Evento do jornal - publieditorial

- 1.3 Classificação do acontecimento jornalístico
      - Soft news
      - Hard news
- **3. Enquadramento da temática "gênero" na peça jornalística**
    - 3.2 Acepção de "gênero" no contexto da peça analisada
        - LGBTQIA+
        - Diferença binária entre homens e mulheres
        - Identidade de gênero
        - Ideologia de gênero
        - Oposição a sexo
        - Substituto para feminismo, mulheres e suas demandas
      - 3.1 Relevância da temática "gênero" na peça analisada
        - Questão de gênero como assunto principal
        - Questão de gênero como assunto secundário
- **4. Discursos Antigênero**
    - 4.1 Termo "ideologia de gênero"
        - É utilizado
          - Dá a entender que é um neologismo
          - Contexto conservador / estratégia discursiva
          - Associação do termo à Igreja Católica
          - Utilizado em forma de citação
          - Não é utilizado
      - 4.2 Discursos de pânico moral acerca da temática "gênero"
        - Gênero como subversão da família
        - Gênero como subversão das crianças por meio da educação
        - Gênero como uma pauta "de esquerda"
        - Gênero como subversão da natureza/do que é natural
        - Nenhum
        - Gênero como subversão da ordem social moral vigente
        - Discursos preconceituosos
        - Gênero como algo antidemocrático ("ditadura" do gênero)
- **5. "Gênero" abordado em uma perspectiva de cidadania**
    - Questões de gênero associadas de maneira interseccional com outras categorias como raça/classe
    - Discursos que buscam promover a igualdade/diversidade
    - NA